REVISTA SAMANYONGA

DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA

Vol. 3 N. 2 (2024) ISSN: 3078-9923

ÁREAS

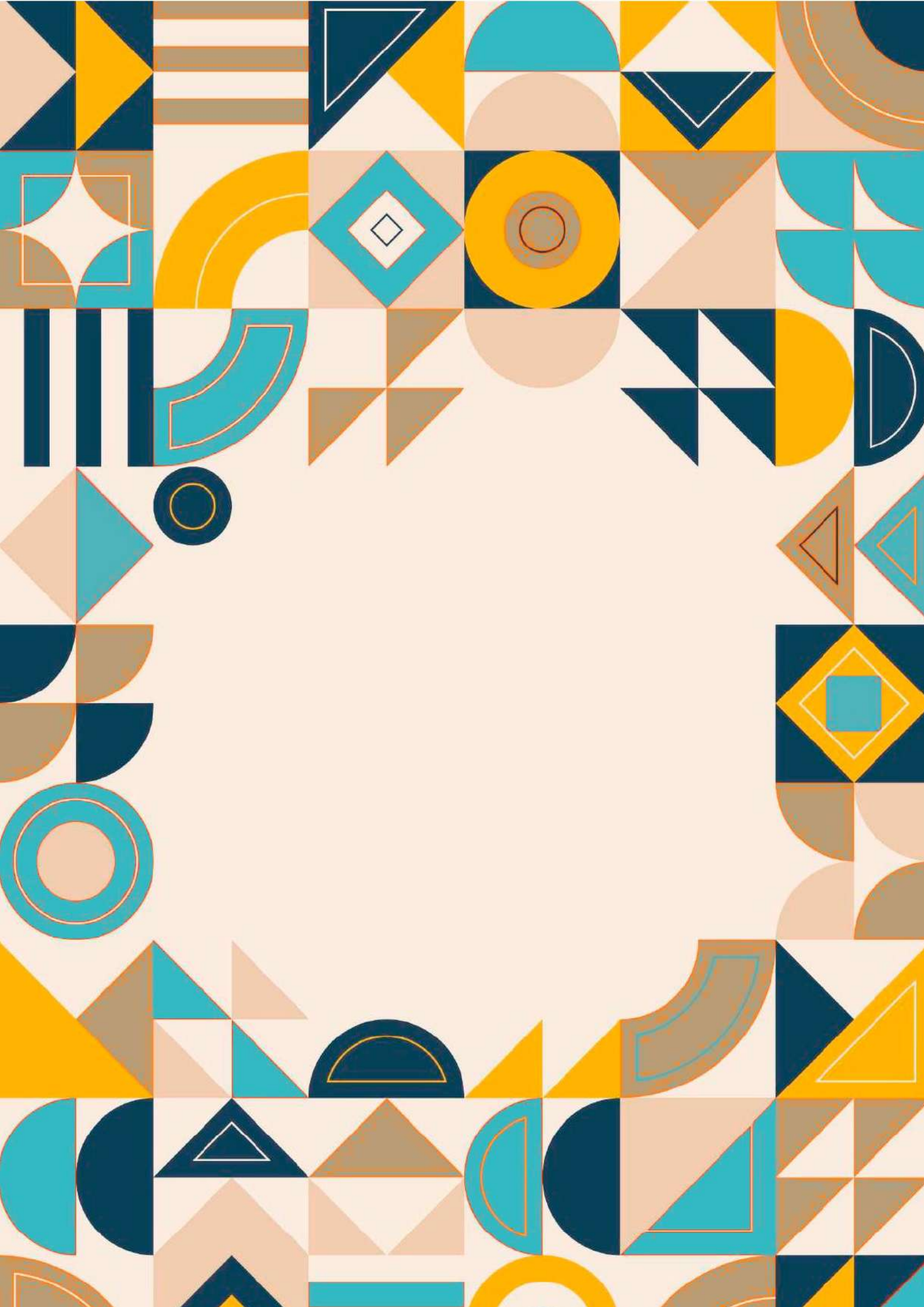
1 CIÊNCIAS TÉCNICAS

2 CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

3 CIÊNCIAS MÉDICAS

ISSN 0504-0035

KWABA PW EDITORA



REVISTA

SAMANYONGA

DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA

FICHA TÉCNICA

Editor Chefe

Dr. Jorge Rufino

(Universidade Agostinho Neto, Universidade Jean Piaget de Angola)

Editor Adjunto

MsC. Mateus Catimba Hamuyela

(Universidade Europea Atlântico, Espanha; Universidade do Namibe, Angola)

Conselho Editorial

Presidente – Dr. C Francisca Manuela Martins Wille

(Universidade Jean Piaget de Angola)

Dr. C Mário Graça Costa

(Universidade Europeia de Atlantico, Espanha)

Dr. C Yoelkis Hernández Victor

(Universidade de Ciego de Ávila, Cuba)

Dr. C Diego Kenji de Almeida Marihama

(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Dr. C Rosely Yavorski

Dr. C Vidal Machado

(Universidade de Santa Clara)

Equipe Técnica

Elias Clemente Gonga

Helder Kilenda J. Pedro

Paginação & Designer

Helder Kilenda J. Pedro

Vanilson Cristóvão

REVISTA SAMANYONGA

DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

A PALAVRA DO EDITOR

BEM-VINDOS À 5ª EDIÇÃO DA REVISTA SAMANYONGA

Estimados leitores, colegas e parceiros,

É com enorme satisfação e renovado compromisso que trazemos a público a 5ª edição da Revista Samanyonga, um marco significativo no cenário académico e científico angolano. Esta publicação continua a representar a nossa missão principal: contribuir para o avanço do conhecimento, fomentar a investigação científica e criar um espaço de excelência para a troca de ideias e descobertas relevantes.

Desde a sua fundação, a Revista Samanyonga tem desempenhado um papel fundamental na colmatação das lacunas existentes no panorama editorial nacional, destacando produções que respondem às necessidades da academia e da sociedade. Nesta edição, reforçamos o nosso compromisso com:

- Trabalhos de fim de curso de licenciatura;
- Investigação nas áreas da pedagogia, sociologia e outras ciências sociais aplicadas;
- Projectos científicos e académicos nas áreas da engenharia, medicina, pedagogia e demais sectores estratégicos.

Contamos com um corpo editorial composto por 12 membros altamente experientes, com mais de 20 anos de trajectória no ensino superior e em publicações em revistas científicas nacionais e internacionais. Garantimos a qualidade e o rigor dos nossos processos editoriais através da revisão por pares, realizada de forma cega por avaliadores internos e externos, assegurando imparcialidade e excelência.

Recomendamos aos autores interessados que enviem os seus trabalhos para o e-mail: secretariageral@ciap-samayonga.co.ao. As normas editoriais podem ser consultadas no nosso website: www.ciap-samayonga.co.ao.

Reconhecemos os desafios que Angola ainda enfrenta para ocupar um lugar destacado nos rankings globais da ciência. Contudo, acreditamos que iniciativas como a Revista Samayonga são pilares essenciais para construir um futuro mais promissor para a investigação científica e o desenvolvimento do país.

Que esta edição inspire, eduque e motive todos os que nela buscarem conhecimento.

Luanda, aos 20 de Dezembro de 2024

Dr. Jorge Rufino

Editor-Chefe

SUMÁRIO

07 EDITORIAL

09 ARTIGOS

10 POBREZA EM LUANDA: UMA REFLEXÃO EM TORNO AO MODO DE SOBREVIVÊNCIA DE COLECTORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DISTRITO DA VILA-FLOR (CAZENGA)

25 PROSTITUIÇÃO EM LUANDA: REFLEXÃO PSICOLÓGICA DA ACERCA DAS TRABALHADORAS DE SEXO NOS MUNICÍPIOS DE CAZENGA E VIANA

41 AS IMPLICAÇÕES DE NÃO CUMPRIMENTO DA ÉTICA E DEONTOLOGIA MÉDICA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO: UMA PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO, BASEADO NA TEORIA DO RISCO OBJECTIVO E CONTRATUAL

58 CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO DE UMA FONTE HISTORICA EM SALA DE AULA: ANÁLISE DO EXCERTO DE JONAS SAVIMBI NAS VESTES DE MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO GRAE, A LÚZ DA OBRA DE JOÃO PAULO GANGA

70 NECESSIDADE DE PROGRAMA NACIONAL DE CUIDADO DE BAIRROS EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

88 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO CONTEXTO EDUCATIVO LUANDENSE: UMA FORMA DE EXCLUSÃO SOCIAL

106 A INEFICÁCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ANGOLA FACE AS POLÍTICAS EDUCATIVAS: O CASO DO CUANZA-NORTE

122 EL TANGRAM UN MEDIO DE ENSEÑANZA PARA POTENCIAR EL PENSAMIENTO LÓGICO EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA.

134 ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR E O SEU CARÁCTER AFECTIVO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ALUNOS DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO MUNICÍPIO DO HUAMBO

146 RELATO DE EXPERIÊNCIA: CRIAÇÃO DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA PROJETOS TECNOLÓGICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

159 FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

170 URGÊNCIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELÉCTRICOS E ELECTRÓNICOS

ARTIGOS

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

POBREZA EM LUANDA: UMA REFLEXÃO EM TORNO AO MODO DE SOBREVIVÊNCIA DE COLECTORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DISTRITO DA VILA-FLOR (CAZENGA)

Autor: Manuel Domingos Rodrigues | rodriguesmanuel452@gmail.com | Licenciado em filosofia, pelo Isced- Luanda, mestre em filosofia, pela Faculdade Letras da Universidade Agostinho Neto. Doutorando em Ciências Sócias, pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto | Orcid: 0009-0005-4686-6365

RESUMO

Verifica-se nos últimos dias, em Luanda, o número vertiginoso de pessoas que recorrem aos depósitos de resíduos sólidos para a sobrevivência. Para a percepção do fenómeno, decidiu-se realizar uma pesquisa. Para o efeito, traçou-se o seguinte objectivo: compreender o modo de sobrevivência dos colectores de resíduos sólidos no distrito da Vila-Flor (Cazenga). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com recurso das técnicas bibliográfica, entrevista semi-estruturada, análise de conteúdos e observação simples, como referencial teórico a teoria das necessidades, fatalismo e representações sociais. Para o efeito traçou-se a seguinte pergunta: Que resíduos sólidos contribuem para a sobrevivência dos colectores de resíduos sólidos no distrito da Vila-Flor (Cazenga)? Concluiu-se que os resíduos sólidos, constituídos por diferentes tipos e tamanho como plásticos, garrafas, metais e papel, constituem a base de renda de sobrevivência. Os resultados apontam que não são pobres, mais sim necessitados em função da renda diária e mês. Devido a actividade que exercem, são chamados de chiadores e longoteiros. Existe adolescentes moradores de rua e na rua. Alguns adolescentes, dos recursos angariados através da venda compram estupefacientes (liamba) e gasolina para inalar, outros adolescentes acompanham os encarregados de educação para ajudarem no trabalho e contribuírem na renda de casa, outros realizam esta actividade sem o consentimento da família. A população pesquisada alegou a falta de formação, escassez de emprego e o custo de vida como causas da adesão à prática de colecta de resíduos sólidos.

Palavras-chave: Pobreza, exclusão social, modo de vida, resíduos sólidos.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Abstract

In the lady few days in Luanda, the number of people turning to solid wast deposits for survivalhas been seen. Tounderstand the phenomenon,it was decided to carry out research. To this end, the following objectivewas set to understand how solid waste collectors survive in the Vila-Flor (Cazenga). This aqualitative resarch using bibliografical techiniques, contente-based interviews and observation, as theortical framework, the theory of necessity, fatalismo and social representantions. For this purpose the following question was addressed: Which solid waste contributes to the survival in the Vila-Flor distrito (Cazenga)? It was concluded that botthes, metal and paper constitute tha basis of survival. The reesult show that are not poor, but rather needy due to their daily and monthly. Due to the daily and monthly. Due to the activity they perform, they are called bu chiadores and longoteiros. Some teenagers use the anounts obtained from these pratics to purchase drugs and gasoline as a drug, other teenagers sccompny their guardians to help with work and contribute to the household income,and others carry out these activities without the family's consente. The population surveyed claimed the lack off training, lack of employment and cost of living as reasons for adhering to the pratice of ssolid waste collection.

Keywords: **porverty, social exclusion, lifestyle, solid wasste.**

INTRODUÇÃO

Todo homem por natureza deseja viver bem, porém, problemas como as guerras, calamidades naturais, emigrações, políticas públicas fragilizadas como a de combate à pobreza, educação, formação profissionalizante, empreendedorismo entres outros males, geram fissuras à sociedade e com isto as consequências como pobreza. Angola como parte do universo não está isenta deste mal. Razão pela qual, o Governo tem traçado políticas públicas como o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027, que congrega um conjunto de acções e planos estratégicos como via de solução do problema pobreza.

A problemática em causa tem sido tónica de discussões em diferentes esferas da sociedade, é um assunto de longa data, com discursos convergentes e divergentes. Referências históricas apontam que é quase consensual nas narrativas de diferentes autores definir a pobreza como a carência de bens necessários pera a sobrevivências, tais como residência, alimentação, emprego, vestimentas, acesso à saúde primária, escola, água, privação dos direitos fundamentais. Outras narrativas preferem designar a pobreza à ausência ou carências gritante de meios materiais e espirituais.

Todo homem, por natureza, em pleno juízo deseja ter um estilo ou modo de vida saudável e aceitável. Por este mo-

tivo, luta trabalhando para a satisfação das necessidades. Um estudo realizado por Periard (2018), em torno do pensamento de Abram M. Maslow, alega que o ser humano necessita satisfazer cinco necessidades, que são: auto realização, estima, segurança e fisiológica, diz ainda que cada item da pirâmide (necessidades) apresenta uma série de necessidades. Esta teoria foi fundamental para perceber a realidade dos colectores de resíduos sólidos no distrito da Vila-Flor (Cazenga).

Importa destacar que a discussão em torno da pobreza transcende gerações. Autores como Sílvia (2012) e Carvalho (2020) são de opinião que os debates em torno da matéria deve ser vista num ângulo e perspectiva dimensional diversificado, pois que, a pobreza é um fenómeno social e universal, sendo as causas e consequências diversas. Outro artigo que também sustenta a ideia da longevidade da discussão em torno da pobreza é encontrado num trabalho desenvolvido pelo bloco da esquerda do Porto (2008), através do relatório síntese produzido por várias instituições.

Baptista (2012) diz que o conceito de pobreza acarreta consigo vários significados como "necessidades materiais". Um juízo de valor, pode ser percebido este tipo de necessidades como conjunto de bens que sirvam para a satisfação das necessidades referidas por Maslow, como auto realização, estima, segurança e fisiológica. Outra forma de perceber a pobreza é a "psicológica, social, cultural e espiritual", segundo (Baró como citado em Xavier [S.l]).

Algumas franjas da população e cultura aceitam a condição de pobreza porque acham ser uma condição natural e devem adaptar-se às circunstâncias. Este pensamento é suportado na teoria do fatalismo, um entendimento filosófico que alega o seguinte, alguns indivíduos de um determinado meio social e cultural conformam-se com o destino, julgam ser impossível ultrapassar os obstáculos que determinam a condição de vida (Robert, 1990).

O conformismo nesta direcção pode ser considerado como nocivo. A teoria das representações sociais ajuda a percepção da problemática. O juízo que se segue, ainda que seja senso comum, tem o seu valor inferencial para apercepção do que algumas pessoas pensam em determinadas comunidades vistas como baixas do ponto de vista do estilo de vida. Concorre para efeito de percepção, a formação académica, profissional, espiritual, desemprego, alcoolismo e outros indicadores. É notório o conformismo de aceitação das condições de vida que podem influenciar para a pobreza. Há aceitação quase colectiva das condições impostas e suportam este mal.

Para a inversão do quadro, a educação e informação jogam papel preponderante. Um recurso ao discurso posto a circular nas redes sociais do malogrado professor doutor Laurindo Viera, da qual se faz a transcrição, dizia que a "pobreza tem implicações no desenvolvimento cognitivo das pessoas", na verdade o pobre passa grande tempo a pensar nas alternativas de sobrevivência e dar solução às necessidades. Para estes, a grande preocupação é ver o que se alimentar hoje e amanhã, o resto é resto.

Ainda na senda do conceito pobreza, Feliciano (2015, p.12) diz o seguinte:

As tradições mais comuns do conceito

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

de pobreza têm sido desenvolvidas por economistas, sociólogos e investigadores das mais diversas áreas que passam essencialmente pela pobreza absoluta e pela pobreza relativa. Pobreza absoluta está relacionado com a ideia de subsistência, isto é, das condições básicas que permitem o sustento de uma vida em termo de absorção de alimentos, vitaminas, proteínas, sais-minerais e/ou quilocalorias necessárias ao metabolismo do corpo, bem como, as condições básicas de habitabilidade, saneamento e activos.

Outra questão, em torno da discussão pobreza, consiste em dimensioná-la, ou seja, pobreza absoluta e relativa. Um recurso à hermenêutica percebe-se que a absoluta refere-se à ausência de quase tudo e abrange a maioria do seio de uma determinada comunidade, é a ausência dos bens necessários para a sobrevivência e pobreza relativa como sendo fragmento da pobreza estrema, moldável que pode afectar uns bens e sujeitos.

Carvalho (2008, p.57) narra o seguinte: A pobreza absoluta tem a sua referência fora da medida de pobreza, remete-nos para o factor biológico, ou seja, para a subsistência do organismo humano. Neste caso, pobre é todo aquele que não possui meios que lhe permitam sobreviver ao nível, universalmente, considerado aceitável, ou seja, não dispõe de recursos que lhe garantem a satisfação das necessidades básicas.

Ainda na senda de Carvalho, a pobreza não é algo fixo, ou seja, que não pode ser alterada, depende das estratégias quer seja do Estado, instituições privadas e família. Prossegue dizendo que, na realidade, existe um grupo de famílias que ao longo da sua história existencial sempre viveram e vivem na situação de pobre, outra, conseguem libertar-se da situação de pobreza.

Na verdade, políticas públicas direccionadas para o combate à pobreza pode ser uma das soluções. Assim, o trabalho de pesquisa visou os colectores de resíduos sólidos no distrito da Vila-Flor, em função das observações simples e diálogo, identificou-se na população, colectora de resíduos sólidos, dois grupos, sendo um grupo a que vive em residências alugada que encontram na rua os mecanismos estratégicos de sobrevivência e outro grupo que vivem em situação de rua.

Segundo Abreu e Salvador (2015) a designação de "população em situação de rua" tem vários significados, são os indivíduos que fazem da rua o seu habitar, são considerados como os vulneráveis, carentes de quase tudo, sentem-se excluídos passam por diversas dificuldades. Geralmente fixam-se nas zonas adjacentes a restaurantes, convívios, viadutos, construções abandonadas, mercados, automóveis abandonados ou sucatas e outros locais que permita abrigar ou ainda quando podem constroem seus abrigos precários com chapas de zinco, papelão e sacos e outros meios possíveis.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

JUSTIFICATIVA

Foi dito em parágrafo anteriores que se verifica ultimamente, em quase toda a periferia de Luanda, o crescente número de pessoas a aderirem os depósitos de resíduos sólidos para subtraírem diversos objectos para venderem e sobreviverem. São adolescentes, jovens e idosos. Um cidadão atento questionaria o que se esta a passar, pois, é o retorno de um fenómeno que se verificou no período de guerra que assolou a pais. No contexto actual, apesar do recente flagelo que afectou o mundo com a COVID-19, que acredita-se ter afectado muitas das economias, há quem defenda que não pode ser vista no contexto actual o refúgio da justificativa da pobreza para alguns países.

No caso de Angola, um conjunto de medidas são traçadas para interferir no combate à pobreza e fome com o PREI, PRODESI, KWENDA e o PIIM, ainda assim, assiste-se, cada vez mais, a adesão de recorrentes aos depósitos de resíduos para sobreviverem. Este facto chama atenção de uma maioria absoluta daí a razão da presente pesquisa. Delimitou-se o distrito da Vila-flor por conveniência e porque tem sido um local de muita frequência do pesquisador e com isto economizar tempo e recursos financeiros.

A pesquisa é relevante porque visa conhecer em concreto quem são os colectores de resíduos sólido, o porque da prática desta actividade, como sobrevivem e se têm tido qualquer apoio do Estado e singulares. No campo de acção, não se encontrou nenhuma instituição que pudesse fornecer dados registados ou referências bibliográficas que abordam a problemática. Porém, não significa que sejamos os únicos nem os últimos a tratar da problemática da pobreza, talvez a novidade seja da abordagem enquadrada aos colectores de resíduos sólidos no distrito da Vila-Flor (Cazenga). As consultas bibliográficas ajudaram na construção de um quadro teórico e do estado de arte.

Para o efeito, recorreu-se a diferentes autores como Rocha (2011), Baptista (2012) Carvalho (2012 e 2020),Feliciano (2015), Abreu e Salvador (2015) e outros, assim como às teorias da hierarquia das necessidades, a teoria do fatalismo e das representações sociais.

REFLEXÕES EM TORNO DA POBREZA EM ANGOLA

Rocha (2011), num estudo efectuado em torno da situação do desenvolvimento em Angola, destaca o seguinte: o país ocupa a posição três em termo de espaço geográfico ao sul do Sara e o maior da sub-região da África austral, com debilidades notáveis no desenvolvimento da economia depois da conquista do jugo colonial. Na verdade, o desenvolvimento económico e social é um processo cujos governos devem ambicionar traçando políticas públicas com acções delineadas. Muitos teóricos são de opinião que o índice do desenvolvimento de qualquer país, reflecte o nível da filosofia desenvolvida pela sociedade. Transcorridos 22 anos de paz efectiva, apesar dos esforços empreendidos para o melhoramento das condições de vida das populações, é tónico a abordagem

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

em torno da pobreza. Nas discussões, mitos tratam de buscar as causas e consequências.

Referências históricas narram que é consensual a ideia de que a pobreza é um fenómeno social e universal e que não há um único conceito de perceber o temo e que qualquer um pode correr o risco de estar na condição pobreza em função do que se classifica, pois, pode ser pobreza cultural, material, social, política e espiritual. Há quem dimensiona a pobreza em dois eixos ou categorias, sendo a extrema e relativa. Entre as várias consequências aponta-se a exclusão social. Por conta destas discussões, confirma-se as alegações de ser um campo vasto de conceitos e interpretações.

Amaro (2003, como citado em Silva, 2012, p.32) alega que os relatos do PNUD explicam um incremento da pobreza assim como a exclusão social a nível global e aponta como causa os seguintes factores:

- Factores macro (globais) catalogados com as formas como os países traçam as metas da economia e os planos de desenvolvimento.
- Factores meso (locais ou sectoriais), relacionado com as políticas internas ou locais, de combates ou mitigação contra "imigrantes, toxicodependentes, portadores de doenças, etc".
- Factores micro (pessoas e familiares), voltadas às políticas sociais no seu todo. Com prioridade à família, terceira idade, crianças e outros.

No caso de Angola, Guido diz que, quartas áreas ou dimensões são as mais afectadas, " saúde, educação, qualidade de vida e emprego". Prossegue o autor dizendo que " actualmente, a pobreza está generalizada mundialmente, descontrolada e motivada pela expansão globalizante do desemprego, pela redução do valor do trabalho, produzida politicamente pelas empresas e instituições a nível mundial " (Guido 2024,p.8).

Em torno desta matéria, Rocha (2011,p.39) enfatiza o seguinte:

> *"A pobreza em Angola está relacionada com o processo de enriquecimento fácil e ilícito e com a inflação. Assistiu-se e assiste-se ainda a um processo de transferência de uma parte do produto interno através do exercício duma política cambial incorrecta e injusta, que beneficia claramente as elites políticas, militares e burocráticos do país. Esta acumulação financeira (historicamente, talvez se deve à falta de acumulação primitiva), que noutras condições é fundamental e determinante para a recuperação económica e o lançamento dum processo de crescimento, (....) ".*

Carvalho (2020) é de opinião que houve um período da conquista da independência, até aos acordos da paz efectiva, isto é entre "1975 a 2002", que a guerra foi a culpada do empobrecimento das populações, sobretudo os que emigravam para as grandes cidades em busca de melhores de condições de sobrevivência. O autor reitera que no contexto da paz efectiva, o problema subjaze nas lacunas da transformação dos recursos "económicos" e nas políticas públicas direccionadas para a melhoria das condições de vida do povo. Aponta os sectores da educação, saúde e habitação como os mais afectados.

Independentemente das justificativas

sustentadas pelos autores, outros factores concorrem para a pobreza assim como as consequências como a exclusão social. Há quem vê a delinquência, a violência e o crime, a prostituição como via de aquisição de recursos para sobreviver. Outrossim, o pobre ou quem se encontra em condição de pobreza sente-se excluído. Estes indicadores colocam vulneráveis muitos adolescentes e jovens, pelo que fazem da rua o meio de sobrevivência e de prática de actos, socialmente, condenáveis. Concorre também o consumo de drogas. Para Lopes (2013), toda substância, quer seja de origem natural, sintética e semi-sintética, que é posta no organismo por diferentes vias, e consumida para alterar o comportamento do indivíduo é considerada de droga.

Em relação à exclusão social, fazendo juízo do que se percebe da teoria das representações sociais, há um sentimento partilhado dos colectores de resíduo sólidos de se considerarem pobres e excluídos porque não sentem o apoio do governo para a superação das dificuldades na aquisição de bens de consumo. Colaço (2014) é de opinião que a exclusão social reflecte-se no convívio entre os membros da sociedade, tem a ver com a cidadania. Nesta linha de pensamento, se um indivíduo não participa nas acções da cidadania, deve sentir-se excluído. Outra forma de perceber a exclusão social pode ser o pensamento de Paula (2014, p19), que afirma o seguinte:

> *"Podemos dizer que o termo exclusão social, por si mesmo, é porta-voz de informações, representações e experimentações de carácter negativo, que podem ser revelados nos sentimentos de carência, rejeição, não reconhecimento, quer seja em relação a determinado segmento social ou a indivíduo."*

Um recurso à teoria do fatalismo percebe-se que alguns elementos no seio social desenvolvem psicologicamente a cultura de pobreza, um sentimento de aceitação ou quase de aceitação às condições que vivem. Muitas das vezes são descriminados. Por este facto, sentem-se marginalizados e excluídos.

Para Carvalho (2020), qualquer indivíduo que se encontre na condição de pobreza está na posição de excluído, porque passa por muitas dificuldades para a satisfação das necessidade primárias como residência, acesso à escola, assistência medica e medicamentosa e outros bens de consumo e serviços. Por esta razão, enfrentam muitos problemas inclusive os de fórum psicológico. Battista (2012) refere que a exclusão tem níveis, podendo ser superficial, profunda e abrangente. Na óptica do autor, a última, abarca a isenção de quase todo o bem para a satisfação das necessidades.

Importa destacar o facto de que se existe pobreza é porque existe o pobre. Para a percepção deste quesito (pobre), recorreu-se ao relatório do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), produzido no ano 2020 em torno da pobreza em Angola. Narra que 41% da população angolana está na linha da pobreza, isto significa que 41 em cada 100 cidadão está na linha da pobreza por ter um consumo médio por mês de doze mil e cento e oitenta e um Kwanzas (12.181 Kwz), 46% desta população vive em zonas urbanas. Este dado foi determinante para aferir se a população pesquisada é ou não pobre.

Para o combate à pobreza, no caso angolano, o governo tem traçado políticas públicas como foi, narrado anteriormen-

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

te, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2024, que contem o programa de formação da economia (PREI), o programa de apoio à produção, diversificação das exportações e substituição das importações (PRODESI), o programa de transferência de renda para as famílias vulneráveis e pobres (KWENDA),o plano integrado de investimento nos municípios (PIIM).

MODO DE VIDA DOS COLECTORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Para Oliveira (2012, p128) o homem é um ser social, que possui uma identidade própria que lhe permite adaptar-se ao meio que o rodeia, consoante a sua identidade e os mecanismos disponíveis para a sua realização. Aqueles que se encontram em situação de pobreza constituem os seus modos de vida e desenvolvem as suas estratégias que tanto podem levar há perturbações da vivência em condições de pobreza, com a superação.

Um recurso às referências históricas, a percepção de modo de vida pode ser a visão geral de como os indivíduos de uma determinada colectividade vivem, é a percepção da representação da consciência colectiva de como pensam e vivem. Caputa (2014) diz que representação social é o modo como os indivíduos aceitam o meio em que vivem, compartilham afeições, auxiliam-se para superar os obstáculos do ponto de vista teórico e prático. Esta realidade é vivida pelos recolectores de resíduos sólidos no distrito urbano da Vila-flor. Para o efeito achou-se conveniente desenhar um quadro para destacar os resíduos sólido que tem servido de recurso para a sobrevivência.

Quadro de referência de tipo de resíduos e valor médio de venda por quilos (Quadro 1)

Designação	**Valor do quilo em Kwanzas**	**Valor de venda em média por quilo (Kls)**	**Receita por dia**	**Receita a recadar por semana**
Latas diversas	1Kl = 140 Kwz	5 a 10Kls	1.000.00 Kwz	8.000.00 Kwz
Garrafas plásticas	1Kl = 250	5 a 10	1.000.00	8.000.00
Fios de cobre	1Kl = 1.500.00	1	3.000.00	24.000.00
Plásticos diversos	1Kl= 250	5 a 10	1.000.00	8.000.00
Ferro	1Kl = 140	1	1.500.00	12.000.00
Papelões	1Kl= 250	5 a 10	1.000.00	8.000.00
Total médio de renda mês				**68.000.00 Kwz**

Fonte: Autor (2024)

Importa referir que os valores são estimados, pois, depende do que encontram em função do Quilo. Frisaram os entrevistados que há dia que encontram peças de valor que cobre dois ou três dias ou mais. Exemplo: peças de viatura, cada uma têm o seu valor. O peso do motor não é igual que o da porta ou o da jante. Os finais de semana, em função do consumo, a probabilidade de rendimento são maiores. Consegue-se mais garrafas e plásticos.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) este tipo de pesquisa não se interessa com a mensuração do tamanho da amostra, preocupa-se com a percepção do fenómeno, diferente da abordagem quantitativa. Outra particularidade consiste na técnica para o cálculo do tamanho da amostra, não se preocupa com a representatividade, pois, não é relevante. Dispensa o cálculo estatístico, para o efeito, recorre-se ao método de saturação das respostas bastando observar a repetição das respostas, ou seja, não haver mais novidade das respostas (Simões, 2023).

Do ponto de vista teórico, sustentou-se das teorias das necessidades, do fatalismo e das representações sociais, conforme foram justificadas em parágrafos anteriores. A triangulação teórica reside no facto de permitir compreender melhor o fenómeno pesquisado, o caso o modo de sobrevivências dos colectores de resíduos sólidos no distrito urbano da Vila-Flor (Cazenga). Permitiu aferir o sentimento colectivo do porque é que se consideram pobres e excluídos. Recorreu-se também a observação simples, Simões (2023) designa por observação não participante pelo facto do pesquisador não participar activamente interagindo com os entrevistados.

Este procedimento foi feito durante catorze (14) dias em períodos e horas diferentes (manhã, tarde e noite), para perceber a problemática e traçar as estratégias de intervenção, elaborando um guião de perguntas, a entrevista semi-estruturada, respeitando o princípio ético. Por consentimento não permitiram que seus nomes fossem relevados, Explicou-se a intensão da entrevista para permitir a gravação. Para a análise de conteúdos as referências bibliográficas, a pesquisa electrónica e as observações simples foram determinantes.

Participantes: foram seleccionados sete (7) colectores de resíduos sólidos de forma casual, isto é em função do que se encontrou nos dias em que se dirigiu nos locais para o efeito de entrevistar. Referir que as entrevistas foram realizadas em três (3) dias, isto é nos dias 8, 13 e 17 do mês de Abril do ano em curso. Às primeiras, no caso duas (2) entrevistas, forma feitas no dia 08 de Março do ano em curso. Para o primeiro entrevistado, teve início às 10 horas e durou aproximadamente 32 minutos, a segunda entrevista, começou às 11horas e 2 minutos e terminou às 11horas e 32 minutos. No dia 13 de Março, forma feitas com três (3) entrevistas, a primeira decorreu entre às 7horas e 40 minutos até às 8 horas e 17 minutos, a segunda teve inicio às 18 horas e 23 minutos até 18 horas e 40 minutos, a terceira das 19 horas até 19 horas e 31 minutos. No dia 17 de Março,

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

foram feitas duas (2) entrevistas, para o primeiro, decorreu entre às 7 horas e 10 minutos até às 7 horas e 27 minutos, a segunda, teve inicio às 7 horas e 35 minutos até às 8 horas e 5 minutos.

A pesquisa foi realizada em Luanda, mais em concreto no distrito urbano da Vila-flor (Cazenga), as razões já foram referenciados na justificativa, de tal modo foi referenciado que um dos instrumentos de recolha de informações foi a entrevistava semi-estruturada sustentada com perguntas abertas, constituída com 23 itens, conforme a descrição a seguir: Quantos anos têm? Onde vive? Com quem vive? Tem filhos? Quantos filhos têm? Qual é o seu grão académico? Tem alguma formação profissional? Está empregado (a)? Já teve emprego? No Estado ou privado? Quanto tempo trabalha como colector de resíduos sólidos? Que tipo de resíduos recolhe? Quanto ganha por dia em função da venda? O que vende por dia dá para sobreviver? Tem telemóvel? Tem televisor em casa? Tem parabólica em casa? Consome bebida alcoólica? Que tipo de bebida alcoólica? Fuma tabaco? Que tipo de tabaco? Porque realiza esta actividade? Como se chama esta actividade que realizam? Destas perguntas foram subtraídas algumas para serem feitas aos adolescentes. Como foi dito, por consentimento não é possível divulgar os nomes, assim, foram codificados os entrevistados sendo o primeiro designado por E1, o mesmo que entrevistado um, o segundo por E2, E3, E4, E5, E6, e por último entrevistado E7.

Perfil dos participantes (Quadro 2)

Entrevistado	Idade	Género	Habilitações	Profissão	Naturalidade	Residência	Tempo que trabalha como colector
E1	57	F	Analfabeta	Sem formação	Malange	Casa da filha	7 Anos
E2	37	M	4 Classe	Sem formação	Benguela	Aluguer	5 Anos
E3	58	M	6 Classe	Artilheiro	Malange	Casa da irmã	8 Anos
E4	16	M	4 Classe	_____	Malange	Rua	6 Anos
E5	14	M	Analfabeto	_____	Huíla	Rua	7 Anos
E6	43	F	2 Classe	Sem formação	Benguela	Aluguer	5 Anos
E7	16	M	6 Classe	_____	Luanda	Avos	4 Anos

Fonte: Autor (2024)

RESULTADOS

Com a pesquisa, compreende-se que os que mais se dedicam ao trabalho de colecta de resíduos sólidos são do sexo masculino, predominante por jovens, maioritariamente, provenientes de outras províncias de Angola, com baixo nível de escolaridade, formação profissional e desempregados. Consideram-se pobres. Porém, um recurso ao relatório produzido pelo INE (2020), para o caso angolano, para ser considerado pobre um indivíduo deve ter um rendimento mês inferior ou igual a 12.181.00 Kwz, logo, em função do rendimento que arrecadam em função das vendas que depende do volume que conseguem de resíduos, que é pesado por quilos, e que podem vender por dia entre 1.000.00 Kwz a 2.000.00 Kwz com a possibilidade de poder angariar por semana em média por mês 68.000.00, não são pobres mais sim necessitados. Periard (2018), em função do estudo que realizou em torno do pensamento de Abram M. Maslow, sustenta a ideia de que o ser humano necessita satisfazer cinco necessidades que são: auto realização, estima, segurança e fisiológica.

Esta pirâmide de necessidades é comum para todos os seres humanos. Razão da luta pela sobrevivência. Os desempregados com maiores dificuldades, tratam de alguma forma buscar estratégias para sobreviver, pois, alguns têm famílias, compromisso como a renda de residência, e outras despesas. Vendem diferentes tipos de resíduos sólidos com destaque as garrafas de plástico, plásticos, latas de refrigerantes e cervejas, papelões e metais. Este último com maior dificuldade, porque, nem sempre encontram nos depósitos metais, por este facto recorrem às sucatas ou viaturas estacionadas e abandonado para retirarem o que podem.

Os meninos de ruas recolhem os resíduos e vendem para a compra de entorpecentes como liamba e bebidas caseiras, o julgo água do chefe, pacotinhos de álcool. Vivem ao relento, geralmente nas zonas de convivências, pedonais e locais abandonados. Ao passo que os que vivem no seio familiar, acompanham os encarregados de educação para aumentar a renda familiar e outros, por vontade própria, para a compra de roupa ou cobrir outras necessidades, não faz uso ao tabaco. Ao passo que os jovens e idosos praticam este acto para custear as despesas de casa.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A partir das entrevistas aplicadas aos colectores de resíduos sólidos, foi possível aferir as seguintes opiniões. A entrevistada A1, vive em casa da filha com outros três filhos é desempregada, por esta razão dedica-se à actividade de colecta de resíduos sólidos para ajudar a filha nas despesas de casa, uma vez que a filha realiza trabalho doméstico, considera a pobreza a causa da adesão a esta actividade que dedica cerca de 7 anos, consome álcool caseiro e cerveja, depende da venda.

Com o que vende, consegue auxiliar nas despesas do pagamento de luz, água,

sinal da Zap e telemóvel, para o efeito, começa a actividade cedo, geralmente 7 horas até 12 ou 13h, para poder recolher maior quantidade de resíduo para vender. Esta ideia é defendida por todos. Em média, por dia, pode vender e angariar 1000.00 ou 1.500.00 kwz, isto significa que em média pode arrecadar 8.000.00 por semana e 32.000.00 Kwz por mês, diz ser um longoteira porque não tem um posto ou local fixo para a recolha de resíduo diferente dos chiadores que têm local fixo. Segundo o relatório do INE (2020), é considerado pobre quem vive com um rendimento inferior ou igual a 12.181.00 Kwz, uma reflexão ao rendimento médio desta colectora não pode ser considerada pobre.

CONCLUSÕES

Em função da pesquisa, percebeu-se melhor o que é a pobreza e o significa de pobre. Os entrevistados a maioria são provenientes de outras províncias de Angola, são desempregados, com nível de escolaridade baixo, sem formação profissional que possa auxiliar para a busca de emprego. Devido das dificuldades que atravessam para a satisfação das necessidades, recorrem a prática de recolha de resíduos sólidos. É uma actividade não reconhecida por parte dos gestores das políticas públicas segundo os entrevistados porque não existe uma entidade do Estado ou privado que reconheça. Consideram-se pobre, o que não condiz com a verdade porque têm um rendimento mês de aproximadamente 68.000.00 Kwz, valor superior que segundo o INE, só é pobre aquele que vive com rendimento inferior de 12.181.00 Kwz por mês.

São designados por chiadores e longoteiros, os primeiros são os que têm um local fixo para a retirada dos resíduos sólidos, ao passo que, o segundo grupo são os que se movimentam em diferentes pontos. O nome chiador é dado em função do objecto que usam para arrastar os resíduo, o caso da armação do rolo da trincha. Sobrevivem do que vendem, apesar de alguns darem o destino indevido como a compra de entorpecente e bebidas caseiras como é o caso dos meninos de rua. Ao passo que outros servem-se dos rendimentos para ajudarem nas despesas de casa.

Das alegações, compreende-se que clamam pelo reconhecimento desta actividade, isto significa que as Administrações locais, podem efectuar cadastramento de quem realiza esta actividade, o pagamento de impostos, acesso à consulta vigiada, para aferir o estado de saúde em função da exposição e tempo que permanecem nos depósitos de resíduos sólidos.
Como se sabe, os rendimentos dependem do esforço de cada um, do que encontra nos depósitos, da hora que entram e saem do local e do tipo de resíduos que encontram como carcaças de viaturas, ferro e alumínio. Um dado a reter, percebe-se o porquê do vandalismo de bens público como postes para retirar o ferro, os fios de condutor de energia para retirar o cobre. Para o efeito, um estudo minucioso deve ser feito para melhor apurar a veracidade deste facto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Angola. Instituto Nacional de Estatística (2020). *Relatório de Pobreza para Angola*, Editor, INE- Luanda: Angola;

Angola. Plano de Desenvolvimento Nacional (2023). *Impacto Socioeconómico Sustentável*: Autor;

Abreu, D, e Salvador, I, V, (2015). *Pessoas em Situação de Rua, Exclusão Social e Ruralização: Reflexões para o Serviço Social*, Seminário de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Universidade Federal da Santa Catarina- B

Baptista, I, e Perista, P, (2012). *Pobreza em Portugal: retrato de um fenómeno insuspeitadamente extenso*, Revista Angolana de Sociologia. Revista Angolana de Sociologia, nº 9, pp153-169;

Bloco de Esquerda Porto (2008). *Livro Negro sobre a Pobreza no Distrito do Porto*, Edição, Bloco de Esquerda;

Carvalho, P (2008). *Exclusão Social em Angola: o caso dos deficientes físicos de Luanda*, Editora Kilombelombe, Luanda;

_____ (2020). *Exclusão social e pobreza na qualidade de ensino: Estudo de caso no ensino primário em Angola*, REPI-Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, Boa Vista, v.1.169-182,2020, E-ISSN:2675-3294;

Caputa, J.L (2014). *Representação Sociais dos Angolanos sobre os Imigrantes Cubanos*: O Caso do Sumbe, Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta – Lisboa;
Colaço, J.C (2014). Pobreza e Exclusão Social – problematização e dinâmica na sociedade moçambicana, Caderno de Ciências Sociais: O que é a Exclusão Social? Escola Editora;

Feliciano, F.C (2015). *Politicas Públicas de Combate à Pobreza em Angola*: Análise do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP),2012-2013, [Dissertação], ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa;

Guido, L.A (2024). *Apoio Social no Contexto de Pobreza Extrema Generalizada*: Um olhar ao Relatório do Índice de Pobreza Multidimencional de Angola de 2020, RECIMA21- Revista Científica Multidisciplinar ISSN 2675-621;

Gerhardt, T.E, e Silveira, D.T (2009). *Métodos de Pesquisa, Organizadores (Org.)*, Editora da UFRGS, Universidade Aberta do Brasil;

Lopes, J.B (2023). *O Consumo de Drogas nas Instituições do Ensino Superior*, Revista Científica do Instituto Superior de Ciências Policias e Criminais, n º 03, pp 1891-215;
Oliveira. S (2012). Modos de vida da pobreza em Angola, Revista Angolana de Socio-

logia. Revista Angolana de Sociologia, nº 9, pp.125-131;

Paula, R.H.A (2014). *Visíveis e Invisíveis – inquietações e fragilidades no dilema da inclusão e da exclusão social*, Caderno de Ciências Sociais: O que é a Exclusão Social? Escola Editora;

Peiard, G (2023). *A hierarquia de necessidade de Maslow – o que é e como funciona,* recuperado de https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/a-hierarquia-de-necessidades-maslow, cessado aos, 02 de Maio de 2024;

Rocha, M.J.A (2011). *Estabilização, Reformas e Desenvolvimento em Angola*, 2 edição, Editora Mayamba

Simões, A (2015). *Representações Sociais sobre a inclusão social dos jovens angolanos residentes em Luanda*, Mulemba-Revista Angolana de Ciências Sociais, pp 129-160;

_____(2013). *A investigação Qualitativa: metodologia de investigação científica Tomo I*, 2 Edição, Editora Kiluji ;

Silva, O (2012). *Olhara a pobreza em Angola: : causas, consequências e estratégias para a sua erradicação*," (PDF) Olhara a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação" recuperado de https://www.researchgate.net/publication/275993193-olhar-a-pobreza-em-angola-causas-conesquencias-e--estrategias-a-sua-erradicação:

ARTIGO 2

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

PROSTITUIÇÃO EM LUANDA: REFLEXÃO PSICOLÓGICA DA ACERCA DAS TRABALHADORAS DE SEXO NOS MUNICÍPIOS DE CAZENGA E VIANA

Autor: Manuel Paulo Chamorro | chamorro1484@gmail.com | Doutorando e Mestre em Psicologia Social pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Licenciado em Ciências da Educação, opção: Sociologia, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Luanda) | Orcid Id:0009-0006-7049-3973

RESUMO

O artigo com o tema: ***Prostituição em Luanda: Reflexão psicológica da acerca das trabalhadoras de sexo nos municípios de Cazenga e Viana***, visa analisar as razões que estão na base da prostituição em Luanda, bem como identificar as causas e consequências psicológicas que as trabalhadoras de sexo nos municípios de Cazenga e Viana correm. Trabalhadoras de sexo são todas as raparigas e mulheres que habitualmente se entregam à prática de relações sexuais ilílitas com qualquer homem, delas obtendo remuneração ou qualquer outro proveito económico. A pesquisa centrou-se na abordagem qualitativa com recurso a técnica de entrevista semi-estruturada e, entrevistou-se 21 trabalhadoras de sexo nos municípios de cazenga e Viana com idades compreendidas entre os 18 e os 42 anos. As mesmas foram gravadas a partir de um Smart phone e tiveram a duração de 10 a 20 minutos cada.

Palavras-chave: prostituição, trabalhadoras de sexo, desemprego e desestruturação familiar.

ABSTRACT

The article with the theme: Prostitution in Luanda: A psychological sex workers in the municipalities of Cazenga and Viana, aims to analyze the reasons behind prostitution in Luanda, as well as identify the causes and psychological consequences that sex workers of sex in the municipalities of Cazenga and Viana run. Sex workers are all girls and women who habitually engage in illicit sexual relations with any man, obtaining remuneration or any other economic benefit from them. The research focused on a qualitative approach using the semi-structured interview technique and interviewed 21 sex workers in the municipalities of Cazenga and Viana aged between 18 and 42 years. They were recorded from a Smart phone and lasted 10 to 20 minutes each.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Keywords: prostitution, sex workers, unemployment and family breakdown.

INTRODUÇÃO

A prostituição é uma prática em que o corpo da mulher e/ou homem (o caso dos homem que se prostitui) é visto como instrumento de trabalho ou seja, venda de mais um serviço, realizado pela livre escolha ou não. Esta prática é bastante frequente em quase todos os pontos estratégicos da cidade de Luanda, com destaque para os municípios de Cazenga e Viana.

Na prostituição, há um sigilo por parte dos homens sobre as mulheres. Ao analisar a questão da prostituição em Luanda, particularmente no Cazenga e em Viana, não devemos colocar a margem a ideia de que a mulher que se encontra naquele prostíbulo corre o risco de não ser paga, resultando assim em agressão física e violações psicológicas. A prostituição em Luanda e no município de Cazenga e Viana em particular, é uma prática de difícil erradicação devido a sua clandestinidade. Nos municípios em referência, muitas trabalhadoras de sexo são rotuladas como "do game, do sistema, poderosas e/ou habilidosas", termos utilizados para omitir a palavra prostituição pois, muitas delas apresentam-se de diversas maneiras, umas de forma decente e outras não.

Como parte das jovens na cidade de Luanda que não praticam a prostituição vestem-se de forma indecente, torna-se por vezes difícil identificar quem é realmente trabalhadora de sexo, salvo se esta chamar o cliente e/ou o cliente estiver atento aos sinais e gestos por elas praticados. Sendo assim, formulou-se a seguinte pergunta de partida: Quais são as razões que levam as mulheres a entrarem para o mundo da prostituição?

JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO

O referido estudo justifica-se pelo facto da prostituição se tornar um caso bastante visível no município de Cazenga e Viana em particular pois, muitas trabalhadoras de sexo olham a prostituição como seu ganha-pão, outras realizam esse tipo de actividade a força.

A prostituição é uma forma de prestação do serviço de prazeres sexuais duma mulher ou um homem em troca de dinheiro ou outro bem previamente negociado. A prostituição nunca foi uma prática aceite em maior parte dos países africanos, com maior realce para Angola cuja matriz é cristã. Face a crise económica e financeira e o processo da Covid-19 que assolou o país, cuja parte dos agregados familiares viu-se privatizado das suas actividades económicas sobretudo os que trabalhavam no sector informal, agudizando cada vez mais os níveis de pobreza.

Diante disso muitas mulheres nos municípios de Cazenga e Viana em particular, viram da prostituição como um refúgio para satisfazer as suas necessidades económicas por um lado, e garantir o

nível de subsistência dos seus sucessores por outro lado. Queremos com isso dizer que é necessário que o Estado e/ou o Executivo crie leis que se adequam ao contexto em que vivemos e fiscalize cada vez mais quem procura por esses favores pois, a prostituição é como o fugo para se manter aceso é necessário que se coloque mais lenhas, retirando-se as lenhas, as chamas apagam e paulatinamente o fogo apaga.

ESTADO DA ARTE ACERCA DA PROSTITUIÇÃO

A prostituição apesar de ser um fenómeno social antigo, constante e praticado em quase todas as sociedades, o comércio do sexo, na sua forma mais conhecida e popular, sempre esteve, com excepções que remontam períodos longínquos, associados à clandestinidade e por essa razão, deve ser banida mas, vamos neste artigo apresentar os mais diversos países da Europa que aceitam a prática da prostituição e, as pessoas que a praticam pagam impostos.

Por ser uma actividade estigmatizada, em alguns países proibidos, já em outra tolerada ou regulamentada. Assim sendo, na Alemanha a prostituição é legal, bem como todos os aspetos relacionados como bordeis, publicidade ou ofertas de emprego através de agências de recrutamento. O trabalho sexual é regulado e taxado pelo governo alemão. Com a publicação, em 2002, da "lei da prostituição" ficou criada, verdadeiramente, a profissão de prostituto, com a premissa que o trabalho sexual não deveria ser considerado imoral e, como tal, quem o praticava poderia pagar impostos, receber proteção social e até obter contratos de trabalho para o exercício da actividade.

Até 2002, quer quem se prostituía quer os bordeis não podiam publicitar os seus serviços, mas esta proibição não era aplicada na prática. Em 2006, na sequência da aplicação da lei de 2002, o Supremo Tribunal Federal Alemão, decidiu que a publicitação passaria a ser permitida. A referida lei de 2002 não estabelece normas uniformes quanto à sua implementação, pelo que pode ser aplicada e interpretada de forma diferente nos diferentes Estados Federais. Algumas cidades proíbem a prostituição em algumas zonas. Por exemplo, a cidade de Berlin permite a prática da prostituição em todo o lado, enquanto que cidades como Hamburgo ou Leipzig a proíbem em algumas zonas ou durante determinados períodos do dia.

Já em 2016, foi publicada uma lei direccionada à regulação da prostituição e das pessoas que nela trabalham, com o objectivo de melhorar a situação destas pessoas, através do reforço do direito à autodeterminação e com um aumento da protecção contra a exploração, o proxenetismo, a violência e o tráfico. Esta protecção assentou essencialmente na criação de um registo para quem se prostitui, conselhos médicos e a introdução de uma licença para a operação de um negócio de prostituição, sujeita ao cumprimento de certos requisitos mínimos (Amorim, 2019, p.10; Bernardo, 2011, p. 35).

Na Dinamarca a prostituição encontra-se descriminalizada desde 1999, preven-

do-se penas de prisão para a prostituição de menores, conforme previsto na secção 224 do código penal. As pessoas que se prostituem pagam impostos, como qualquer trabalhador, devendo registar-se junto das autoridades fiscais, não existindo, no entanto, nenhuma licença especial para a actividade (p.14).
Na Espanha, a prática da prostituição não está regulamentada, apenas alguns aspectos relacionados com ela, como o lenocínio, estão criminalizados. A prostituição foi descriminalizada em 1995 através da publicação do código penal. Desde 2015, que a lei Espanhola pune o cliente que pague por serviços sexuais em "zonas de tránsito público" onde possam haver menores.

Enquanto que na maioria não existe qualquer regulamentação, noutras a actividade é regulada, como o caso da Catalunha, pioneira na regulamentação da prostituição, que teve licenças específicas para a prática da prostituição, aprovadas no ano de 2002. Este regime foi, substituído por um regime genérico relativo aos espetáculos públicos e actividades recreativas, dispondo de regras específicas para estabelecimentos nos quais são exercidas actividades de natureza sexual, punindo, no entanto, a prostituição fora dos estabelecimentos autorizados com multas para os clientes (Amorim, 2019, p. 14).

Já na Holanda adoptou-se uma posição regulacionista, na qual a prática da prostituição é permitida e devidamente regulada. É na Holanda a mais famosa zona de prostituição "De Wallen" conhecida por Red-light district, sobejamente conhecida como destino de turismo sexual. Embora a prostituição em si nunca tenha sido ilegal, desde 1 de Outubro de 2000 que os estabelecimentos de prostituição não são proibidos, através da revogação dos artigos 250 bis e 432 do Código Penal.

A existência de contratos de trabalho entre quem se prostitui e os bordeis tornaram-se possíveis e quem se prostitui tem igualmente acesso aos diversos mecanismos de protecção social e sistemas previdenciais disponíveis. Por exemplo, se a pessoa que se prostitui ficar impossibilitada de o fazer por motivos alheios à sua vontade é elegível para receber subsídio de desemprego. Caso pretendam deixar de se prostituir, passam a ser elegíveis para receber os apoios sociais aplicáveis a quem está voluntariamente desempregado.

Diferente da Turquia cuja à actividade da prostituição é legal e encontra-se regulamentada. Algumas características da prostituição no país incluem a necessidade de uma licença especial para o funcionamento de bordeis ou um cartão identificativo para as mulheres que se prostituem, com informações relativas à sua condição de saúde e "checkups" obrigatórios (Amorim, 2019, p.28).

Na África do Sul há proposta de legalização do trabalho sexual. Se a conclusão for favorável, o Parlamento vai iniciar as discussões para aprovação ou não de uma nova lei. Desde 1994, quando a África do Sul realizou as primeiras eleições livres de sua história, a possibilidade de legalização da prostituição vem sendo discutida e apoiada por grupos de defesa dos direitos dos profissionais do sexo, como a organização não-governamental SWEAT.

Já no Quénia, trabalhadores de sexo desfilaram, em pleno dia, na baixa da cidade de Nairobi, exigindo respeito e melhor

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

tratamento por parte do governo. Activistas sustentam tratar-se de uma questão de direitos humanos, mas muitos espectadores não ficaram convencidos. A marcha seguiu-se a noutros países, incluindo na África do Sul e na Namíbia, parte de um movimento internacional de trabalhadores do sexo. A prostituição é ilegal no Quénia, mas os trabalhadores do sexo são um lugar comum nas ruas da capital e nos bares e hotéis de luxo.

A prostituição em Angola não está tipificada como crime, mas considera-se atentado ao pudor, como nos diz o Artigo 390.º do Código Penal Angolano. Por essa razão, há correntes que defendem a legalização da prostituição em Angola, passando assim o Estado à angariar mais receitas fiscais.

Segundo Bernardo (2011, p. 30), a prostituição em Angola e principalmente nas grandes cidades do país como é o caso de Luanda, por volta de 1970, já existia a prostituição. Essa actividade era exercida nos musseques como na cidade do "cimento armado". As mulheres que praticavam a prostituição eram classificadas em quatro grupos nomeadamente: trabalhadoras de sexo profissionais acessíveis em casa de prostituição; trabalhadoras de sexo de casa de tipo "cabaré"; trabalhadoras de sexo eventuais; e por último trabalhadoras de sexo permanentes.

TRABALHADORA DE SEXO VERSUS PROSTITUIÇÃO

É preferível utilizar-se o termo trabalhadora de sexo ao invés de prostituição porque incide com o acto como uma forma de trabalho. Como outras, sujeitas à exploração tal que é uma actividade e não uma identidade. O trabalho de sexo é comparado como qualquer outro tipo de trabalho uma vez que envolve esforço físico, mental, emocional incluíndo diferentes partes do corpo. Considera-se trabalhadora de sexo todas as raparigas e mulheres que habitualmente se entregam à prática de relações sexuais ilílitas com qualquer homem, delas obtendo remuneração ou qualquer outro proveito económico (Carmo, 2001 p. 334; Faria *et all*, 2015, p. 7).

O autor nos apresenta um paradigma que se mostra iluminador dessa questão tão complexa, ao dizer que: "a trabalhadora de sexo é uma pessoa que, por obrigação ou por inclinação, abandona as normas e se marginaliza, afectiva e sexualmente, abandona o lado paterno porque foi encorajada a isso ou porque acredita numa liberdade ilusória" (Adler, 1991, p.13).

O termo prostituição, deriva do latim *prosto*, que quer dizer "estar às vistas, à espera de quem quer chegar ou estar exposto ao olhar público [...] é a prática sexual remunerada habitual e promíscua". (França,1994, p.145; Torre *et al,* 1999, p. 2). Assim sendo, Del Priore (1993, p. 45), considera que a mulher deveria exercer o ofício de boa mãe, boa esposa, boa dona de casa e ainda possuir uma conduta impecável e, aquelas que não se enquadrassem nesses requisitos, eram excluídas e vistas como "más mulheres".

No entanto, o psicólogo Adler (1991, p.13) se contrapõe a essas concepções ao afirmar que "a prostituição não é um destino, ao contrário do que pensam alguns romancistas. Tão pouco constitui

uma doença hereditária, como afirmam os criminologistas. Parece menos ainda como um vício, uma doença mortal, conforme gostaria de crer um bom número de moralistas".

A prostituição é nada mais que uma actividade na qual se ganha dinheiro a partir da prática de actos sexuais, explorando-se o corpo como actividade profissional. Para muitos, de forma preconcei¬tuosa, consideram a prostituição como "a profissão mais antiga do mundo", conceito na qual nos afastamos em virtude do pensamento de que o único trabalho viável para as mulheres tenha sido, o uso do próprio corpo para fins sexuais. Assim sendo, a prostituição é uma à actividade sexual realizada por um indivíduo, regularmente, com número indistinto de parceiros, mediante o pagamento em valores monetários ou outros valores.

Por esta razão, Beauvoir (1967, p. 324), considera que é ingénuo perguntar que motivos levam a mulher à prostituição; não se acredita mais hoje na teoria de Lombroso, que assimilava as trabalhadoras de sexo aos criminosos e via em ambos degenerados; Na verdade, em um mundo atormentado pela miséria e pela falta de trabalho, desde que se ofereça uma profissão, há quem a siga [...].

A prostituição é considerada como uma prática que consiste em dedicar-se à venda do sexo, o que quer dizer, pessoas expõe-se à fazer sexo com homens e mulheres e em troca recebem dinheiro ou outro tipo de bens (Bernardo, 2011, p. 25; Maia, 2002, p. 301; Carmo, 2001, p. 333).

A prostituição são práticas sexuais instrumentais em que os seres humanos, em troca de alguma vantagem material, disponibilizam o seu corpo para o prazer sexual de outrem. Portanto, para os autores acima citados, qualquer troca de favores sexuais por bens materiais se caracteriza como prostituição.

A prostituição não implica apenas o interesse mas também um elemento mercantil ou transacção de mercadoria: Pela parte da oferta, venda ou aluguer habitual do próprio corpo em troca de remuneração material (monetária) e pelo lado da procura, abuso ou uso do corpo de outrem, a troco de dinheiro, exclusivamente para satisfação ou prazer sexual. Assim, a prostituição é classificada como uma doença que, transcende a extensão física do corpo, atinge a família, o casamento, o trabalho e a propriedade.

A prostituição é entendida como um ataque à dignidade humana e uma forma de violência, marcadamente de género. Por esta razão Pardal (2014, p. 33), afirma que *"a prostituição é a exploração sexual de mulheres e raparigas em forma de violência e, como tal, obstáculos à igualdade entre mulheres e homens. Praticamente todos aqueles que compram serviços sexuais são homens".*

O mesmo autor insiste dizendo que, a prostituição é vista como "uma possível opção ou uma estratégia de sobrevivência tomada pelas mulheres, que deve ser respeitada.". Corroborando essas afirmações, França apud Torres et al (1999, p. 2) afirma que:

> *A prostituição vem da pobreza geral, da miséria proletária, da promiscuidade, das habitações colectivas, da falta de educação profissional e de trabalho honesto, dos lares desfeitos e defeituosos, do alcoolismo paterno, da infância desvirginadas muito cedo, antes mesmo da menar-*

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

ca, são varridas de casa pelos pais intolerantes e arbitrários, aliam-se às más companhias, são ultrajadas pelos patrões sem escrúpulos e pelos chefes que exploram sua dependência [...]que respeitam o anonimato e não lhes pede qualquer qualificação, a não ser a de seus dotes físicos.

A prostituição é vista também como uma profissão na qual a mulher é capaz de fazer uma separação mente versus corpo ou seja, trata o corpo como um objecto que é posto à venda no mercado do sexo. O cliente o aluga em busca de satisfação sexual e a trabalhadora de sexo desempenha o seu papel com desenvoltura e propriedade exibindo satisfação e gozo garantido a um preço pré-estabelecido.

A prostituição se faz cada vez mais presente no quotidiano e encontra-se em constante crescimento. É uma actividade que sobrevive há muito tempo, sendo permanente a procura por esses profissionais. Assim, existem milhões de profissionais espalhados pelo mundo, tanto mulheres quan¬to homens, que exercem suas funções na marginalidade, sem nenhum amparo da lei.

Há clientes que as procuram para relações propriamente sexuais, mas há também aqueles que as buscam esperando aconselhamentos para "salvar" seus relacionamentos que estariam "monótonos". De facto, muitas trabalhadoras têm sido verdadeiras "psicólogas". Muitos clientes as pagam para falar, chorar suas mágoas, suas frustrações amorosas, conjugais, pessoais e profissionais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa centrou-se na abordagem qualitativa com recurso a técnica de entrevista semi-estruturada e, entrevistou-se 21 trabalhadoras de sexo com idades compreendidas entre os 18 e os 42 anos. As mesmas foram gravadas a partir de um Smart phone e tiveram a duração de 10 a 20 minutos cada.

As trabalhadoras de sexo foram localizadas nas suas zonas de trabalho sendo, 3 trabalhadoras de sexo na paragem da Cuca sentido Hoje-Ya-Henda, 4 na pedronal do Plazza de fronte ao centro cultural Mawete, 7 trabalhadoras de sexo na Ferrari (no Zango 1) junto a pedonal do Nosso Super e, 3 trabalhadoras de sexo na Sagres no (Zango 3), encontramos também 4 trabalhadoras de sexo no prostíbulo da Vila de Viana (Ponte-Amarela entre o Candando e Olho Singelo).

As entrevistas decorreram nos dias 22, 23, 24, 29 e 30 de Setembro do ano de 2023 das 19 horas as 23 h 30 minutos. Com objectivo de preservar a identidade das trabalhadoras de sexo dos municípios de Cazenga e Viana, os nomes foram omitidos.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

Neste item vamos procurar apresentar os resultados adquiridos em sede de pesquisa de terreno de modo a averiguarmos os motivos e as consequências da prática da prostituição nos municípios de Cazenga e Viana.

Tabela nº 1 – Relação das Trabalhadoras de sexo com a idade e o estado civil

Idade	Estado civil		Total
	Solteira	Casada	
18 – 22	2	0	2
23 – 27	2	0	2
28 – 32	6	0	6
33 – 37	1	4	5
38 – 42	5	1	6
Total	16	5	21

Fonte: Elaboração própria

A idade das trabalhadoras de sexo nos municípios de Cazenga e Viana foi dos 18 aos 42 anos de idade, sendo duas trabalhadoras de sexo que se encontravam na faixa etária dos 18 aos 22 anos; 2 dos 23 aos 27 anos, 6 trabalhadoras de sexo com idades que vão dos 28 aos 32 anos; 5 encontravam-se dos 38 aos 42 anos de idade. Verificou-se a predominância de solteiras comparativamente as casadas.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Tabela nº 2 – Relação entre o nível de escolaridade e a zona de trabalho

Nível de escolaridade	Municípios					Total
	Cazenga		Viana			
	Cuca	Plazza	Olho Singelo	Ferrari	Sagres	
Ensino Primário (1ª a 6ª classe)	1	2	1	2	0	6
I Ciclo (7ª à 9ª classe)	1	1	0	0	2	4
II Ciclo (10ª à 12 ª classe)	0	1	2	3	1	7
13ª classe	1	0	1	2	0	4
Total	3	4	4	7	3	21

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito ao nível de escolaridade e o estado civil das trabalhadoras de sexo nos municípios de Cazenga e Viana, podemos verificar (6) frequentou o ensino primário, ao passo que quatro (4) trabalhadoras de sexo frequentaram o I Ciclo do Ensino Secundário, isto é, da 7ª a 9ª classe, sendo duas da 7ª classe, uma (1) da 8ª classe e outra da 9ª classe. Constatamos também que sete (7) das entrevistadas frequentaram o II Ciclo do ensino Secundário, isto é, duas (2) frequentaram a 10ª classe, uma (1) entrevistada frequentou a 11ª classe, quatro (4) frequentaram a 12ª classe. Constatou-se que quatro (4) trabalhadoras de sexo, frequentou a 13ª classe.

Como podemos constatar, o nível de escolaridade em nada justifica para que as mulheres optem pela prostituição pois, elas podem comercializar outro tipo de mercadoria, trabalhar como zungueira por exemplo mas nunca comercializar o seu próprio corpo até porque a sociedade Angola é na sua maioria cristã.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Tabela nº 3- Renda diária, semanal e mensal das trabalhadoras de sexo nos municípios de Cazenga e Viana

Valor por clientes por hora	Diário		Final de Semana (Sexta à Domingo)		Mensal	
	Parceiros	Valores	Parceiros	Valores	Parceiros	Valores
1.500Kz	**10**	15.000Kz	**30**	45.000kz	**90**	135.000kz
2.000Kz	**10**	20.000Kz	**30**	60.000kz	**90**	180.000kz
25000Kz	**10**	25.000kz	**30**	75.000kz	**90**	225.000kz
3000Kz	**10**	30.000Kz	**30**	90.000Kz	**90**	270.000K
3.500Kz	**10**	35.000Kz	**30**	105.000Kz	**90**	315.000K
5.000Kz	**10**	50.000Kz	**30**	1500.000Kz	**90**	450.000K
10.000Kz	**10**	100.000Kz	**30**	300.000Kz	**90**	900.000K

Fonte: Elaboração própria

A partir da tabela em referência, é possível verificar as possíveis razões que levam muitas trabalhadoras de sexo a enveredarem para a prática da prostituição pois, se atender no mínimo 10 clientes por dia e cobrar 1.500Kz a 10.000Kz pode obter valores que vão dos 15.000Kz à 100.000Kz por dia, o que nos leva a entender que poderá arrecadar entre 45.000kz a 300.000Kz semanal e 135.000kz à 900.000kz por mês.

Estes valores monetários em kwanzas são surpreendentes pois, concorrem com os salários de muitos funcionários enquadrados na função pública em Angola. Por essa razão, Martin apud Guimarães (2007, p. 69) afirma que esse dinheiro que entra .fácil., como as meninas colocam, também vai embora de forma rápida, usando-o para a satisfação dos mais variados caprichos, ou seja, realizando sonhos impossíveis em outras profissões, e ainda que o ganho de muito dinheiro permite que essas meninas se insiram em um meio social mais elevado economicamente.

Diante disso, outro factor não menos importante, tem haver com o número de parceiros com quem muitas trabalhadoras de sexo nos municípios de Cazenga e Viana têm se envolvido, o que pode causar danos à saúde delas e a dos seus clientes.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CAUSAS QUE LEVAM A PROSTITUIÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CAZENGA E VIANA

Muitas são as razões que concorrem para a existência da prostituição nos municípios de Cazenga e Viana, desde a desestruturação familiar, a falta de emprego e o desemprego. A partir dos discursos das trabalhadoras de sexo nos municípios acima referenciados é visível que as causas que as levam a prostituição são de diversas ordens como podemos observar a baixo:

> *"É mesmo a falta de emprego, o emprego está difícil. Se tivesse não poderia entrar nesta vida. Até que dá mesmo dinheiro mais, só é bom ver na outra, você sofre, atura clientes chatos, uns vem fazem [...] e na hora de pagar querem fazer confusão por isso, antes de começar ele paga e nós demos a parte do guarda só assim é que evitamos confusão. "(E5- 31 anos de idade, 12ª classe)*

Por outro lado, uma trabalhadora de sexo no município de Cazenga, esclareceu o seguintes:

> *"Uma das razões é mesmo o emprego, o meu marido ganha pouco, as vezes fica 3 ou 4 meses sem salário e as crianças precisam ir na escola, comida, saúde, contribuição quando na família tem uma actividade ou óbito. Se você esperar só do marido a família morre a fome." (E8- 35 anos de idade, 9ª classe)*

A partir destes depoimentos, conseguimos constatar que a estigmatização leva à solidão, à dificuldade para se ajustar socialmente, baixa auto-estima, depressão aguda, dentre outros causas psicológicas que em nenhuma parte auxiliam as mulheres a viverem uma vida mais plena e apta à participação social.

Verificamos também que as causas que levam as jovens a entrarem no mundo da prostituição, em sua maioria, são de ordem sócio-económica destacando-se a falta de condições financeiras por parte de seus progenitores e para o seu próprio sustento e de seus filhos. Os resultados apontaram que pessoas altamente motivadas a buscar emprego tendem a se deprimir porque atribuem razões pessoais à falta de emprego.

Quanto a esta questão das causas que levam as mulheres a entragem na prostituição, Martin apud Guimarães (2007, p. 76), aponta que essas mulheres efectivamente optaram pela prostituição apresentando como justificativa a necessidade de dinheiro e como uma forma de resolver seus problemas imediatos. Tal posição trata-se de uma postura profissional ancorada em um discurso inteligível e simplista, destacado como uma forma de comover o interlocutor.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA PROSTITUIÇÃO

Há inúmeras consequências no exercício da prostituição no município de Cazenga e Viana, que vão desde o estresse, estigma e o preconceito a ela atribuído, inúmeras práticas discriminatórias fazem parte do seu quotidiano. Desde a violência física à violência psicológica.

Podemos perceber que a prostituição poderia ser vista como uma patologia, no sentido em que mulheres oriundas de famílias desestruturadas e carentes de afecto podem buscar nessa prática uma maneira de se sentirem amadas, procurando um pouco de atenção, além disso, podemos entender também que o paradigma da adicção sexual se mostra iluminador, uma vez que o sexo pode ser utilizado como uma forma de aliviar e dissipar os mais variados sentimentos, tais como angústia, raiva e depressão.

Muitas trabalhadoras de sexo entrevistadas no município de Cazenga e Viana, apresentaram sintomas de ansiedade e depressão simultaneamente pois, notava-se o nível de ansiedade a partir do momento em que chamavam e cativavam os clientes mostrando que tudo estava bem mas, apois uma conversa profunda com elas, notamos o sentimento de culpabilidade, solidão, baixa auto-estima, vergonha, estresse e depressão simultaneamente sobretudo para as jovens que tinham separação conjugal, demostraram tendência de revitimização.

Notamos também que muitas trabalhadoras de sexo nos municípios em referência, manifestou que já bandonou a escola pelo menos uma vez e, uso de substâncias psicóticas como (drogas, consumo excessivo de álcool e cigarro) era uma prática recorrente.
A maioria das trabalhadoras de sexo entrevistadas no município de Cazenga e Viana, afirmaram que já vivenciaram situações de discriminação e violências e, mesmo que algumas as aceitem como parte do quotidiano, ainda se indignam e procuram formas de conté-las.

Em seus discursos, há uma resistência expressa em acções, tanto naquelas mais explícitas, como a denúncia às autoridades competentes, a recusa de ter relações sexuais e o cliente se comportar de forma determinada, a reacção física ou verbal diante das agressões, quanto nas mais implícitas, como é o caso da permanência na prostituição, na maneira de proceder, de se vestir, de falar e até mesmo de ser, como podemos observar nos depoimentos abaixo:

> *"Corremos muitos riscos, você pode apanha SIDA, fica grávida e não saber quem é o pai da criança, fazer sexo sem te pagarem, te baterem na pessoa com quem você está a fazer sexo, a coisa só piora se a namorada dessa pessoa te encontra na pensão com o namorado ou marido dela." (E8-35 anos de idade, 12ª classe)*

Puto Lilas já disse na música "tudo mata" *mas essa nossa vida nos mata mais rápido porque você não sabe com quem se deitas, talvez tem SIDA ou outras doenças ou é*

bruxo." (E1- 27 anos de idade, 10ª classe)

Com esses depoimentos, não restará dúvidas de que a prática da prostituição, pode de certa forma, deixar as trabalhadoras de sexo dos municípios de Cazenga e Viana, o estigma ou o rótulo de transmissoras do HIV-SIDA.

É importante entender os efeitos práticos dessa visão. O primordial e mais importante nesses depoimentos é a depressão, o isolamento social que se gera em torno das trabalhadoras de sexo que ora são vistas como vítimas e incapazes, outrora são vistas como perpectuadoras de tudo que há de errado em Luanda particularmente no Cazenga e em Viana.

MEDIDAS DE COMBATE A PROSTITUIÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CAZENGA E VIANA

Combater a prostituição em Luanda e particularmente nos municípios de Cazenga e Viana, é uma tarefa difícil, pois, há ineficiência legislativa quanto a esta temática na Constituição e outras leis afins. Ao não se legalizar a prostituição, concede-se a autorização aos membros da sociedade para violentar os direitos das trabalhadoras de sexo. Para isso, o Executivo deve procurar implementar estratégias para combater primeiro a pobreza e posteriormente a prostituição, pois, o único caminho para se combater a prostituição é reconhecê-la como uma realidade.

Desta feita, o nosso país (Angola) adoptou a 10 de Fevereiro de 2014 a Lei 3/14 sobre a Criminalização das Infracções subjacentes ao Branqueamento de Capitais segundo a qual "quem, com intenção de lucros, promover, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição ou prática reiterada de actos sexuais para outra pessoa, aproveitando-se da situação de necessidade económica ou particular vulnerabilidade da vítima ou constranger a esse exercício ou prática, usando da violência, ameaça ou fraude é punido com pena de prisão de 1 a 6 anos (Artigo 21).

O Código Penal no livro 2 dos Crimes em especial no Artigo 405º diz: *"se, para satisfazer os desejos desonestos de outrem, o ascendente exercitar, favorecer ou facilitar a prostituição ou corrupção de qualquer pessoa sua descendente será condenado a prisão de 1 a 2 anos e multa correspondente, ficando suspenso dos direitos políticos por 12 anos".*

Além disso, o sexo pode ser utilizado como uma forma de aliviar os mais variados sentimentos, tais como angústia, raiva e depressão. Através da prostituição a mulher de certa forma, abandona as "normas", transgride as leis, adoptando uma posição perversa. Como podemos observar nos depoimentos de uma das nossas entrevistadas:

Gostaria dizer se João Lourenço [Presidente da República] não dar emprego, mui-

ta gente vai vender o seu corpo, os roubos não vão diminuir e nós vamos continuar nessa vida enquanto ele está ali numa boa vida com a sua família a engordar. No tempo do Zé Dú não era assim, as pessoas não eram obrigadas a passar por tudo isso (E1 – 27 anos de idade, 10ª classe).

Olha, aqui vem muitos papás, na maioria deles são casados e há aqueles que te falam que não estão bem na relação e que a mulher em casa não está a lhe revelar bem e preferem ficar connosco. Eles preferem pagar do que arranjar uma namorada que vai lhe pedir cabelo brasileiro, vai ter que sair com ela para lhe levar no shopping, lhe pagar propina na escola, lhe comprar roupa, connosco é diferente. Os kotas [mais velhos] que vêem aqui se sentem a vontade, lhes atendemos como se fosse nossos maridos. Nós não lhes ligamos para não estragar a relação deles. Os meus clientes se eu não estiver não se envolvem com outras por que eu lhes atendo bem. (E10-20 anos de idade, 11ª classe)

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Chegou-se a conclusão que a prostituição é uma prática rentável e, as trabalhadoras de sexo em Luanda, especialmente nos municípios de Cazenga e Viana, entrarem para o mundo da prostituição para melhorarem as suas condições de vida e de suas famílias. As trabalhadoras de sexo precisam de um trabalho digno que resulte em uma fonte de renda para a sua própria subsistência.

Com o referido estudo, chegou-se também a conclusão que a principal causa que levam as mulheres a entrarem para o mundo da prostituição tem haver com a falta de condições financeiras pois, elas aspiram um futuro melhor, por exemplo, deixar a prostituição, realizar outros trabalhos e terem uma vida digna.

A concentração das trabalhadoras de Sexo nas principais arteiras do munícipo de Cazenga e Viana, pode ser atribuída ao facto de estarem próximas aos centros comerciais, com grande número de trabalhadores informais e um fluxo considerável de pessoas. A maioria das instituições ao redor, possui quartos que são arrendados pelas trabalhadoras de sexo (guarita dos seguranças, farmácias só para citar).

Com esse estudo chegou-se também a conclusão que nenhuma trabalhadora de sexo entrou para aquela actividade contra sua vontade. Parte delas começou por causa de necessidades económicas.

Recomenda-se ao Governo da província de Luanda e aos administradores municipais do Cazenga e Viana a criarem cursos profissionalizantes para a juventude e subsídios para as mulheres desempregadas e para mães separadas;

Recomenda-se ao Executivo a criar políticas que visam reduzir a pobreza em Angola de modo que se possa reduzir o nível de prostituição nas arteiras da cidade de Luanda e nos municípios de Cazenga e Viana em particual;

Recomenda-se aos futuros pesquisadores a fazerem estudos períodicos de modos que o mesmo assunto chegue ao Executivo e ao Ministério da Juventude e Desporto.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, L. (1991). *Os Bordéis Franceses*, São Paulo, Companhia das Letras: Círculo do Livro.

AMORIM, N. (2019). *Prostituição na Europa*: Enquadramento internacional, Coleção e Temas editora, Lisboa.

BEAUVOIR, S. (1967). *O segundo sexo II: a experiência vivida*, 2ª edição, São Paulo: Difusão europeia do livro.

BERNARDO, J. (2011). *Prostituição em Luanda: Causas e Consequências,* AustriaLivros editora.

CARMO, H. (2001). *Problemas Sociais Contemporâneos*, Universidade Aberta.

DEL PRIORE, M. (1993). *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia,* Rio de Janeiro-Brasília: José Olympio –Edunb.

FARIA, et al. (org). (2015). Estudo das Condições Sociais e do quadro jurídico legal das trabalhadoras de sexo em Angola, SCARJOV, Fundação Open Society.

FRANÇA, G.V. de. (1994). *Prostituição: um enfoque políticosocial, Femina,* Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2.

PARDAL. M. N. M. (2014). *Género, Média e Prostituição: A Intervenção Social em Prostituição e os Meios de Comunicação*, Universidade de Coimbra.

PEREIRA, A. G. (2014). *Estudos sobre prostituição: Uma revisão da bibliografia sobre o tema e sua inserção no campo dos estudos de género.*

TORRES, G. V. et al. (1999). *Prostituição: Causas e perspectivas de futuro em Grupo de Jovens.*

ARTIGO 3

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

AS IMPLICAÇÕES DE NÃO CUMPRIMENTO DA ÉTICA E DEONTOLOGIA MÉDICA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO: UMA PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO, BASEADO NA TEORIA DO RISCO OBJECTIVO E CONTRATUAL

Autor: João Nascimento Rodrigues Manuel | joaonaimentomanuel@gmail.com | Pós-graduado em Agregação Pedagógica pela Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo-Lubango- Huíla- Mestrando em Ciências Jurídicas-Civis pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto- Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados de Angola, Cédula Profissional Nº 3.346, Professor do Instituto Superior Politécnico Independente do Lubango (ISPI) e Assessor Jurídico do Conselho Regional Sul (Huíla, Namibe, Cunene e Cuando-Cubango) da Ordem dos Médico de Angola | ORCID iD: 0009-0007-5140-7264

RESUMO

No presente artigo, fez-se uma abordagem relativa as implicações de não cumprimento da ética e deontologia por parte do médico no exercício da profissão, no contexto angolano e, a consequente, responsabilidade civil do médico. O cumprimento das normas e princípios éticos e deontológicos é fundamental para garantir a qualidade do atendimento médico e salvaguardar os direitos e a segurança dos pacientes. A responsabilidade civil dos médicos em relação ao não cumprimento da ética e deontologia é o ponto principal da discussão. A responsabilidade médica refere-se à obrigação jurídica e ética que o médico tem de prestar cuidados adequados aos pacientes, impondo ao médico seguir os protocolos estabelecidos, tomar decisões informadas e agir de acordo com os padrões éticos e deontológicos da profissão. No ordenamento juridico angolano, a análise da responsabilidade civil geralmente, baseia-se na teoria do risco objectivo e contratual, que atenta os danos causados aos pacientes em consequência de erro, negligência, imprudência e imperícia, etc. O objectivo da investigação é analisar como o não cumprimento da ética e deontologia por parte do médico pode afectar a relação médico-paciente. A reflexão sobre essas questões justifica-se por um lado, pela existência de litígios de responsabilidade médica por danos sofridos em pacientes resultantes de actos médicos e, por outro lado, para promover práticas médicas responsáveis e éticas dentro do contexto juridico angolano. A investigação científica basear-se-á no método dedutivo e hermenêutico ou interpretativo e em função dos objectivos preconizados a investigação é de carácter, essencialmente, bibliográfico e descritivo, cujo enfoque epistemológico é qualitativo.

Palavras-chave: Não cumprimento, ética-deontológica, médico, responsabilidade civil, teoria do risco objectivo e contratual

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

ABSTRACT

In this article, an approach will be made regarding the implications of non-compliance with ethics and deontology by doctors in the exercise of their profession, in the Angolan context and, the consequent civil liability of the doctor. Compliance with ethical and deontological standards and principles is essential to guarantee the quality of medical care and safeguard the rights and safety of patients. The civil liability of doctors in relation to non-compliance with ethics and deontology is the main point of the discussion. Medical responsibility refers to the legal and ethical obligation that a doctor has to provide adequate care to patients, requiring the doctor to follow established protocols, make informed decisions and act in accordance with the ethical and deontological standards of the profession. In the Angolan legal system, the analysis of civil liability is generally based on the theory of objective and contractual risk, which takes into account the damage caused to patients as a result of error, negligence, imprudence and malpractice, etc. The objective of the research is to analyze how a doctor's failure to comply with ethics and deontology can affect the doctor-patient relationship. Reflection on these issues is justified, on the one hand, by the existence of medical liability disputes for damages suffered by patients resulting from medical acts and, on the other hand, to promote responsible and ethical medical practices within the Angolan legal context. Scientific research will be based on the deductive and hermeneutic or interpretative method and depending on the recommended objectives, the research is essentially bibliographic and descriptive in nature, whose epistemological focus is qualitative.

Keywords: Non-compliance, ethical-deontological, medical, civil liability, risk theory objective and contractual

INTRODUÇÃO

Este artigo científico tem como objectivo estudar as consequências de não cumprimento da ética e deontologia médica no exercício da profissão, sob a perspectiva da responsabilidade civil do médico no ordenamento juridico angolano, com base na teoria do risco objectivo e contratual. A actividade médica é uma profissão muito nobre e complexíssima, porquanto trata efectivamente da vida humana. O cumprimento de princípios éticos e deontológicos é fundamental para salvaguardar a integridade dos pacientes e a segurança na actuação do médico.

A responsabilidade civil refere-se à obrigação de reparar danos causados a terceiros, por consequência de actos ilícitos ou negligentes. Ao estudar-se este tema na perspetiva da teoria do risco objectivo e contratual, poder-se-á compreender como o ordenamento juridico angolano imputa responsabilidade aos médicos em caso de violação da ética e deontologia medica.

Por um lado, teoria do risco institui que o profissional de saúde (médico), pode ser responsabilizado pelos danos causados ao paciente independentemente de cul-

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

pa, bastando a verificação do nexo de causalidade entre a conduta do médico e o dano sofrido pelo paciente.

Por outro lado, a teoria contratual realça a relevância do cumprimento dos deveres assumidos pelo médico no contexto da relação contratual médico-paciente. Nesta situação, quando um profissional de saúde (médico), não cumpre com as normas éticas e deontológicas no exercício da actividade médica, pode ser responsabilizado não tão-somente por infringir estes princípios, mas também por descumprir as obrigações assumidas no contrato firmado com o paciente.

Portanto, a analise da responsabilidade civil do médico no ordenamento juridico angolano à luz da teoria do risco objectivo e contratual oferece percepções importantes relativas as consequências jurídicas resultantes da violação dos princípios éticos e deontológicos no âmbito da prática da medicina. Essa reflexão é basilar para promover uma actuação ética e deontológica dos profissionais de saúde (médico) em Angola.

JUSTIFICAÇÃO

O não cumprimento da ética e deontologia médica pode dar azo a implicações, quer do ponto de vista profissional, quer jurídico. No contexto angolano, a responsabilidade civil do médico no ordenamento juridico angolano é uma matéria complexa. A teoria do risco objectivo e contratual é mormente aplicada a imputação a conduta dos profissionais de saúde.

O não cumprimento da ética e deontologia médica pode redundar em processos judiciais, proibição do exercício de profissão e prejuízos à honra e bom nome do médico e pôr em causa a qualidade dos cuidados de saúde.

Portanto, é elementar que os médicos ajam com comprometimento e persigam estritamente as normas éticas instituídas, garantindo a segurança e a comodidade dos pacientes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Relativamente ao presente tema, é imprescindível tratar as distintas áreas do conhecimento que apresentam relações intrínsecas com a ética e deontologia médica, responsabilidade civil do médico, e a teoria do risco objectivo e contratual, nomeadamente: 1. Ética e deontologia médica: pesquisar as bases da ética médica, abrangendo os princípios como beneficência, não maleficência, autonomia e justiça social. 2. Responsabilidade civil: analisar as bases jurídicas da responsabilidade civil no contexto médico, examinando casos judiciais e estudos doutrinárias sobre o tema, autores especializados em direito civil e biomédico, como, Gregori Chavlovski, "Medicina legal", Adão do Nascimento Domingos "A Responsabilidade Civil e Penal do Médico Por Actos Praticados no Exercício das sua Actividade" e Carlos Alberto da Mota Pinto, "Teoria do Direito Civil".3. Teoria do risco objetivo e contratual: investigar as bases teóricas da teoria do risco

objectivo e contratual, particularmente em relação à práxis médica, autores que abordam responsabilidade civil sob a óptica do risco, como Menezes Leitão "Direito das Obrigações" e outros, permitirão a compreensão desses conceitos. 4. legislação angolana, compreender as leis e regulamentações particulares que regem a prática médica em Angola, como Código Deontológico e de Ética Médica, Código Disciplinar, Estatuto da Ordem dos Médicos de Angola, Regulamentto Geral e Codigo Civil Angolano, aplicáveis aos profissionais de saúde.

Este estudo interdisciplinar ajudará a compreensão da abordagem relativa as implicações de não cumprimento da ética médica no exercício da profissão, sob a perspectiva da responsabilidade civil do médico no ordenamento juridico angolano.

OS DIREITOS E DEVERES ÉTICO-DEONTOLÓGICOS MÉDICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

Na 1° Reunião Nacional da Ordem dos Médico, foi aprovado em Outubro de 2000, o Código Deontológico e de Ético Médica. Este diploma disciplina a relação existente entre médico-paciente, definido as disposições gerais, os direitos e deveres dos médicos, a publicidade, os consultórios médicos, o médico ao serviço do paciente, a qualidade dos serviços médicos, o segredo profissional, atestados médicos e arquivos clínicos, honorários, remuneração profissional, o médico ao serviço da comunidade, responsabilidade perante a comunidade, relações entre os médicos, relações dos médicos com terceiros, relações dos médicos com farmacêuticos, enfermeiros, auxiliares da profissão e membros de outras profissões paramédicas, a disciplina.

Assim, pode-se apresentar entre outros, os seguintes direitos do médicos, nos termos do artigo 5° do Código Deontológico e de Ética Médica: indicar o procedimento adequado ao paciente, observadas as práticas aceites e respeitando as normas legais vigentes no pais; apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições em que trabalhe, quando as julgar indignas do exercício da profissão ou prejudiciais ao paciente, devendo dirigir-se nesse caso aos órgãos competentes, obrigatoriamente, a Comissão de Ética e ao Conselho Regional de sua Jurisdição; recusar-se a exercer a sua profissão em instituições sanitárias públicas ou privadas onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar o doente; suspender as suas actividades, individual ou colectivamente, respeitando sempre a legislação em vigor, quando a instituição pública ou privada para o qual trabalhe não oferecer condições mínimas para o exercício profissional ou não o remunerar condignamente, ressalvadas as situações de urgência e emergência, devendo comunicar imediatamente a sua decisão ao conselho Regional da Ordem dos Médicos; internar e assistir seus pacientes em hospitais privados com ou sem caráter filantrópico, ainda que não faça parte do seu corpo clinico, respeitadas as normas técnicas da instituição; dedicar ao seu paciente o tempo que sua experiencia e capacidade profissional recomendarem para o desempenho de sua actividade, evitando que o acumulo de encargos ou de consulta prejudique o paciente.

São, entre uns e outros deveres deonto-

lógico dos médicos: o médico deve zelar em todas as circunstâncias a saúde das pessoas e da colectividade; cumprir com esta missão o médico presta toda a atenção à arte médica que prática, estando sempre e plenamente preparado de forma a respeitar a pessoa humana; o médico deve acompanhar o desenvolvimento da ciência médica, actualizando permanentemente a sua cultura científica e a sua preparação técnica, com vista a servir melhor os seus pacientes; os médicos devem prestar tratamento de urgência as pessoas que se encontrarem em perigo imediato, independemente da sua função específica ou especialidade; o médico deve exercer todos os actos médicos benéficos para o doente, segundo o consenso actual da comunidade médica, mesmo que sejam contrários às convicções ideológicas, religiosas ou politicas; a arte medica em caso algum pode ser peticado como comércio (artigo 6° do Código Deontológico e de Ética Médica), dever de respeito, (artigo 19° do Código Deontológico e de Ética Médica); dever de assistência médica (artigo 27° do Código Deontológico e de Ética Médica), dever de cooperação, (artigo 69° do Código Deontológico e de Ética Médica), cumprir as normas deontológicas que regem o exercício da profissão médica, (artigo 12° do Regulamento da Ordem dos Médicos).

Com as devidas adaptações a violação dos deveres deontológicos e éticos ficam sujeitos às as sanções (consequências/efeitos), previstas no artigo 74° do Estatuto da Ordem dos Médicos de Angola, nomeadamente, a) advertência, b) censura, c) multa, d) suspensão e e) expulsão.

Porém, o Código Disciplinar Médico, nos termos do artigo 2° estabelece que a responsabilidade disciplinar perante a Ordem dos Médicos, pode coexistir com quaisquer outras previstas na lei, nomeadamente: A responsabilidade civil, responsabilidade criminal e responsabilidade administrativa, etc.

Em harmonia com DOMINGOS, (2014, p. 26), "*Na relação médico-paciente estão em causa bens jurídicos valiosos e essenciais cujas lesões têm consequências devastadoras, quer para o doente, quer para a usa família, daí que o Direito Civil tenha logrado prevenir e punir verificados os pressupostos para o efeito*".

PERSPECTIVA HISTÓRICA

Segundo CHAVLOVSKI, (2014, p. 292), "*antigamente, a medicina era uma profissão contra a qual não se erguia nenhuma forma de responsabilidade*".

Em concordância com DOMINICALE, LÍDIA PRISCILA. (2004). *Responsabilidade Criminal dos Médicos, <<in>> Revista da Faculdade de Direito Padre Anchieta* - Ano V. N° 9, pp. 99-96:

Na antiguidade, o desempenho do médico estava sob a proteção divina, com o seu marcado caráter de religiosidade e de magia. O curar ou não o doente, o salvar ou não a vida estavam na dependência de Deus. Nos primórdios do século passado, a Medicina desfrutava de um conceito de tal ordem que os seus profissionais estavam além do bem e do mal, tanto que uma premissa básica dos médicos era: o sol alumia seus sucessos e a terra esconde seus erros e desastres.

Com efeito, a não ser um ou outro caso excepcional, normalmente o judiciário não era chamado para resolver pendências entre o paciente e seu médico.

Diante dos argumentos supra expostos, na antiguidade entendia-se que o profissional de saúde (médico), não era responsável pelos actos médicos praticados no exercício da sua profissão, mesmo quando causasse danos a pacientes estava isento de responsabilidade médica, todavia, actualmente, a responsabilidade civil médica é aceite pela ciências jurídicas e medicinas.

Em conformidade com CHAVLOVSKI, (2014, p. 289), *"No momento actual, não há outra profissão mais visada pela lei que a medicina, chegando a ser uma das mais difíceis de exercer sob o ponto de vista legal"*.

Nas palavras de Adão do Nascimento Domingos, (2014, p. 22):

> *"A responsabilidade civil, só muito recentemente começou a despertar um maior interesse, por um lado, porque a medicina esteve rodeado de valores ideológicos envoltos em padrões técnicos profissionais e, por outro lado, porque esteve sempre subjacente o não questionamento das capacidades e habilidades técnicas, da idoneidade e da competência do médico, visto sempre como um benemérito, incapaz de voluntariamente causar danos a outrem."*

Actualmente, o legislador não deixa de ter dúvidas acerca das operações cosméticas, da esterilização, das experiências científicas do homem, da fecundação artificial heteróloga, aborto eugénico, tratamento arbitrário da omissão e das cirurgias de indicação social (Chavlovski, 2014, p. 290).

Em Angola há vertiginosos danos causados por médicos a pacientes, e consequente aumento de processos judiciais de natureza civil, em função do crescimento da cultura jurídica dos pacientes.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO

O paciente que sofrer danos por eventual negligência, imprudência ou imperícia, falta de cumprimento das normas protocolares de saúde, dever de cuidado do médico na execução da profissão, pode aquele responsabilizar civilmente este.

No ordenamento juridico angolano, não existe uma legislação especifica relativa a responsabilidade civil médica por actos que causam danos a pacientes, pelo que estas situações são reguladas segundo as regras gerais sobre a responsabilidade civil, previstas no Código Civil, nomeadamente, responsabilidade subjectiva (baseada na culpa do lesante, nos termos do artigo 483°, n° 1 do Código Civil Angolano; responsabilidade objectiva ou pelo risco, nos termos dos artigos 483° n° 2 e 499° do Código Civil Angolano; responsabilidade contratual ou obrigacional, artigo 798° do Código Civil Angolano; responsabilidade delitual ou extra-contratual, artigo 483° n° 2 do Código Civil Angolano; responsabilidade civil ou patrimonial, artigo 601° do Código Civil Angolano, outrossim, na Constituição da República de Angola, nos termos do 75° da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 501° do Código Civil Angolano.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CONCEITO

Em consonância com Carlos Alberto da Mota Pinto, (2012, p. 128):

A responsabilidade civil consiste, por conseguinte, na necessidade imposta pela lei a quem causa prejuízos a outrem de colocar o ofendido na situação em que estaria sem a lesão, nos termos do artigo 483° e 562° do Código Civil Angolano.

Ora, nas situações que o médico causa danos não patrimoniais ou morais ao paciente, deve-se procurar primeiramente colocar o paciente na situação que estaria se não fosse a lesão provocada, todavia não sendo possível ter-se-á lugar a indemnização em dinheiro ou execução por mero equivalente, nos termos do artigo 562° do C.C, todavia os prejuízos provocados pelo médicos ou profissionais de saúde a pacientes são danos não patrimoniais, ou seja, são danos morais, contudo, devem ser atendidos fixando-se uma indeminização ou compensação pela pretium doloris (preço da dor), nos termos do artigo 496° n° 1 do C.C.

RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL E EXTRA-CONTRATUAL

Conforme afirma João de Matos Antunes Varela, (2012, p. 519-520):

A responsabilidade civil cabe tanto a responsabilidade proveniente da falta de cumprimento das obrigações emergentes dos contratos, de negócios unilaterais ou da lei (responsabilidade contratual), como a resultante da violação de direitos absolutos ou da prática de certos actos que, embora lícitos, causam prejuízos a outrem (responsabilidade extracontratual).

A responsabilidade civil do médico é contratual ou extracontratual, exercendo a actividade em estabelecimento público ou privado. Se o médico presta a sua actividade num hospital público, intervém claramente o regime da responsabilidade extracontratual do estado e outras entidades públicas, nos termos do artigo 75° da Constituição da República de Angola, que prevê os actos de gestão pública, porquanto o médico actua nas vestes de funcionário público e prática actos de gestão pública, (DOMINGOS, 2016, pp. 5-76).

Adão do Nascimento Domingos, (2014, pp. 76-77), salienta que:

> *"Se o médico presta a sua actividade num estabelecimento privado de saúde, o atendimento do doente pressupõe a existência de um contrato de prestação de serviço, nos termos do artigo 1154° do Código Civil Angolano, em regra de prestação continuada, de caracter pessoal, verbal ou escrito (uma vez que entre nós vigora o princípio da liberdade de forma, nos termos do artigo 219° do Código Civil Angolano, ao qual se aplicam as disposições relativas ao mandato, nos termos do artigo 1156° do Código Civil Angolano, bilateral, oneroso e sujeito a rescisão, com vis-*

ta ao tratamento do doente, de modo a assegurar-lhe os cuidados possíveis, tenho por objectivo devolver-lhe a saúde, minimizar o sofrimento e prolongar ou salvar a vida, em caso de lesão ou prejuízo causado ao doente, o médico responde pelos actos praticados, esta responsabilidade resulta de um contrato, cuja responsabilidade civil é contratual."

RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJECTIVA

Para Carlos Alberto B. Burity da Silva, (2014, p.p. 177-178) *"Em regra, só haverá obrigação de indemnizar para ao agente que provoca danos a outrem quando ele actue ilicitamente e com dolo ou culpa. O regime regra em matéria de responsabilidade civil está no artigo 483° do Código Civil Angolano".*

Em princípio, a obrigação de indemnizar ou compensar que impede ao médico ou profissional de saúde que cause danos a paciente, ocorre nas situações que aquele (médico ou profissional de saúde), tenha agido com dolo ou culpa, constituindo a regra, todavia há excepções, que abordar-se-ão seguidamente.

SILVA, (2022, p. 552), assevera que:

*"Nos termos do artigo 483° do Código civil Angolano, a responsabilidade por factos ilícitos depende de vários pressupostos: a) o facto; b) a ilicitude; c) a culpa; d) o dano; e) o nexo de causalidade entre o facto e o dano: O facto causador do dano deve ser um **facto humano**, ou seja, a conduta de uma pessoa (accão ou omissão), tem de ser voluntaria, **ilicitude** pressupõe que o facto deve ser ilícito, ou seja, deve estar em contradição com o sentido global do direito instituído, a **culpa** consiste em actuar com conduta que merece reprovação ou censura do direito; o lesante podia ter agido de outro modo, o dano a finalidade essencial reparadora ou reintegrativa da responsabilidade só se efetciva em presença de um **dano** ou prejuízo e ,finalmente, exige-se que entre o facto e o dano deve existir um **nexo causal**, que o facto constitua causa do dano, o dano tem de ser causado ou provocado pelo facto em causa."*

A responsabilidade civil subjectiva do médico, via de regra ocorrerá quando estiverem preenchidos cumulativamente aqueles elementos ou pressupostos supra referidos, salvo as devidas excepções que serão estudadas detalhadamente a seguir.

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJECTIVA OU PELO RISCO: A TEORIA DO RISCO OBJECTIVO

"A responsabilidade objectiva começou por se afirmar em matéria de acidentes de trabalho para evitar que a ânsia de maior lucro levasse os empresários a descurar as condições de segurança nas construções e na utilização de máquinas (Silva C. A., 2014, p. 180)".

A responsabilidade civil objectiva, igualmente sabida como responsabilidade pelo risco, é um concep-

ção juridico relevante, particularmente em situações relativas à actividade médica. Nessa conjuntura, a responsabilidade civil obejectiva pressupõe que um sujeito ou ente pode ser responsabilizada por danos causados a outrem, independentemente de culpa, naturalmente por estar envolvida em uma actividade de risco.

Para SILVA, (2014, p. 179), "*A responsabilidade objectiva verifica-se sempre que alguém é responsável por prejuízos causados a outrem, independentemente de culpa*".

Na imputação pelo risco, o fundamento que lhe está na base baseia-se numa concepção de justiça distributiva, segundo as doutrinas do risco-proveito, risco profissional ou de actividade e o risco de autoridade. Segundo a concepção da doutrina do risco de actividade ou profissional (a importante paro o estudo do caso), aquele que exerce uma actividade ou profissão que seja eventualmente fonte de risco deve suportar os prejuízos que dela resultem para terceiros (Leitão, 2014, pp. 47-48).

Pois, na actividade médica, a teoria do risco pode ser aplicadas nas situações supra referidas, porquanto o principal objectivo do médico no exercício da sua actividade é estimar e administrar os riscos relacionados aos cuidados de saúde dos pacientes, circundando deliberações clínicas, a correspondência eficiente de esclarecimentos sobre riscos e benefícios dos tratamentos, igualmente a consideração ética dos riscos em distintos assuntos médicos.

NATUREZA DA OBRIGAÇÃO MÉDICA E EFEITOS JURÍDICOS PROBATÓRIOS

Examinando a classificação das obrigações em função das tipologias de prestações, que se leva a uma classificação de prestações. Poder-se-á distinguir prestações de resultado e prestações de meios.

Segundo LEITÃO, (2014, p. 123-124) assegura que:

> *"Nas prestações de resultado, o devedor vincular-se-ia efectivamante a obter um resultado determinado, respondendo por incumprimento se esse resultado não fosse obtido. Nas prestações de meios, o devedor não estaria obrigado à obtenção do resultado, mas apenas a actuar com diligência necessária para que esse resultado seja obtido. Assim, por exemplo, enquanto o transportador estaria obrigado a entregar a coisa transportada num lugar e tempo determinado (prestação de resultado), o médico estaria apenas obrigado a desenvolver os seus melhores esforços para que a cura do doente seja obtida (prestação de meio)."*

PRATA, (2006, p. 994), reitera que:

> *"O interesse da distinção, em termos de regime, resulta na forma de estabelecimento do ónus da prova. Nas prestações de resultado, bastaria ao credor demonstrar a não verificação do resultado para estabelecer o incumprimento do devedor, sendo este que, para se exonerar de responsabilidade, teria que demonstrar que inexecução é devida a uma causa que não lhe é imputável"* (LEITÃO, p.

124).

Na obrigação de resultado o devedor se compromete a conseguir determinado resultado, respondendo perante o credor no caso de frustração de tal resultado, salvo se provar que ela se ficou a dever a facto não culposo seu, designadamente a caso fortuito ou de força maior, (PRATA, 2006, p. 996).

Pelo contrário, nas prestações de meios não é suficiente a não verificação do resultado para responsabilizar o devedor, havendo que demonstrar que a sua conduta não corresponde à diligência a que se tinha vinculado. Assim, nos exemplos supra referidos, o transportador que não entrega as mercadorias no local e tempo estipulados fica sujeito a responsabilidade, salvo se demonstrar a ocorrência de factores externos que a excluam, como os de o facto de o doente não se ter curado não indicia a responsabilidade do médico, cabendo àquele demonstrar que o processo que visava obter a cura não foi conduzido com a adequada diligência (LEITÃO, p. 124).

Na obrigação de meio, o objeto ou conteúdo da obrigação é o comportamento do devedor, não se cogitando o resultado final, e o ônus da prova caberá ao credor. Na obrigação de resultado, o objeto ou conteúdo da obrigação é o resultado da atividade do devedor, cogitando-se o resultado final, e o ônus da prova caberá ao devedor, (LIMA, 2012, p. 37).

A obrigação médica é, em geral, de meio e não de resultado, ou seja, implica no dever de prudência e diligência no exercício de sua arte, utilizando os melhores meios disponíveis para tentar a cura do paciente sem, entretanto, prometer ou garantir o resultado esperado. Não existe a possibilidade de assegurar prévio resultado porque os fatores que envolvem o exercício da medicina o tornam incerto. Esses fatores de incerteza, como a evolução da ciência, a constituição do paciente e a evolução da própria moléstia, fazem com que o médico não possa efetivamente garantir o resultado. Reconhece-se, contudo, que em algumas especialidades – como a cirurgia plástica estética, anatomopatologia, análises clínicas e radiologia – a obrigação médica será de resultado. (LIMA, 2012, p. 40).

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

METODOLOGIA

O presente artigo baseou-se no método dedutivo e hermenêutico, em função dos objectivos o tipo de investigação é de carácter, essencialmente, bibliográfico e descritivo cujo enfoque é qualitativo.

Segundo NKUANSUMBU, (2018, p. 4), o termo método é de origem grega: ¨***meta***¨, significa junto, em companhia, e ¨***hódos***¨ significa caminho.

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS

a) Revisão da literatura jurídica, analise documental, observação e inquérito por questionário.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população objecto de estudo é constituída pelos:

a) Pacientes de Hospitais Provinciais e Municipais de Lubango-Huíla; e
b) Médicos inscritos no Conselho Provincial da Huíla da Ordem dos Médicos de Angola.

Na recolha de dados, foram inquiridos 250 pacientes e 50 médicos do qual se obteve uma amostra aleatória simples de 200 pacientes e 45 médicos.

O método de selecção da amostra utilizada é a amostragem aleatória simples. De acordo POCINHO, (2009, p. 54) "*amostragem aleatória simples é uma técnica segundo qual cada um dos elementos que compõe a população alvo tem igual probabilidade de ser escolhido para fazer parte de uma amostra*".

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir apresentar-se-á e discutir-se-á o questionário feito aos médicos inscritos no Conselho Provincial da Ordem dos Médicos de Angola e pacientes de unidades hospitalares de Luango-Huíla

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Nº	Questões	Respostas
1	Na sua opinião, a ética e a deontologia médica são importantes no exercício da profissão de medicina em Angola?	a) Sim-45 b) Não-0
2	Ao seu ver, há alguma relação de causa-efeito entre o não cumprimento da ética e deontologia médica e as questões legais envolvendo responsabilidade civil dos médicos em Angola?	b) Sim-40 c) Não-5 e) Nenhuma-0 f) Outras-0
3	No seu ponto de vista, quais seriam as principais sanções para um médico que não cumprisse as normas éticas e deontológicas estabelecidas para a prática da medicina em Angola?	a) Civis-x b) Penais-x d) Todas-45 e) Nenhumas-0 f) Outras-0
4	Na sua óptica, a teoria do risco objectivo e contratual se aplica à responsabilidade civil dos médicos no ordenamento juridico angolano?	a) Sim-45 b) Não-0
5	Na sua perspectiva, quais são os desafios enfrentados pelos médicos em Angola para garantir o cumprimento da ética e deontologia médica em sua prática profissional?	a) Muitos-40 b) Poucos-5 c) Nenhuns-0 d) Outros-0

Tabela1. Inquérito por questionário-médico.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Em função das respostas obtidas de médicos inquiridos relativamente as questões suscitadas depreende-se o seguinte:

1.A ética e deontologia médica são fundamentais para garantir o funcionamento do exercício da profissão médica, em particular, e de forma geral, o sistema de saúde em Angola, porquanto estabelecem os padrões de conduta e orientam as decisões dos profissionais de saúde (médicos).

2. Outrossim, o não cumprimento da ética e deontologia médica pode dar azo a processos judiciais por responsabilidade civil, uma vez que as condutas antiéticas podem resultar em danos aos pacientes e sociedade, em geral.

3. Compreende-se igualmente, que o médico que não cumpre com as normas éticas e deontológicas pode enfrentar processos de natureza judicial, podendo cassar-se a cédula profissional, proibindo do exercício da profissão, manchando a sua reputação profissional, e consequente, impacto negativo na relação com os pacientes.

4. Entende-se similarmente, que a teoria risco objectivo e contratual pode ser aplicada para determinar a responsabilidade civil dos médicos quando há danos decorrentes do exercício da medicina, independentemente da existência de culpa, porque busca proteger os direitos dos pacientes e impor responsabilidade aos profissionais de saúde (médico).

5. Percebe-se identicamente, os desafios dos médicos dos médicos podem incluir falta de recursos adequados, pressões que possam por compreender os princípios éticos, falta de educação continuada sobre ética medica, entre outras.

Questionário-Paciente

Nº	Perguntas	Respostas
1	Na sua opinião, no cuidado e tratamento de saúde que recebeu dos hospitais províncias e municipais de Lubango houve cumprimento da ética e deontologia médica pelos médicos?	a) Sim-50
2	No seu modo de ver, os médicos cumprem as responsabilidades éticas durante exercício de atendimento aos pacientes?	b) Não-150

3	O não cumprimento das normas éticas e deontológicas por parte dos médicos afecta a confiança e segurança dos pacientes em relação aos cuidados de saúde recebidos?	a) Sim-200 b) Não-0
4	Conheces as implicações legais que os médicos podem enfrentar em caso de no cumprimento das normas éticas e deontológica?	a) Sim-10 b) Não-190
5	Achas que os médicos podem devem ser protegidos em termos legais e éticos no contexto do sistema de saúde angolano?	a) Sim-150 b) Não-50

Tabela 2. Inquérito por questionário-Paciente.

Relativamente as respostas adquiridas de pacientes inquiridos percebe-se o seguinte:

1.Compreende-se que os pacientes nos tratamentos de cuidados de saúde que tiveram na maior parte dos casos verificou-se que os médicos não cumpriram escrupulosa e cabalmente as questões éticas e deontológicas, porquanto os pacientes dever ser tratados com respeito, dignidade e profissionalismo pelos médicos.

2. Apreende-se que maioritariamente os médicos não cumprem as suas responsabilidades éticas no exercício da profissão, como por exemplo, a falta de comunicação, não consentimento informado, não confidencialidade, imparcialidade por parte dos médicos.

3. Alcança-se que o impacto do não cumprimento das normas éticas e deontológicas afecta significativamente as relações médico-paciente, nomeadamente, perda de confiança dos pacientes, ansiedade, medo e danos físicos ou morais decorrentes do não cumprimento da ética e deontologia médica.

4. Percebe-se na sua generalidade que os pacientes ignoram as eventuais consequências jurídicas dos médicos que resultam do não cumprimento das normas éticas que podem influenciar a qualidade dos cuidados de saúde.

5. Compreende-se finalmente, que os devem ser protegidos legalmente no âmbito ético e deontológico.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CONCLUSÕES FINAIS

No presente artigo abordou-se as implicações jurídicas resultantes do não cumprimento das normas éticas e deontológicas do médico em Angola, com ênfase peculiar na responsabilidade civil. A estudo é assentado no ordenamento juridico angolano e se fundamenta na teoria do risco objectivo e contratual.

Procurou-se compreender as eventuais consequências jurídicas provindas de comportamentos antiéticas ou negligentes dos profissionais de saúde (médico), relevando os processos de natureza civil que podem levantar-se em resultância daqueles comportamentos. O objectivo essencial é sortir uma conspecção ampla de aspectos jurídicos relativos à ética e deontologia médica, obsequiando auxílios para o entendimento e o emprego próprio das normas éticas na praxis profissional.

Outrossim, contribuir para a cogitação e o aperfeiçoamento da actividade médica, proporcionando comportamentos éticos e responsável no exercício da profissão. A investigação dessas implicações jurídica oferece valiosos contributos para os profissionais de saúde (médico), entidades intervenientes e o sistema juridico de forma geral, salvaguardando os interesses dos pacientes e a integridade do exercício da actividade médica em Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA-MINISTÉRIO DA SAÚDE- Código Deontológico e de Ética Médica. Aprovado na I Reunião Nacional da Ordem dos Médicos, Outubro de 2000. (s.d.).

ANGOLA-MINISTÉRIO DA SAÚDE: Código Disciplinar. Aprovado na I Reunião Nacional, Outubro de 2000. (s.d.).

ANGOLA-MINISTÉRIO DA SAÚDE: Estatuto da Ordem dos Médicos-Decreto 68/9 de 19 de Setembro. Aprovado na I Reunião, Outubro de 2000. (s.d.).

ANGOLA-MINISTÉRIO DA SAÚDE: Regulamentto Geral. Aprovado na I Reunião da Ordem dos Médico, Outubro de 2000. (s.d.).

Chavlovski, G. (2014). *Medicina legal.* Luanda: Escolar Editora.

Domingos, A. d. (2016). *A Responsablidade Civil e Penal do Médico por Actos Praticados no Exercício da sua Actividade.* Namibe-Angola: Caneta de Estilo.

Dominicale, L. P. (Novembro de 2004). *Responsabilidade Criminal do Médico. Revista da Faculdade de Direito Padre Anchieta*, pp. 94-96.

Leitão, L. M. (2014). *Direiro das Obrigações Vol. I- Introdução da Constituição das Obrigações*. Coimbra: Almedina.

Lima, F. G. (2012). *erro Médico e Responabilidade Civil*. Brasília: Conselho Federal de Medicina/Conselho Regional do Estado de Piauí.

Nkuansambu, A. (2018). *Metodologia de Investigaçâo Científica*. Luanda: Rubricart.

Pinto, C. A. (2012). *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Coimbra Editora.

Prata, A. (2006). *Dicionário Jurídico.* Coimbra: Almedina.

Prata, A., Veiga, C., & Vilalonga, J. M. (2008). *Dicionário Jurídico*. Coimbra: Almedina.

Silva, C. A. (2014). *Teoria Geral do Direito Civil*. Luanda: Edição da faculdade de Direito da Universadade Agostinho Neto.

Varela, J. d. (2012). *Das Obriacões Em Geral Vol. I.* Coimbra: Almedina.

ARTIGO 4

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO DE UMA FONTE HISTORICA EM SALA DE AULA: ANÁLISE DO EXCERTO DE JONAS SAVIMBI NAS VESTES DE MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO GRAE, A LÚZ DA OBRA DE JOÃO PAULO GANGA

Autor: Domingos Cassinda Fundanga, LCs | domingos90fundanga@gmail.com / domingos.fundanga@ispsn.org | Coordenador Adjunto do Projecto Espaços de Resistências e Memórias de Guerra do Planalto Central de Angola, no CISN-Centro de Investigação Sol Nascente | ORCID iD: 0009-0001-6833-9428

RESUMO

O presente artigo científico resulta de um trabalho avaliativo do autor, no módulo de Didática de História no programa de mestrado em metodologia de ensino da História no ISCED-Sumbe e tem como objectivo principal analisar os critérios para interpretação de uma fonte histórica em sala de aula, partindo do exemplo do excerto do discurso de Jonas Savimbi proferido na conferência de Cairo, nas vestes de Primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE- Governo Revolucionário Angolano no Exílio. O mesmo documento consta na obra de João Paulo Ganga intitulada: Holden Roberto o pai do Nacionalismo Angolano. Trata-se essencialmente de uma pesquisa bibliográfica através da consulta e análise interna e externa de um excerto da obra prima acima mensionda, documento tido como fonte primária e que está anexado no corpo deste artigo. Os métodos utilizados foram essencialmente análise-síntese e o indutivo-dedutivo. As técnicas de coleta de dados foram a observação e a interpretação dos parametros de tratamento de uma fonte histórica, a partir da obra de Maria Candida Proença, o que possibilitou a compreensão e contextualização do excerto, considerando as especificídades do documento. Conclui-se que, o discurso de Jonas Savimbi serviu como um instrumento de ruptura que permitiu o fim das discordâncias de Jonas Savimbi com relação a Holden Roberto, sua desvinculação da FNLA e do GRAE e consequentemente a criação de uma nova força política (UNITA) e a generalização da guerra nacional de libertação em todo o território angolano, com maior enfase no interior de Angola.

Palavras-chave: luta de libertação nacional, movimentos políticos, massas populares.

ABSTRACT

This scientific article is the result of an evaluative work by the author, in the module of Didactics of History in the master's program in methodology of teaching History at ISCED-Sumbe and its main objective is to analyze the criteria for the interpretation of a historical source in the classroom, starting from the example of the excerpt of Jonas Savimbi's speech given at the Cairo confe-

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

rence, in the garments of Prime Minister of Foreign Affairs of the Angolan Revolutionary Government in Exile (GRAE). The same document appears in the work of João Paulo Ganga entitled: Holden Roberto, the father of Angolan Nationalism. It is essentially a bibliographic research through the consultation and internal and external analysis of an excerpt from the masterpiece mentioned above, a document taken as a primary source and which is attached to the body of this article. The methods used were essentially analysis-synthesis and inductive-deductive. The data collection techniques were the observation and interpretation of the treatment parameters of a historical source, based on the work of Maria Cândida Proença, which enabled the understanding and contextualization of the excerpt, considering the specificities of the document. It is concluded that Jonas Savimbi's speech served as an instrument of rupture that it allowed the end of Jonas Savimbi's disagreements with Holden Roberto, his disengagement from the FNLA and the GRAE and consequently the creation of a new political force (UNITA) and the generalization of the national war of liberation throughout the Angolan territory, with greater emphasis on the interior of Angola.

Keywords: national liberation struggle, political movements, popular masses.

INTRODUÇÃO

A ausência das fontes históricas impossibilitam a realização e o ensino da História. É por meio delas que se pode aferir a verdade dos factos históricos por meio da crítica interna e externa das evidências. Logo, sem fontes históricas não existe história (Proensa,1989).

A guerra de libertação nacional de Angola contra o regime colonial português foi uma panaceia que compreendeu várias facetas e que marcou profundamente a história de Angola, anteceida pelo surgimento dos três movimentos de libertação nacional, FNLA em 1954, MPLA em 1956, e a UNITA em 1966 (Boio, Katumua & Andrade, 2014).

Ao longo do percurso do desenrolar dos conflitos várias tentativas para unificação de todas as forças nacionais de libertação convista a mobilizar todas as forças vivas assentes na grande massa popular para garantir a luta equivalente e conpatível as garras do sistema colonial. As divergências marcaram sempre o percurso dos movimentos político no que concerne a conciliação dos obejectivos, pois foram uma gama de factores que condicionaram tal desiderato, nomeadamente: a actuação dos movimentos a paritr do exterior e não no interior de Angola, o desalinhamento constante dos países limitrofes que procuravam apoiar a luta junto dos movimentos, a ausência de tropas no interior de Angola que poderiam ser sustentadas por estes movimentos, e a existência de uma nova tendência que existia em instaurar o neocolonialismo por meio da instrumentalização dos mesmos movimentos pelas grandes potências.

A motivação da escolha deste excerto para uma análise crítica consiste por um

lado, pela necessidade ligada ao estudo e compreensão da História de Angola. Por outro lado, pelo facto do excerto nos remeter a compreensão das razões que levaram Jonas Savimbi a proferir palavras que posteriormente conduziram a sua disersão da FNLA e fundar o seu movimento. Tudo isto, implica uma maior compreensão dos antecedentes. O excerto trata também de alguns pontos fracos do contexto histórico da altura e aponta estratégias de saída para vencer o colonialismo português.

Este estudo assume uma relevância histórica na medida em que o excerto do discurso de Jonas Savimbi serve como uma fonte escrita, cuja a comprovação do seu grau de credibilidade consiste essencialmente no facto de se tratar de uma fonte primária original anexada a uma obra científica considerada como fonte secundária. O mesmo estudo traz consigo a contribuição académica por meio do fornecimento de evidências históricas, porque procura esclarecer os antecedentes que estiveram na base da cisão de Jonas Savimbi da FNLA e do GRAE, bem como as clivanges que existiram entre os principais movimentos políticos de libertação de Angola (FNLA e o MPLA), e o posterior surgimento da UNITA. A compreensão profunda desse facto só é possível com o uso correcto e rigoroso das fontes históricas, a partir do uso dos principais critérios de análise interna e externa das evidências.

É a partir dessas linhas de pensamento que formulamos o seguinte problema científico:

De que forma a utilização dos critérios de análise de uma fonte histórica ajudam na compreensão dos factos históricos numa aula?

Para o trabalho que se pretende discutir buscamos como exemplo prático interpretação de um excerto. É assim que o objectivo geral desta investigação centra-se em analisar os critérios de análise de uma fonte historica em sala de aula, por meio da interpretação do excerto de Jonas Savimbi nas vestes de Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE- Governo Revolucionário Angolano no Exílio, a lúz da obra de João Paulo Ganga, proferido na conferência de Cairo realizada aos 16 de Julho de 1964. Isto pressupõe a materialização de alguns objectivos específicos, nomeadamente: carcterizar o excerto tendo em conta a data, local de origem, a época em que foi redigido, sua finalidade e o contexto histórico de produção do mesmo; Interpretar os decterminantes sociais do ponto de vista da fonte considerando a sua forma e o conteúdo; problematizar o excerto a partir da maneira como o documento "constroi" a história, maneira como o documento em análise é "construido" pela história; comparar o contexto da época em que o documento foi descrito e a actual, do ponto de vista da diferênça de forma e semelhança do conteúdo.

Assim sendo, o objecto de estudo é a interpretação de uma fonte histórica em sala de aula, partindo do exemplo da análise crítica do excerto do discurso de Jonas Savimbi ex-ministro dos negócios estrangeiros do GRAE, a partir da extrutura que aborda os critérios da crítica das fontes histórica da obra de Maria Candida Proença.

Metodologia

A pesquisa bibliográfica caracteriza o presente estudo na medida em que, recorreu-se a uma obra prima onde se extraiu o excerto que constituiu o foco deste estudo.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Na perspectiva de Proença (1989, p. 127) " *os documentos escritos classificam-se em: iconográficos, orais, sonoros, documentos materiais diversos.*" Quanto aos documentos ou fontes orais ou sonoras, estas podem ser: testemunhos directos, registos de discursos proferidos, conversas descontraídas e registos musicais. É a partir dessa classificação que procurou-se trabalhar num excerto do discurso proferido por Jonas Savimbi, pertencente a uma obra relacionada ao nacionalismo angolano, tal como referido inicialmente.

O método utilizado foi essencialmente o de análise-síntese, a partir do entendimento sobre o excerto discursivo de forma extensiva e sintética, o que possibilitou indagar a identidade do texto discursivo tendo em conta a sua natureza, local de publicação e a data da ocorrência), a finalidade do documento, seu contexto histórico, a problematização levantada nesta fonte hitórica e a intepretação que se faz em torno do mesmo. Por outra, recorreu-se algumas técnicas de colecta de dados, nomeadamente: observação directa por meio da leitura guiada, interpretação das partes estruturante e sua redação.

ANÁLISE DO EXCERTO

a) IDENTIFICAÇÃO DO EXCERTO

1. Data e local de origem do documento?

Uma das primeiras etapas que deve marcar a caracterização do manuseio desta fonte histórica é precisamente a data e local de origem do documento. Desta feita, o discurso foi proferido na cidade do Cairo, Egipto, aos16 de Julho de 1964.

2. Natureza do documento: remete-nos as caracteristicas do documento. Neste caso trata-se de um excerto discursivo.

3. Que finalidade teve o discurso?
O discurso teve como objectivo principal apresentar a auto-exoneração de Jonas Savimbi do Cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE (discurso)

4. Em que contexto histórico se efectuou a produção do discurso: o mesmo teve duas vertentes, sendo uma geral e outra institucional.

a) Contexto histórico geral: este discurso de Jonas Savimbi ocorre precisamente na segunda metade do século XX, isto em 1964 aquando da realização da cimeira internacional do Cairo, numa altura em que o país completava 4 anos de luta fratricida contra o sistema colonial, para libertação de Angola. Nesta conferência se congregaram vários líderes africanos, incluindo o presidente da FNLA Holden Roberto. Importa refeir que, nesta altura Jonas Savimbi fazia parte da FNLA e ocupava um cargo de extrema relevância e gozava de uma grande influência não só no seio do partido, mas também internacionalmente.

A guerra para libertação de Angola estava pura e simplesmente limitada na região norte de Angola, conduzida pelo GRAE-governo revolucionário no exílio, liderado essencilamente por Holden Roberto e Jonas Savimbi, sem descurar

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

outras figuras de proa. Jonas Savimbi falando em nome da FNLA e do GRAE, apresentou o seu descontentamento público pela falta de unidade entre os diversos movimentos políticos angolano "partidos políticos", sem pôr de parte a necessidade de criar uma frente única para a luta nacional, o que era muito dificil de se concretizar, por falta de consenso entre os nacionalistas por causa das diferentes visões ideológicas.

Jonas Savimbi pretendia estender a guerra no interior de Angola para uniformizar a essência da luta em todo o território nacional e reafirmar o papel do GRAE nesta empreitada. Mas também, porque Savimbi quiz quebrar o preconceito que existia naltura, de que os sulanos eram povos pacíficos e colaboradores do regime português por não participarem activamente na guerra, diferente do norte, pessoas guerreiras, resistente e decterminadas, tal como ilustrado na figura nº 1.

Até que, na base de Kinkouzu, Jonas ... fez um pequeno discurso entre os militantes que provocou uma verdadeira rebelião. Primeiro em

Estupefacto, inquiri ...

DECLARAÇÃO DE JONAS SAVIMBI
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO GRAE

Senhor presidente
Senhores ministros
Honoráveis delegados
Senhoras e Senhores

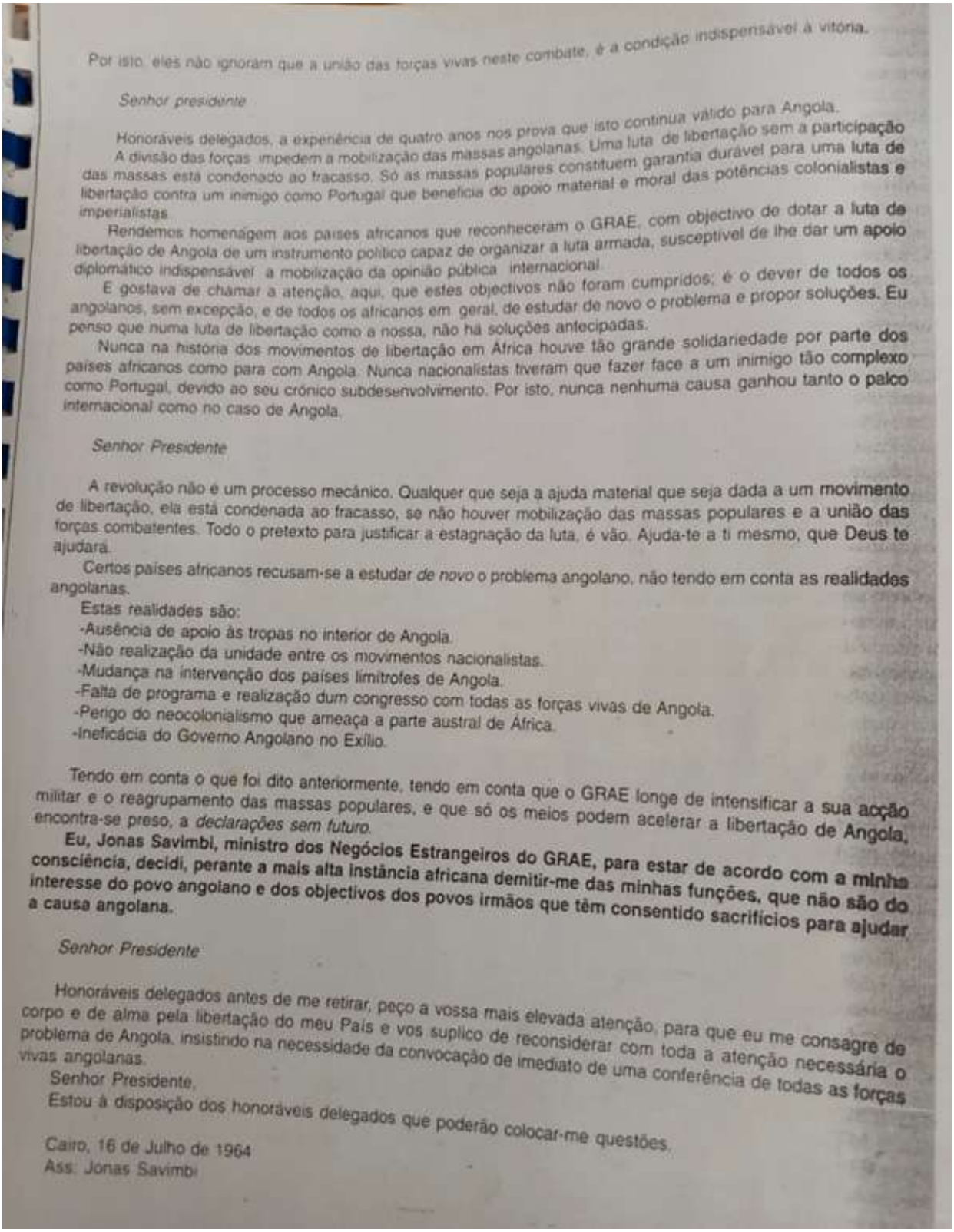
O problema da *Libertação de Angola* entrou no seu quarto ano sem que um caminho seguro seja encontrado pelos patriotas angolanos, tanto no interior como no exterior. Esta situação que não tem uma duração recente, não deverá também eternizar-se.

Ao examinarmos o caminho percorrido desde 1960, momento em que a República do Congo Léopoldville acedeu a independência, até a hora presente, nós constatamos que a divisão no seio do movimento nacionalista tornou impossível muitos progressos pela libertação nacional. Todas as tentativas de reagrupar os diferentes e múltiplos partidos políticos em apenas uma frente resultaram em fracasso; a Organização de Unidade Africana achou por bem seguir o exemplo do Congo Leopoldville que consistiu no reconhecimento do GRAE. Nós próprios acreditávamos que tal decisão acelerasse a união dos patriotas angolanos e chegaria a hora da libertação nacional.

Os irmãos africanos hoje já livres do jugo colonial sabem quão difícil é a unificação das forças nacionalist

178

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923



Por isto, eles não ignoram que a união das forças vivas neste combate, é a condição indispensável à vitória.

Senhor presidente

Honoráveis delegados, a experiência de quatro anos nos prova que isto continua válido para Angola.

A divisão das forças impedem a mobilização das massas angolanas. Uma luta de libertação sem a participação das massas está condenado ao fracasso. Só as massas populares constituem garantia durável para uma luta de libertação contra um inimigo como Portugal que beneficia do apoio material e moral das potências colonialistas e imperialistas.

Rendemos homenagem aos países africanos que reconheceram o GRAE, com objectivo de dotar a luta de libertação de Angola de um instrumento político capaz de organizar a luta armada, susceptível de lhe dar um apoio diplomático indispensável a mobilização da opinião pública internacional.

E gostava de chamar a atenção, aqui, que estes objectivos não foram cumpridos; é o dever de todos os angolanos, sem excepção, e de todos os africanos em geral, de estudar de novo o problema e propor soluções. Eu penso que numa luta de libertação como a nossa, não há soluções antecipadas.

Nunca na história dos movimentos de libertação em África houve tão grande solidariedade por parte dos países africanos como para com Angola. Nunca nacionalistas tiveram que fazer face a um inimigo tão complexo como Portugal, devido ao seu crónico subdesenvolvimento. Por isto, nunca nenhuma causa ganhou tanto o palco internacional como no caso de Angola.

Senhor Presidente

A revolução não é um processo mecânico. Qualquer que seja a ajuda material que seja dada a um movimento de libertação, ela está condenada ao fracasso, se não houver mobilização das massas populares e a união das forças combatentes. Todo o pretexto para justificar a estagnação da luta, é vão. Ajuda-te a ti mesmo, que Deus te ajudará.

Certos países africanos recusam-se a estudar *de novo* o problema angolano, não tendo em conta as realidades angolanas.

Estas realidades são:

-Ausência de apoio às tropas no interior de Angola.
-Não realização da unidade entre os movimentos nacionalistas.
-Mudança na intervenção dos países limítrofes de Angola.
-Falta de programa e realização dum congresso com todas as forças vivas de Angola.
-Perigo do neocolonialismo que ameaça a parte austral de África.
-Ineficácia do Governo Angolano no Exílio.

Tendo em conta o que foi dito anteriormente, tendo em conta que o GRAE longe de intensificar a sua acção militar e o reagrupamento das massas populares, e que só os meios podem acelerar a libertação de Angola, encontra-se preso, a *declarações sem futuro*.

Eu, Jonas Savimbi, ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, para estar de acordo com a minha consciência, decidi, perante a mais alta instância africana demitir-me das minhas funções, que não são do interesse do povo angolano e dos objectivos dos povos irmãos que têm consentido sacrifícios para ajudar a causa angolana.

Senhor Presidente

Honoráveis delegados antes de me retirar, peço a vossa mais elevada atenção, para que eu me consagre de corpo e de alma pela libertação do meu País e vos suplico de reconsiderar com toda a atenção necessária o problema de Angola, insistindo na necessidade da convocação de imediato de uma conferência de todas as forças vivas angolanas.

Senhor Presidente,

Estou à disposição dos honoráveis delegados que poderão colocar-me questões.

Cairo, 16 de Julho de 1964
Ass: Jonas Savimbi

Fonte: *Excerto extraído na obra in: `Nganga, J.P. (2008). O Pai do Nacionalimo Angolano "As memórias de Holden Roberto, I volume. 1923-1974."*

A intenção de Savimbi foi negada por Holden Roberto, pois segundo o mesmo, tal ideia não se ajustava ao contexto que se vivia pelas seguintes razões:

- Na altura não havia condições de se fazer a luta armada no Sul devido as condições do terreno, por causa da presença de savanas no Sul e não florestas como no Norte; outrissim, pela posição da reetaguarda da Rodesia do Norte--Zimbabwe, da Namíbia, e da África do Sul, que estavam sob o dóminio colonial dos britânicos- Regime do Apartheid. A questão é que tratava-se de um contexto cuja as intensões de Jonas Savimbi era arquitetar e materializar uma ação polítoco-militar que tivesse como impacto a sua projeção e notabilidade no panorâma internacional para a legitimação do inicio de uma nova jornada política em Angola com a criação de uma nova força política. De tal modo que, para Savimbi, todos os esforços do GRAE caem por terra e não surtiriam efeitos enquanto esta não tomasse iniciativas de avançar com acções de repressão ao sistema colonial no Sul de Angola.

3.2. Contexto institucional: Jonas Savimbi como Primeiro Ministro dos Negocios estrangeiros, e tendo em conta o papel do GRAE que se encontrava longe de intensificar sua acção militar e reagrupar as massas populares, e que na sua concepção só os meios é que poderiam acelerar o processo de libertação de Angola, isto limitava o GRAE a intensificar suas acções e concretizar os objectivos comum que era o derrube do sistema colonial e o alcance da independência nacional. Este impasse colocava o GRAE num futuro incerto, e Savimbi sentia-se limitado e inviabilizado nos seus objectivos. Dai que, de forma individual, espontânea e consciênte apresentou frontalmente e de forma oral a sua demissão ao cargo de Ministro para os Negócios Estrangeiros do GRAE, para se dedicar exclusivamente na luta generalizada de libertação de Angola, anunciando de forma indirecta o prelúdio de uma nova força política que viera nascer de suas convicções.

b) INTERPRETAÇÃO

1. Quais são os decterminantes sociais do ponto de vista do autor da fonte?

O mesmo é a autoridade real que tinha como finalidade libertar Angola não a partir de uma única porção (Norte), muito menos a partir do exterior (Congo Brazaville), mas por meio de uma revolta generalizada de todo território angolano, através da unificação dos diferentes movimentos de libertção numa única frente mobilizando as massas populares. Não podendo ignorar a experiência e influência política que Jonas Savimbe já tinha adquirido naltura, bem como a leitura da situação e da crise política interna que este tinha verificado dentro do GRAE e da FNLA.

3. Qual é a forma que o documento assume?

O excerto se apresenta de forma lógica e coerente, se tivermos em conta o documento ou a carta da OUA (organização da união africana) que rege a emancipação e liberdade dos povos africanos, o orador procura defender a necessidade de se criar uma unidade entre todos movimentos políticos e de todas as forças vivas assente na manifestação popular das massas convista a proliferar uma guerra de libertação nacional para intependência de Angola contra o regime

colonial português.

4. Qual é o conteúdo do discurso?

A falta de coesão entre os principais movimentos de libertação que por sua vez não estavam enraizado no território nacional, a falta de entendimento entre Holden Roberto presidente da FNLA e Jonas Savimbi Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, bem como o facto de nenhum destes ter densevolvido uma luta generalizada no interior de Angola, senão mesmo em todo território nacional, provocou a diserção de Jonas Savimbi da FNLA e consequentemente a sessão do seu cargo do GRAE, tal como dito em suas palavras: " a revolução não é um processo mecânico. Qualquer que seja a ajuda material que seja dada a um movimento de libertação, ela está condenada ao fracasso, se não houver mobilização das massas populares e a unidade das forças combatentes. Todo o pretexto para justificar a estagnação da luta, é vão."

c) PROBLEMÁTIZAÇÃO

1. De que maneira o documento "constroi" a história?

O entendimento que se pode fazer ao excerto acima exposto é que, a falta de uma leitura profunda sobre os problemas reais de Angola, comprometiam todo o processo que visava a real libertação total de Angola. Tais problemas são essencilamente: a ausência de apoio das tropas no interior de Angola; não realização da unidade entre os movimentos de libertação; mudanças na intervenção dos países limitrofes; falta de programa e realização de um congresso com todas as forças vivas de Angola; perigo do Neocolonialismo que ameaça a parte Austral de África e a ineficácia do governo angolano no exílio.

Estes problemas originou a discidência de Jonas Savimbi da FNLA e sua retirada do GRAE com a sua auto-demissão ao cargo que ocupava, o panorâma político-angolano muda consideravelmente, pois, surge uma terceira força manifestada com a nomenclatura de União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Desta feita, deu-se a generalização da guerra de libertação contra o regime colonial a partir do interior de Angola. De tal forma que, em plena conferência, este pede respeitosamente a comunidade internacional a aceitação de uma nova força que possa surgir, tal como consta no excerto acima:

> *"Honoráveis delegados antes de me retirar, peço a vossa mais elevada atenção, para que eu me consagre de corpo e de alma pela libertação do meu país e vos suplico de reconsiderar com toda atenção necessária o problema de Angola (Savimbi, 1964)."*

2. De que maneira o documento em análise é "construido" pela história?

O excerto destaca membros filiados ao mesmo organismo ou força política, mas com convicções totalmente discordantes, sendo que Holden Roberto visava a continuidade da guerra na região norte de Angola, e Jonas Savimbi tinha a ideia de proliferar a guerra no interior de Angola. Esta discordância permitiu a pressão-das forças ou dos principais movimentos de libertação que se predispunham lutar contra os portugueses, e a dispersão dos mesmos em todo o território nacional por

meio da mobilização das massas para a luta popular.

3. Que comparação pode ser feita entre a época que o documento descreve e a actual?

3.1 Quais são as diferenças (de forma)?

Pode-se notar semelhanças e diferênças no conteúdo que caracteriza o excerto, começando pelo seguinte: já não existe a luta pela opressão colonial, mas continua o neocolonialismo cogitado e propalado inicialmente, pois que o país alcançou a independência política, mas não a económica. Já não existe movimentos de libertação nacional, mas sim partidos políticos. Continuam as desavenças entre os partidos políticos porque os interesses continuam a dividir as opiniões dos fazedores da política real, discote-se muito a questão da justiça social.

3.2 Quais são as semelhanças (de conteúdos)?
Realmente foram as várias formas de pressão e repressão manifestadas pelos distintos movimentos políticos que conduziram a libertação de Angola, consequentemente a sua independência. Dito de outra forma, tanto a figura de Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi lutaram contra os portugueses com a finalidade de libertar o país.

3.2.2 Documentos da época: da luta de libertação nacional para independência Angola.

ANÁLISE DO EXCERTO

Ao análiarmos os antecedentes que conduziram ao discurso que caracteriza o excerto de Jonas Savimbi no Cairo, por meio das secções de leitura da bibliográfia principal entendemos nós que, o que foi caracterizando as relações entre as principais personagens ou figuras que conduziram o processo revolucionário, a título de exemplo: Holden Roberto, António Agostinho Neto, Jonas Savimbi, entre outros, foi exatamente o receio e dificuldades destas coabitarem em harmonia, face as divergências das suas convicções ideológicas e o interesse extremo das suas afirmações na protagonização do ideal revolucionário que consistiu precisamente em libertar Angola.

Sendo que, Holden Roberto citado por Ganga (2008, p.177) entendia que "*outras razões da insatisfação de Jonas Savimbi, prendia-se com o facto da guerra só ter produzido algumas escorriações no Sul, tendo concentrado o seu epcentro na região Norte.*"

As acusações e as desconfianças foram sendo recorrente face a premente necessidade que se tinha de efectuar um pacto real, que visasse a partilha da causa colectiva, o que jutifica-se nas palavras de Savimbi (1964, 179) ao afirmar que "*a divisão das forças impedem a mobilização das massas angolanas. Uma luta de libertação sem a participação das massas está condenado ao fracasso.*"

Fazendo uma análise distanciada com um olhar a realidade do contexto, existia na verdade uma intenção de se alargar o conflito em todo o país para garantir maior impacto e pressão ao sistema colonial e sua força, o que se comprovou

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

nos anos subsequentes.

Já para Holden Roberto citado por Ganga (2008) a afirmação de Jonas Savimbi apresentada acima não passava da intensão de Savimbi querer discredibilizar a FNLA e derrubar a figura coofundadora/líder do primeiro movimento do palco das nações, bem como a grande necessidade de Savimbi fazer parte do figurino dos percursores do nacionalismo angolano por meio da extensão do conflito em outras paragens do território nacional.

Reflexões feitas nos fazem afirmar que, apesar das condições do contexto em que se analisa o discuro desta fonte primária, ainda assim podemos verificar uma coerência ou lógica, na medida em que a independência nacional de Angola foi o resultado não apenas dos três movimentos (FNLA, MPLA e UNITA), mas também de toda as forças vivas, de figuras proeminentes, povos bravos e resistentes às suas convicções de micro-nações, identidade, patriotísmo e amor ao solo angolano, o que nos faz convergir com a materia de facto apresentado no excerto. Todos os esforços foram determinante para a afirmação da vontade popular, apesar das influências do neocolonialismo dissemindado desde muito cedo e que fez em certo modo comprometer todos os objectivos inicialmente traçados por vontade própria dos angolanos.

CONCLUSÕES

Conclui-se que o excerto discursivo de Jonas Savimbi é considerado como uma fonte histórica primária, pois que, o mesmo é um documento original anexada numa obra literária como parte retirada de um jornal em forma de fotografia e anexada a esta. A interpretação desta fonte histórica teve como base as linhas orientadoras de Proensa é analisado numa perspectiva crítica, e o mesmo é pronuciado num contexto histórico em que este, por sua vez encontrava-se em clivagem com Holden Roberto líder da FNLA, e num momento em que as relações já não soavam a favor de um projecto congregador para a revolução nacional, face as acusações alarmantes que rolavam entre ambas as partes. De tal forma que, é possível notar na manifestação de Savimbi o seu realismo ceptico quanto a prosperidade da revolução angolana nos moldes em que se desenrolava, sem a guerra generalizada em todo o território nacional, particularemente no interior de Angola, bem como a fraca coesão enraizada no seio dos três movimentos.

Também, é possível concluir que o protagonismo político, a intensão do alargamento das influências no plano nacional e internacional, bem como a aceitabilidade ou credibilidade dos projectos políticos oras arquitetados, justificou as várias alegações manifestadas em diferentes ocasiões, a título de exemplo a conferência do Cairo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, M. P.; Boio, D. & Catumua, B. (2014). *Comportamento eleitoral dos jovens angolanos nas eleições de 2012*, Huambo: Centro de Investigação Sol Nascente.

`Nganga, J.P. (2008). *As memórias de Holden Roberto, I volume. 1923-1974: O Pai do Nacionalismo angolano*, São Paulo: Parma.

Proença, M. C. (1989). *Didáctica da História*, Lisboa: Universidade Aberta.

Savimbi, J. (1964). *Declarações de Jonas Savimbi Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE*, Cairo.

ARTIGO 5

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

NECESSIDADE DE PROGRAMA NACIONAL DE CUIDADO DE BAIRROS EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

Autores: Dr.C. Regra C. Padrón Galarraga | regra@unah.edu.cu | Universidade Agrária de Havana. Cuba | ORCID iD: 0000-0002-3113-1041

Lic. Indira López Padrón | indiralopez85@.nauta.com.cu | Direcção Municipal de Saúde. Roupão de banho. Mayabeque | ORCID iD: 0000-0002-6848-5855

Lietty Caridad Garcia Vera (estudiante) | liettycaridad@unah.edu.cu | Universidad Agraria de La Habana. Cuba

RESUMO

Cuba está actualmente a implementar o programa nacional para cuidar de bairros em condições vulneráveis ou, como é conhecido, de bairros em desenvolvimento. A sua realização constitui estratégias de intervenção que visam a sua transformação, que abrange não só o material, mas, sobretudo, o cultural e social. Esta intervenção tem como ponto de partida o papel que o bairro desempenha no desenvolvimento da sociedade; onde são percebidas as primeiras conquistas e avanços que um país alcança; e destaca a alta administração do país nas suas intervenções. Sem a contribuição que cada bairro e comunidade oferece, não é possível o alcance das políticas que a sociedade traça para o seu desenvolvimento sustentável. Na esfera social, materializa-se fundamentalmente através da implementação da educação social realizada pelos órgãos e agentes socioeducativos, o que permite mudar as formas de pensar e agir de cada um dos sujeitos ou pelo menos da maioria. A educação social, embora não seja realizada numa instituição de ensino, não pode ser caracterizada pela espontaneidade e pela improvisação, daí a necessidade de ter em conta as características do bairro/comunidade, os fatores de risco que a tornam vulnerável. Nesta base, a intervenção é planeada, organizada e executada, refletindo a sua necessidade. Por isso é objetivo deste trabalho argumentar a necessidade de atenção priorizada aos bairros em condições vulneráveis e constitui o principal resultado apresentado.

Palavras-chave: bairro, comunidade, vulnerabilidade, vulnerabilidade social, educação social.

ABSTRACT

Cuba is currently deploying the national program to care for neighborhoods in vulnerable conditions or, as it is known, developing neighborhoods. Its realization constitutes intervention strategies aimed at its transformation, which encompasses not only the material, but, above all, the cultural and social. This intervention takes as its starting point the role that the neighborhood plays in the development of society; where the first achievements and advances that a country achieves are perceived; and highlights the country's senior management in his interventions. Without the contribution that each

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

neighborhood and community offers, the scope of the policies that society outlines for its sustainable development is not possible. In the social sphere, it is fundamentally materialized through the implementation of social education carried out by socio-educational agencies and agents, which makes it possible to change the ways of thinking and acting of each of the subjects or at least the majority. Social education, although it is not carried out in an educational institution, cannot be characterized by spontaneity and improvisation, hence the need to take into account the characteristics of the neighborhood/community, the risk factors that make it vulnerable. On this basis, the intervention is planned, organized and executed, which reflects its need. That is why it is the objective of this work to argue the need for prioritized attention to neighborhoods in vulnerable conditions and constitutes the main result presented.

Keywords: neighborhood, community, vulnerability, social vulnerability, social education.

INTRODUÇÃO

Díaz-Canel (2022), em visita ao bairro Pogolotti, comunidade inserida no programa de atendimento a bairros em situação de vulnerabilidade, expressa: "E porque a força da Revolução está nos bairros, devemos olhar constantemente para eles e aprender com as "muitas lições que o povo sempre nos deixa". (conforme citado em Rojas, 2022, p.).

Os bairros, as comunidades a que pertencem; Constituem a primeira trincheira de defesa das conquistas da Revolução mas; Além disso, constituem um bastião inexpugnável para o desenvolvimento nas diferentes esferas da sociedade, especialmente na cultura e na promoção da identidade comunitária e nacional.

O Presidente da República tem repetidamente salientado que o programa desenvolvido nestes bairros é abrangente, embora enfatize o crescimento cultural e espiritual das pessoas, e tenha em conta a criação de empregos e oportunidades de desenvolvimento para as comunidades que habitam essas comunidades.

Apela ao resgate das instituições estatais localizadas nos bairros, que direta ou indiretamente levaram à sua vulnerabilidade. Com base nisso, levanta-se a necessidade de orientação educacional aos sujeitos que atuam nessas instituições, para que se tornem verdadeiros transmissores da cultura cubana; mas acima de tudo, a cultura do bairro de forma sustentável. Nesta louvável tarefa, o trabalho social a realizar pelos agentes socioeducativos que vivem nestas comunidades desempenha um papel fundamental.

As palavras expressas por ele levam a argumentar a necessidade de atenção priorizada aos bairros em condições vulneráveis, que é o objetivo deste trabalho.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

DESENVOLVIMENTO

Não há dúvida de que a educação está condicionada pelo contexto político e social; Portanto, em muitos casos, reproduz a situação existente, mas; A educação também é um elemento de transformação da sociedade. A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento sustentável das pessoas, especialmente se a comunidade for tomada como ponto de partida como um importante bastião da sociedade.

Uma forma precisa de compreender o que aqui se expressa seria partir de saber o que é a comunidade e porque é que há tanta ênfase nesta categoria, com especial destaque para o bairro ou comunidade territorial (como alguns lhe chamam) a que pertencem os bairros. pertencer.

A palavra comunidade deriva do latim communis, que significa comum ou público.

As primeiras conceituações sobre comunidade de bairro têm alguma relação com a concepção grega de cidade, polis, como espaço de encontro interpessoal, diálogo e celebração. Recebeu um significado jurídico no período medieval e foi considerado um local de comércio. Nessa perspectiva é possível ver a definição sob diversos ângulos, ciências e até gírias populares.

O termo comunidade sempre foi visto como um grupo de pessoas, que estabelecem relações e é utilizado para nomeá-las em função dos diferentes contextos e papéis que o ser humano assume. A origem das comunidades de bairro é tão antiga quanto a própria espécie humana, pois os seres humanos sempre se agruparam para viver juntos e é assim que surge a convivência humana. Este termo está indiscutivelmente ligado ao desenvolvimento da humanidade; A transmissão do conhecimento de uma geração de cultura para outra possibilitou o avanço tecnológico e cultural que hoje existe em escala universal.

A partir da família, existiram diferentes formas de comunidade humana que ocorreram historicamente em cada sociedade (realidade macro); Porém, é na comunidade do bairro como mesorrealidade que sua vida se desenrola, além da convivência familiar como microrrealidade imediata à sua própria existência. Precisamente, a comunidade de bairro constitui um mecanismo intermediário entre a sociedade e o indivíduo, no qual se materializam todas as interações do sujeito.

O que constitui uma comunidade de bairro são as características que a identificam. Constitui mais do que um simples assentamento populacional num território delimitado. Representa tudo o que, em organização e subjetividade, pode ser alcançado a partir das relações sociais que se estabelecem naquele grupo de pessoas, instituições de todos os tipos e organizações sociais, não surge espontaneamente, mas num processo de construção e, ao mesmo tempo tempo, é o resultado desse processo.

É preciso fazer a diferença entre assentamento populacional e comunidade de bairro:

O assentamento populacional é a manifestação conjunta de pessoas com resi-

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

dência fixa em determinado local, onde suas necessidades vitais são desenvolvidas e satisfeitas. Cada comunidade constitui antes de tudo um assentamento populacional, é uma entidade objetiva que atua como célula indispensável da atividade humana.

Para se tornar uma comunidade é necessário estabelecer relações interpessoais entre os seus membros, que garantam ao longo do tempo a formação de costumes, hábitos e leis específicas da comunidade vizinha, que por sua vez constituem uma adaptação da natureza geral da comunidade. .a sociedade à sua forma peculiar e particular de responder a esses aspectos. É feita referência à identidade da comunidade.

Na comunidade, a identidade comunitária se manifesta quando:

-Em primeiro lugar, as pessoas se reconhecem como personalidades.

-Eles demonstram autoestima adequada.

-Os sujeitos se identificam com seus familiares, vizinhos, conhecem seu papel e o de outras pessoas que compartilham a comunidade. Manifesta-se numa percepção e num sentimento pessoal, aceite por quem o percebe.

-Atua como sujeito de integração, sentimentos de colaboração e cooperação se manifestam em todos os momentos.

-As ações são realizadas na comunidade com base nos seus esforços individuais e coletivos, dando vazão aos seus costumes, valores e objetivos comuns que são promovidos e defendidos. (Fernández, 2014, p.86)

A partir dos critérios de diversos autores como Osipov (1988), Arias (1995), Blanco (1997), entre outros; Fernández (2011) define comunidade de bairro como:

Organização onde as pessoas se percebem como uma unidade social, partilhando um território, interesses e necessidades delimitados, interagindo entre si e promovendo ações coletivas em prol do crescimento pessoal e social, manifestando sentimentos de pertencimento como expressão da sua identidade comunitária. (pág.87)

A partir desta definição pode-se afirmar que os seguintes elementos estão presentes na constituição da comunidade do bairro:

-Elemento geográfico: territorialidade delimitada na medida em que predominam os elementos subjetivos que identificam os sujeitos que ali convivem.

-Elementos subjetivos que agrupam os membros em:

- hábitos, costumes, tradições, normas e necessidades
- sentimentos de pertença: a nível individual e a nível coletivo
- identidade comunitária

-Elemento social: unidade social que funciona em correspondência com mecanismos sociais, e ao mesmo tempo pertence a uma organização social maior, com a qual mantém interações.

-Elemento de direção: função de líder ou líderes. Ou a existência de uma estrutura formal ou informal que os reúna para um funcionamento adequado.

-Recursos disponíveis, existentes ou potenciais: os primeiros recursos são a própria comunidade e os seus membros, incluindo as estruturas e organizações sociais (instituições, associações, entre outras), bem como os diversos equipamentos, serviços e recursos (materiais e económicos) sejam públicos ou privado.

O ambiente comunitário é o sistema de condições que garante o desenvolvimento da comunidade do bairro. Inclui, portanto, as infra-estruturas sociais e técnicas onde os habitantes se instalam e utilizam para satisfazer as suas necessidades vitais, sejam elas económicas, culturais, de saúde, entre outras. Este ambiente constitui o complemento de vida em que vive a família e devem existir as condições essenciais para o aumento gradual e proporcional do nível de vida da população; portanto garante a subsistência da família.

Fazem parte do ambiente comunitário as instalações de organizações, centros de trabalho, instituições de diversas naturezas e centros educativos, entre outros. É óbvio destacar que organizações, instituições, bem como todas as pessoas de qualquer sociedade exercem influências umas sobre as outras, e isso é vivenciado nas comunidades vizinhas. Respondem obviamente às necessidades sociais, económicas e políticas, bem como culturais, entre outras, da sociedade onde estas comunidades se formam, sendo também responsabilidade de cada pessoa exercer influência sobre outros seres humanos.

As influências educativas não são exercidas apenas pelas pessoas diretamente, é necessário destacar que cada um dos órgãos e agentes socializadores constituem um meio para isso, falando assim dos meios de comunicação de massa e de todas as instituições sociais. Em geral, essas influências são recebidas por todos que interagem numa comunidade de bairro; isto é, a família, as instituições, os vizinhos, os locais de trabalho e tem a mesma conotação ao nível da sociedade em geral.

Isto levanta a necessidade dessas influências educacionais garantirem uma educação adequada e de acordo com o objetivo final da educação definido pelo Estado. É portanto importante garantir um sistema adequado de influências desde o nascimento do indivíduo até à sua morte. Todos os órgãos e agentes socializadores vinculados às instituições de ensino; Devem realizar um trabalho conjunto no sentido de estimular as pessoas a contribuírem com o melhor de si para a comunidade, o que resultaria em um desenvolvimento pessoal e comunitário vantajoso, que mitiga o efeito dos fatores de risco que tornam os sujeitos em condições de vulnerabilidade aos que vivem em comunidades de bairro ou como é mais comum ouvi-lo ser chamado em Cuba: bairros.

É necessário realizar uma exploração da categoria vulnerabilidade e até que ponto um bairro/comunidade pode estar em condições vulneráveis e, portanto, requer a atenção especializada dos órgãos e agentes socializadores que convivem e convivem nas comunidades.

A abordagem deste tema parte da conceituação do termo vulnerabilidade e especificamente, por interesse dos autores, vulnerabilidade social.

O conceito de vulnerabilidade tem sido explorado a partir de campos de conhecimento muito diversos, como a antro-

pologia, a sociologia, a ecologia política, as geociências e a engenharia. Assim, podem ser mencionados pesquisadores como (Hannigan, (1995), Hoffman e Oliver (1999), Alwang, Siegel e Jorgensen (2001), Cardona (2004), Thywissen (2006).

A palavra vulnerabilidade deriva do latim vulnerabilis. É composto por vulnus, que significa 'ferida', e pelo sufixo -abilis, que indica possibilidade; Portanto, etimologicamente, vulnerabilidade indica maior probabilidade de ser ferido.

O Dicionário de Língua Espanhola da Real Academia Espanhola (2022) define vulnerável como "aquilo que pode ser ferido ou receber lesão física ou moral" e vulnerabilidade como "a qualidade de ser vulnerável". Esta definição leva-nos a pensar que estamos perante um termo que designa um atributo de natureza disposicional.

É uma situação de exposição a um risco em que, por exemplo, um "sujeito específico" pode ser "prejudicado" por um fenômeno externo (ou conjunto de fenômenos), fica exposto a essa "força", "evento" ou "cadeia dos acontecimentos." É evidente que o exposto deixa em aberto a exposição a um conjunto diversificado de riscos, sendo a sua natureza específica o que determina o tipo de vulnerabilidade a que se refere.

Assim, o que se entende por vulnerabilidade tem sido definido de maneiras muito diferentes e com base em diferentes elementos, incluindo risco, estresse, suscetibilidade, adaptação, elasticidade (resiliência), sensibilidade ou estratégias para lidar com o estresse (estratégias de enfrentamento). Alguns sinônimos para a palavra vulnerabilidade são fraqueza, fraqueza, suscetibilidade, risco e ameaça.

Contudo, Ruíz (2012, p.2) destaca alguns elementos que são comuns na maioria das definições de vulnerabilidade:

-A vulnerabilidade é sempre definida em relação a algum tipo de ameaça, sejam eventos de origem física, como secas, terremotos, inundações ou doenças, ou ameaças antropogênicas, como poluição, acidentes, fome ou perda de emprego.

-A unidade de análise (indivíduo, agregado familiar, grupo social) é definida como vulnerável a uma ameaça específica, ou é vulnerável "a estar numa situação de perda, que pode ser de saúde, rendimento, capacidades básicas, etc." (Alwang et al., 2001, p.3).

-A análise da construção da vulnerabilidade é feita em dois momentos distintos do processo. Por um lado, nas condições que a unidade de análise apresenta perante uma situação estressante, que a tornam mais ou menos propensa a uma perda específica (suscetibilidade). Por outro lado, existem as formas que a unidade de análise desenvolve para enfrentar uma situação estressante, uma vez ocorrida, e que estão relacionadas com a capacidade de ajustamento.

Wisner et.al (2004), define vulnerabilidade como: "...as características de uma pessoa ou grupo e a sua situação, que influenciam a sua capacidade de antecipar, lidar, resistir e recuperar do impacto de uma ameaça." (pág.3). Critério que é partilhado e coincide em grande parte com o oferecido pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (2003):

(...) Em essência, a vulnerabilidade pode ser definida como um estado de elevada exposição a certos riscos e incertezas, combinado com uma capacidade diminuída de proteger ou defender-se contra eles e de lidar com as suas consequências negativas. A vulnerabilidade existe em todos os níveis e dimensões da sociedade e é parte integrante da condição humana, razão pela qual afecta tanto cada pessoa como a sociedade como um todo. (pág.3)

En resumen, vulnerabilidad puede verse como el proceso de malestar producido por la combinación de múltiples dimensiones de desventaja, en el que toda esperanza de movilidad social ascendente, de superación de su condición social de exclusión o próxima a ella, es contemplada como extremadamente difícil de Conseguir; conduzindo, pelo contrário, a uma percepção de insegurança e medo da possibilidade de mobilidade social descendente ou de agravamento das actuais condições de vida.

Todas as coisas, objetos, pessoas e situações sofrem vulnerabilidade a alguma coisa. Dependendo da natureza da fraqueza, são definidos tipos de vulnerabilidade. Dessa forma, podem-se buscar melhorias específicas para cada deficiência.

Alguns dos campos de vulnerabilidade mais estudados são:

-Vulnerabilidade social: indefesa diante de ameaças, riscos, traumas e pressões devido às condições sociais apresentadas pela pessoa ou grupo. Também é visto como injustiça social.

-Vulnerabilidade informática: refere-se aos pontos fracos de um sistema informático onde a segurança do seu computador não dispõe das defesas necessárias em caso de ataque.

-Vulnerabilidade ambiental: espécies endêmicas, por exemplo, são vulneráveis a alterações nas condições naturais de seu habitat, portanto correm o risco de extinção.

-Vulnerabilidade económica: enquadrada no social, está associada à pobreza e à incapacidade de gerar mais recursos económicos devido à situação social particular.

-Vulnerabilidade alimentar: em caso de catástrofes naturais, guerras, conflitos militares ou crises políticas graves, por exemplo, pode ser difícil encontrar água potável ou alimentos não contaminados.

-Vulnerabilidade física: indica a vulnerabilidade da população a estruturas não preparadas para desastres naturais, como um furacão ou um terremoto.

-Vulnerabilidade no trabalho: a instabilidade ou precariedade do trabalho de um indivíduo.

Na perspectiva de Mora e Pérez (2006), as primeiras tentativas de captar a especificidade deste problema datam do início da década de 1990, com a determinação de "famílias vulneráveis" (CEPAL 1994). Estas famílias foram classificadas como não pobres em períodos de crescimento e estabilidade. No entanto, foi suficiente que as sociedades experimentassem ligeiras recessões para que um segmento importante destas famílias se juntasse às fileiras dos pobres.

Por sua vez, o estudo de Minujin e López (1992), baseado no acompanhamen-

to de um painel de domicílios residentes na Grande Buenos Aires, na Argentina, confirma tanto a presença deste grupo como a fragilidade do seu nível de bem-estar.

Parece que nas primeiras formulações analíticas a "vulnerabilidade social" é concebida como um fenómeno anticíclico, ou seja, agrava-se em períodos de contracção económica e contrai-se em tempos de expansão. Assim, por exemplo, a CEPAL (1994), ao referir-se ao fenómeno dos agregados familiares vulneráveis, sustenta que este fenómeno, acentuado na região em contextos de crise, "diminuirá naturalmente à medida que o crescimento económico se torne persistente e proporcione maior estabilidade de empregos e rendimentos".

Nas suas primeiras formulações, o fenómeno da "vulnerabilidade social dos agregados familiares das camadas médias" é apresentado como um problema cuja natureza específica pode ser delineada nos seguintes termos:

> l) afectou apenas um grupo de agregados familiares dada a sua impossibilidade de conter o impacto negativo das crises económicas;
>
> 2) expressou-se como uma vulnerabilidade no domínio da perda de rendimentos, provocada fundamentalmente pela redução do número de pessoas com rendimentos no domicílio (aumento do desemprego);
>
> 3) foi um fenômeno temporário, pois, com a recuperação do ciclo econômico, pensava-se, essas famílias superariam sua condição de vulnerabilidade social, a partir da recuperação de sua capacidade de geração de renda;
>
> 4) o fenômeno estava presente em todos os países da região, independentemente do nível de desenvolvimento social alcançado.

Desde a sua identificação, o tema "vulnerabilidade social" tem despertado grande interesse em diversos setores da comunidade acadêmica, especialmente em organizações internacionais ligadas a agendas de desenvolvimento e entre profissionais responsáveis pela formulação e execução de programas públicos de desenvolvimento social.

Como resultado da sua crescente difusão e popularidade, a noção de "vulnerabilidade social" tornou-se cada vez mais polissémica, se é que, em si, o termo já não o era na sua origem. Desta forma, os usos profissionais e publicitários da expressão "vulnerabilidade social" ampliaram o alcance original desta expressão.

Em algumas ocasiões é utilizado para se referir a situações específicas que expõem os sujeitos sociais a um risco ou perigo que, se materializado, afetaria a sua qualidade de vida, sendo a natureza de tais situações de diversas naturezas. Noutros casos, a expressão é utilizada para se referir às características específicas de determinados grupos sociais, que se tornam "grupos vulneráveis" porque apresentam maior incidência de fenómenos sociais de privação (pobreza) ou de "comportamentos de risco" (jovens membros de gangues, trabalhadores meninos e meninas, idosos, domicílios monoparentais chefiados por mulheres, gravidez na adolescência, entre outras características).

Também é comum utilizar o termo para se referir a comunidades que se presume estarem em maior risco, dada a elevada

aglomeração da população pobre nessas unidades territoriais. Existem estudos específicos sobre a vulnerabilidade de grupos sociodemográficos (por exemplo, jovens, mulheres, crianças, idosos) e, mais recentemente, sobre comunidades com uma elevada taxa de marginalização, que são geralmente definidas como "comunidades vulneráveis".

Moreira (2014) define que: "Uma comunidade vulnerável é aquela em que os problemas sociais coincidem com outros de natureza físico-ambiental". (p.2). Tais problemas incluem geralmente serviços públicos deficientes, falta de água potável e estradas pavimentadas e mau estado das infra-estruturas sociais e habitacionais.

A vulnerabilidade de uma comunidade tem a ver com duas dimensões que a afetam:

1º. É constituída por condições de desvantagem social, de desvantagens estruturais de uma população para desenvolver projetos vitais em contextos de segurança e confiança.

2º. A vulnerabilidade é também um estado psicossocial que afeta a percepção que os cidadãos têm do território onde vivem e das suas próprias condições sociais. Uma percepção negativa da sua situação como residentes num espaço social pode traduzir-se em processos de agitação urbana que podem não corresponder a indicadores "objectivos" de vulnerabilidade. Portanto, a vulnerabilidade é um conceito relativo e contextual que deve ser enquadrado num território específico.

Atualmente, a vulnerabilidade tornou-se um traço social dominante na América Latina. Os impactos causados pelas formas de produção, instituições e valores que caracterizam o novo padrão de desenvolvimento nos países da região deixaram os grupos de baixa renda e as classes médias expostos a elevados níveis de insegurança e indefesa. Desde a constituição de Estados independentes, a pobreza e a má distribuição de rendimentos têm estado presentes no capitalismo subdesenvolvido da América Latina. A vulnerabilidade social é a característica específica da forma que o capitalismo adoptou nos últimos anos: uma economia de mercado livre, aberta ao mundo e com um "Estado mínimo".

O crescente interesse pela questão da pobreza na América Latina tem motivado a procura de indicadores que permitam identificar a vulnerabilidade das pessoas, dos agregados familiares e das comunidades, de forma a antecipar os potenciais danos que a acompanham.

Según do Google (2022), alguns dos grupos sociais que apresentam mais vulnerabilidades são:

-Pessoas deslocadas
-Refugiados
-Repatriado
-Marginalizados, excluídos ou despossuídos
-Crianças
-Mulheres grávidas e lactantes
-Pessoas mais velhas
-Desabilitado

Em Cuba, são considerados a nível comunitário os factores de risco que contribuem para a vulnerabilidade de um bairro/comunidade:

-Pontos de acesso criminosos

-Violência
-Vícios inapropriados; alcoolismo, tabagismo, drogas, entre outros
-Ambiente moral inadequado
-Falta de opções de lazer
-Funcionamento insuficiente de organizações políticas e de massa
-Problemas de relacionamento interpessoal ou familiar

O programa de atenção a bairros socialmente complexos ou em condições vulneráveis visa melhorar a qualidade de vida dos moradores, por meio da solução de problemas sociais, de construção e de serviços. Não se destina apenas a resolver problemas materiais, mas também os relacionados com o emprego, o alcoolismo e outros males que constituem barreiras ao seu desenvolvimento cultural e crescimento pessoal.

Neste sentido, faz-se referência à educação social como principal meio de intervenção em bairros/comunidades em condições de vulnerabilidade social.

Você pode imaginar:

Porquê intervir numa comunidade?

-Destina-se a modificar e/ou alterar a realidade

-O objetivo é induzir mudanças de atitudes e comportamentos,

-Presume-se que serão introduzidas abordagens, estilos, práticas e formas de abordagem do problema e da realidade, para que sejam as próprias práticas conscientes do grupo que modificarão a realidade em questão.

-Porque o presente e a realidade são questionados, porque um ou vários problemas desafiam a consciência de quem intervém e os mobiliza para contribuir desde perspectivas profissionais e científicas para favorecer a mudança.

No que diz respeito à educação social, há que ter em conta que a pedagogia tem sido tradicionalmente reduzida ao ambiente escolar; no entanto, desde a década de 90 do século passado e fundamentalmente na área latino-americana, têm sido traçadas estratégias para conseguir o seu reconhecimento nas políticas sociais.

Propor publicamente que exista educação fora e fora dos estabelecimentos escolares foi verdadeiramente audacioso. Contudo, tal conceituação foi fundamental para fins de proposição de uma nova figura profissional e percurso formativo: o educador social.

Em geral, toda educação é ou deveria ser social. Pois, embora falemos de educação individual e até individualizada; Isto não deixa de acontecer na família, na escola, na comunidade e até, em certa medida, na sociedade em que o indivíduo vive. Não se pode falar de autêntica educação individual se ao mesmo tempo o indivíduo não estiver preparado para viver e conviver com os outros.

A pedagogia social entrou no século XX com excelentes perspectivas de futuro, em palavras e em ações (Caride, 2009). Foram então e continuam a ser hoje, quando nas primeiras décadas do terceiro milénio o aspecto pedagógico-social evoca a necessidade de abrir a educação à vida, em toda a sua diversidade. No "social" afirma-se a sensibilidade inequívoca que a educação deve ter para com as necessidades de todos, mas es-

pecialmente daqueles que são rejeitados pelos modelos de produção e consumo induzidos pelos mercados, no mundo de todos e de ninguém que o habita.

Em todas as sociedades, a educação sempre foi "social", apesar da repetida tendência de confiná-la às escolas ou de perpetuá-la nas suas pretensões individualizantes, herdeiras do culto à personalidade e da defesa esclarecida dos direitos individuais. Como campo acadêmico e profissional consolidado, é um fenômeno recente, que só ocorreu nas últimas décadas do século XX.

Contudo, a pedagogia social precisa de vários séculos para começar a ser documentada. Natorp (1913), entre outros, fá-lo ao referir-se expressamente ao aspecto "social" da educação e à sua pedagogia, que "não é a educação do indivíduo isolado, mas a do homem que vive em comunidade, uma educação que torna o comunidade, porque seu propósito não é apenas o indivíduo". (pág.6).

Se a educação é social, a pedagogia que nela se interessa também deve ser social. A partir do momento em que educar os outros e educar-se participam do mesmo projeto civilizacional de mudança e transformação social, todas as pedagogias e todas as suas educações são sociais; Estão, desde o início, nos múltiplos percursos por onde percorrem, o que amplia os limites da teoria e da práxis socioeducativa. São fronteiras que as redes tecnológicas sujeitam a uma profunda revisão.

Pode-se entender que a educação social é, por um lado, dinamização ou ativação das condições educativas da cultura, da vida social e dos seus indivíduos e, por outro lado, prevenção, compensação e redirecionamento socioeducativo da dificuldade, da exclusão ou o conflito social. Consequentemente, há que procurar a cobertura conceptual ou teórica da educação social, na sua função promotora e dinamizadora de uma sociedade que educa e de uma educação que socializa e integra e, ao mesmo tempo, ajuda através da educação a evitar, equilibrar e reparar o risco. dificuldade ou conflito social.

É critério de Moyano (2012) que:

...a emergência da educação social no domínio dos serviços sociais abriu uma porta no sentido de contribuir com uma perspectiva educativa para as questões sociais...uma mais-valia que distancia elementos estigmatizantes e direcciona os seus objectivos para o horizonte da promoção cultural do indivíduos que atende. (pág.6).

Este é, ou deveria ser, o compromisso que a pedagogia social e a educação social devem projectar na sua defesa radical da cívica e da cidadania, dos direitos e deveres inerentes à capacidade de escolha; mas também, na possibilidade de contribuir para a resolução de conflitos, de exercer a tolerância e a solidariedade, de afirmar convicções éticas e morais, de dinamizar a democracia cultural e a participação social, de valorizar a paz, de contribuir para o trabalho de formação e inserção, ou de valorizar o respeito pelos o meio ambiente e a diversidade cultural.

Quando isso ocorre, "o" social torna-se pedagógico e educativo, embora deva ser especificado o quanto o contexto (realidade), o pretexto (motivação) ou o texto (conteúdo e método) se ajustam a tais propósitos.

Deve-se levar em conta que Quintana (1994, p. 9) destaca que:

A Educação Social tem dois significados: por um lado, a intervenção educativa que se realiza com o objetivo de ajudar o indivíduo a alcançar, da melhor forma possível e sem desvios, o processo de socialização, ou seja, a adaptação à vida social e à sua normas, até atingir uma elevada capacidade de convivência e participação na vida comunitária. Por outro lado, a "educação social" é denominada uma modalidade de serviço social com vertente educativa que desempenha funções pedagógicas. É praticado profissionalmente fora da escola, pois nada tem a ver com o sistema educativo, mas sim com a promoção do bem-estar social. Põe em funcionamento uma série de serviços sociais de carácter pedagógico, que ora tendem a resolver os problemas de privação sofridos por certos grupos sociais marginalizados, ora a prevenir esses problemas na população em geral, dotando-a de meios (educação para a paz, educação ecológica, educação, educação cívica, associações, voluntariado, serviços de tempo livre, etc.) para levar uma vida comunitária plena e correta.

Según do Del Pozo (2013), podem ser encontrados na educação social os seguintes campos e situações de atuação:

1-Educação Social Especializada (Educação para reabilitação social, violação dos direitos da infância e adolescência): desenvolvimento da população em dificuldade social, pobreza, situações de risco, maus-tratos, abusos e negligência na infância, contextos de vulnerabilidade, problemas de consumo de drogas , adolescentes infratores, pedagogia hospitalar e penitenciária, mediação em violência, reeducação, reinserção sócio-laboral, deslocamento forçado e violência sociopolítica, entre outros.

2-Animação sociocultural e desenvolvimento comunitário: educação ética e valores humanos, educação para a paz, etnoeducação, educação popular, educação camponesa, multiculturalismo, animação sociocultural, revitalização e participação juvenil, formação profissional para inclusão, desenvolvimento comunitário, escola, família e sociedade e educação para a sustentabilidade, entre outros.

3-Educação de adultos e idosos (Educação de Adultos): formação contínua, educação de adultos, educação de idosos, envelhecimento ativo e educação, animação sociocultural com idosos, entre outros).

4-Formação profissional (esta abordagem encontra-se transversalmente no desenvolvimento da inclusão socioprofissional em todas as áreas): pessoas em especial risco de exclusão socioprofissional, orientação profissional, formação permanente de adultos e empregabilidade, etc. (pág.7)

Na região europeia podem ser vistos dois modelos na educação social:

-O modelo dos países comunistas: é realizado diariamente e faz parte do programa sociopolítico; Mas há algumas áreas (toxicodependência, delinquência juvenil, desempregados, pessoas marginalizadas) que não precisam de ser abordadas, devido ao facto de estes problemas sociais não existirem. Nestes países, a educação social reduz-se ao cuidado das

crianças necessitadas, à educação de adultos e à socialização dos jovens e dos cidadãos (educação para a paz). Esta acção é centralizada, planeada pelo Estado e executada de forma uniforme em todo o território.

-O modelo das democracias ocidentais: a atenção aos problemas sociais prevalece na iniciativa social espontânea (ou privada), geralmente através da ação de associações. Isto dá origem a uma certa dispersão de forças, mas, em última análise, a consciência dos cidadãos é dinamizada para sanar problemas que prejudicam a sociedade. A falta de um plano geral é mais do que compensada com a contribuição do trabalho voluntário e de uma imaginação criativa capaz de atender às mais variadas demandas. Surge assim uma constelação múltipla e ampla de associações de todos os tipos: algumas de natureza internacional, por vezes com um âmbito europeu específico; e outros de natureza nacional, regional ou local.

Os países com um elevado nível de desenvolvimento, não só económico, mas também humano e social; Ao terem as suas necessidades primárias satisfeitas, passam a satisfazer as necessidades secundárias, relacionadas com a qualidade de vida, que dependem do desenvolvimento dos Serviços Sociais. Estes países são considerados os pioneiros da educação social, destacando-se a Espanha neste aspecto.

Os avanços registados no desenvolvimento científico, académico e profissional da pedagogia-educação social, primeiro na Europa germânica e depois nos países mediterrânicos, nórdicos, francófonos ou anglo-saxónicos, têm, no início do século XXI, um amplo impacto na outros contextos geográficos e sociais. Ampliou seu campo de atuação para movimentos de renovação pedagógica, serviço social e educação popular. A pedagogia social e/ou a educação social incorporam gradualmente os seus discursos e práticas na marca formativa e institucional de um conjunto variado de países, também na América Latina.

Nos últimos quarenta anos surgiram perfis profissionais com diferentes denominações (educador de rua, monitor de tempos livres, monitor ocupacional, alfabetizador, educador de adultos, animador sociocultural, educador em instituições fechadas ou abertas, para citar apenas alguns termos comuns), que com o passar do tempo foram integrados ao conjunto de profissões que hoje são conhecidas pela denominação genérica de "educador social".

É uma profissão jovem, que possivelmente ainda está em aperfeiçoamento e continuará a fazê-lo à medida que a sociedade passa por mudanças; Porque a educação social deve ser contextualizada para que os seus objetivos educativos sejam alcançados.

As transformações educativas transcendem a sociedade cubana através das suas instituições e organizações, que, através de meios específicos, trabalham para o mesmo objetivo educativo: a unidade nacional em torno de um modelo de sociedade solidária que os cubanos se propuseram construir. É um processo complexo, que sistematiza a rica experiência de 50 anos de revolução na educação e que, por sua vez, é uma síntese criativa da tradição educativa cubana, levada a níveis qualitativamente superiores.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Atualmente, a educação social procura atingir uma dimensão nunca antes vista em Cuba; visto que o país também é afetado pelos males que afligem o mundo e que afetam negativamente a formação da personalidade do homem, com destaque para os contextos familiar e comunitário. Diversas disciplinas das Ciências Sociais caracterizam-se por aplicar diferentes procedimentos através dos quais introduzem práticas na realidade, com o propósito de modificá-la. Esses procedimentos poderiam ser incluídos no que se denomina estratégias de intervenção, que funcionam como um conjunto de meios e técnicas processuais que visam produzir mudanças na realidade observada e/ou estudada.

Esta e nenhuma outra questão é o que compõe o programa nacional de atenção aos bairros/comunidades em condições vulneráveis (atualmente chamados de bairros em desenvolvimento). A mudança, a transformação nos sujeitos, nos seus bairros e comunidades é o que conduzirá o país ao desenvolvimento sustentável a que aspira; Portanto, constitui um argumento fundamental para a atenção priorizada que o país presta atualmente.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CONCLUSÕES

O exposto anteriormente permite concluir com a concepção que Quintana (1994, p.9) oferece de educação social:

A Educação Social tem dois significados: por um lado, a intervenção educativa que se realiza com o objetivo de ajudar o indivíduo a alcançar, da melhor forma possível e sem desvios, o processo de socialização, ou seja, a adaptação à vida social e à sua normas, até atingir uma elevada capacidade de convivência e participação na vida comunitária. Por outro lado, a "educação social" é denominada uma modalidade de serviço social com vertente educativa que desempenha funções pedagógicas. É praticado profissionalmente fora da escola, pois nada tem a ver com o sistema educativo, mas sim com a promoção do bem-estar social. Põe em funcionamento uma série de serviços sociais de carácter pedagógico, que ora tendem a resolver os problemas de privação sofridos por certos grupos sociais marginalizados, ora a prevenir esses problemas na população em geral, dotando-a de meios (educação para a paz, educação ecológica, educação, educação cívica, associações, voluntariado, serviços de tempo livre, etc.) para levar uma vida comunitária plena e correta.

Assim como expressa Mendizabal (2016). A formação universitária em Educação Social deve assegurar, no mínimo, as seguintes áreas:

SABER – SABER SER – SABER FAZER

-Uma formação humana que garanta a maturidade pessoal, o saber e o saber fazer do Educador Social.

-Formação pedagógica que assegure o conhecimento e garanta a racionalidade educativa no saber fazer através das diferentes intervenções.

-Formação técnica que garante saber fazer e complementa a formação pedagógica.

-Uma formação sócio-comunitária como garantia de uma correta inserção do educador no meio social em que é adequado intervir.
-Formação contínua ao longo da sua atividade profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alwang, J., P. Siegel e S. Jorgensen (2001). Em Ruíz, N. (2012). Obra citada

-Árias, R. (1995). *A comunidade e seu estudo. Havana, Cuba: Pessoas e Educação.*

-Branco, A. (1997). Em En Cobas, M., Fernández, A., Blanco, A., Pérez, LR. e Rodríguez, YE. (2014). Obra citada.

-Cardona, O. (2004). Em Ruíz, N. (2012). Obra citada

-Caride, JA., Gradaílle, R. e Caballo, MB. (2015). *Da pedagogia social como educação, à educação social como pedagogia. Perfis Educacionais.* vol. XXXVII, não. 148 | IISUE--UNAM. Disponível em: https://www.scielo.org.mx

-Cobas, M., Fernández, A., Blanco, A., Pérez, LR. e Rodríguez, YE. (2014). *Abordagem da educação numa perspectiva sociológica.* Havana, Cuba: Pessoas e Educação.

-Del Pozo, F. (2013). *Educação social para a saúde: projeção, ação e profissionalização.* Revista Médica Risaralda, 19 (1), 75-80.

-Díaz-Canel, MM. (2022). Em Rojas, OL. (2022). Obra citada.

-Fernández, A. (2014). Em Cobas, M., Fernández, A., Blanco, A., Pérez, LR. e Rodríguez, YE. (2014). Obra citada.

-Hannigan, J. (1995). Em Ruíz, N. (2012). Obra citada

-Hoffman, S. e Oliver, A. (1999). Em Ruíz, N. (2012). Obra citada

-Mendizabal, MR. (2016). *Pedagogia Social: Uma disciplina básica na sociedade atual. HOLOS,* vol. 5, 2016, páginas 52-59. Disponível em: https://www.redalyc.org/article

-Minujin, A. e López, N. (1992). Em Mora, M. e Pérez, JP. (2006). Obra citada

-Mora, M. e Pérez, JP. (2007). *Da vulnerabilidade social ao risco de empobrecimento dos setores médios: uma virada conceitual e metodológica. Estudos Sociológicos.* Discagem. pp.99-134. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es.servlet.articulo

-Moreira, L. (2019). *Vulnerabilidade social na gestão do risco de desastres. Conferência: II Congresso de Água e Energia Ambiental, AUGM.* Disponível em: https://wwwresearchgate.net.

-Moyano, S. (2012). Em Caride, JA., Gradaílle, R. e Caballo, MB. (2015). Obra citada

- Nações Unidas. *Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.* (2003). No Minis-

tério do Desenvolvimento (2010). Obra citada.

- Natorp, P. (1913). Em Caride, JA., Gradaílle, R. e Caballo, MB. (2015). Obra citada

- Osipov, G. (1988). *Caderno de exercícios do sociólogo.* Moscou, Rússia: Progresso.

-Padrón, AR. e Fernández, A. (2011). *Orientação educativa. Parte II. Orientação familiar e comunitária.* Cidade de Havana, Cuba: Pessoas e Educação.

-Quintana, JM (1984). *Pedagogia Social. Madri*, Espanha: Dykinson.

-Real Academia Espanhola (2022). *Dicionário da língua espanhola.* Espanha. Disponível em https://dle.rae.es.

-Rojas, O.L. (2022). *Bairros vulneráveis: até que ponto são transformados?* Cuba. Disponível em: https://www.presidencia.gob.noticias.

-Ruíz, N. (2012). *A definição e medição da vulnerabilidade social. Uma abordagem normativa.* Cidade do México, México. Investir. Geog no.77 Cidade do México Abr. 2012. ISSN 2448-7279

-Thywissen, K. (2006). Em Ruíz, N. (2012). Obra citada.

- Wisner, B., Blaikie, P., Cannon, T. e Davis, I. (2004). Em Ruíz, N. (2012). Obra citada.

ARTIGO 6

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO CONTEXTO EDUCATIVO LUANDENSE: UMA FORMA DE EXCLUSÃO SOCIAL

CASO DO COMPLEXO ESCOLAR Nº 6080 DO Iº E IIº CICLOS DA CENTRALIDADE DO ZANGO 8000

Autor: Sérgio Felisberto da Silva | tchikala97@gmail.com | Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda | ORCID iD: 0000-0002-4877-326x.

RESUMO

O presente artigo científico intitulado "O preconceito linguístico no contexto educativo luandense: uma forma de exclusão social / Caso do Complexo Escolar nº 6080 do Iº e IIº Ciclos da Centralidade do Zango 8000", é fruto de uma pesquisa realizada na instituição supracitada.

Verificou –se, várias vezes, à saída ou à entrada dos alunos na instituição escolar já mencionada, situações que constiuem um preconceito linguístico, por exemplo, de ridicularização, bullying e outros a alunos que se expressavam com sotaque regional ou fora do português padrão, e em alguns casos causava um mal estar a estes. Esta foi situação pela qual está na base este artigo científico.

Este artigo reflecte sobre o preconceito linguístico, no contexto educativo luandense e, é de carácter bibiliográfico, associado à pesquisa de campo, incluindo um questionário com perguntas abertas difirigido aos professores e o outro tipo com perguntas abertas e fechadas aos alunos. Constatou-se que apesar de não ser muito perceptível, no entanto existe no espaço escolar, com grandes implicações não só na vida dos alunos, mas também na de alguns professores. Neste sentido, verificou –se que este tipo de preconceito faz com alunos sejam inibidos em exteriorizar aquilo que sabem, por ter receio de serem rotulados ou ridicularizados pelos seus colegas e professores por causa da sua forma de falar que se afasta de forma mais ou menos acentuada da norma padrão. Porém, este fenómeno na óptica de muitos alunos e professores não é motivo de abandono escolar.

Apontaram-se várias soluções para diminuir o preconceito linguístico, nomeadamente a intervenção da escola, que passa pela formação de qualidade e inclusiva; pela família, já que é a instituição onde os alunos começam a dar os primeiros passos para a vida; e pela comunicação social, por ser um espaço privilegiado de grande alcance para a disseminação de várias temáticas candentes da sociedade, entre outras.

Palavras-chave: preconceito linguístico, contexto educativo, exclusão social.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

ABSTRACT

This article reflects on linguistic prejudice in the educational context of Luanda, and is of a bibliographic nature, associated with field research, including a questionnaire with open questions addressed to teachers and the other type with open and closed questions to students. It was found that although it is not very noticeable, it nevertheless exists in the school space, with major implications not only for the lives of students, but also for some teachers. In this sense, it was found that this type of prejudice causes students to be inhibited in expressing what they know, for fear of being labeled or ridiculed by their colleagues and teachers because of their way of speaking, which deviates more or less from accentuated from the standard norm. However, this phenomenon, from the perspective of many students and teachers, is not a reason for school dropout.

Several solutions were suggested to reduce linguistic prejudice, namely school intervention, which includes quality and inclusive training; by the family, as it is the institution where students begin to take their first steps in life; and through social communication, as it is a privileged and far-reaching space for the dissemination of various burning themes in society, among others.

Keywords: linguistic prejudice, educational context, social exclusion.

INTRODUÇÃO

As diferenças sociais, económicas, culturais, raciais, linguísticas entre outras, muitas vezes, originam uma certa regeição, preconceito, discriminação, exclusão no círculo de amizade, na comunidade, na escola e noutros espaços de interacção à pessoas desfavorecidas ou com grau de escolaridade baixo.

Este artigo faz referência, primeiramente, ao preconceito, definindo-o, destacando alguns aspectos, nomeadamente os tipos ou modalidades de preconceitos, como ocorre, factores e as suas consequências. Por outro lado, aborda-se alguns mitos do preconceito linguístico, recorrendo ao pesquisador brasileiro Marcos Bagno, no entanto, contextualizando de acordo com a realidade angolana.

Em seguida, alude-se ao preconceito linguístico no contexto educativo luandense, procurando entender como ocorre nas escolas, particularmente no Complexo Escola nº 6080, além disso, fazendo uma incursão sobre o impacto que o mesmo tem na aprendizagem dos estudantes. Em seguida, fala-se de soluções a serem adoptadas pelas escolas e também pela sociedade para que se combata este fenómeno.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

DEFINIÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Olhar o outro sob a nossa perspectiva sem se importar com ele, ou seja,sem conhecê-lo melhor faz com que se caia numa visão distorcida sobre o mesmo, o que pode, pois, resvalar em opiniões apressadas e sem fundamentos, dando origem ao preconceito.O preconceito como tal, não é um fenómeno novo. Já ocorre desde os primórdios da humanidade, pois, em certas comunidades primitivas, o estranho à comunidade era tratado de forma indiferente, ou seja, aceitar as diferenças e as diversas formas de estar, de ser e de falar tem vindo, ao longo dos séculos, a revelar-se uma árdua tarefa para o ser humano. Perante a diversidade surge a tensão, a intolerância, o preconceito (Fernandes, 2013).
Portanto,

> *O preconceito é, antes de mais, uma concepção preconcebida sobre outrem ou algo e sem fundamento, ou seja, como a própria palavra deixa entrever; é um conceito prévio, um conceito sobre algo ou alguém que se estabelece antes que qualquer relação de conhecimento ou de análise se estabeleça. É um conceito apressado, uma opinião, descrição, uma explicação, uma caracterização que vem antes de qualquer esforço verdadeiro, no sentido de se entender o outro, o diferente, o estrangeiro, o estranho, em sua diferença e alteridade* (Júnior, 2012, p.11).

De facto, o preconceito, segundo o autor em referência, é decorrente de uma relação em que não se tem um conhecimento prévio a respeito do outro. Não se faz esforço em conhecê - lo para depois emitir uma opinião. Neste caso, não se tem em atenção o outro lado.

A lista de preconceitos é enorme, aqui faz-se menção a alguns, nomeadamente, o preconceito racial, religioso, étnico, sociocultural, contra o analfabeto e linguístico. De todos os preconceitos mencionados, há um que quase que não se fala, excepto no mundo académico e algumas vezes na comunicação social, o preconceito linguístico, portanto, *"um preconceito particularmente subtil, quase imperceptível para uns e negado por outros, é o que se manifesta relativamente à forma como o indivíduo usa a linguagem [..] "* (Fernandes, 2013, p.21).

O preconceito linguístico é aquele que é gerado em função das diferenças linguísticas dentro de uma língua. De acordo com Scherre (citada em Fernandes, 2013, p.26), *"o preconceito linguístico é mais precisamente o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, consequentemente, humilhante da fala do outro (embora o preconceito sobre a própria fala também exista) "*.

Importa ressaltar que as variedades linguísticas que sofrem, efectivamente, preconceito linguístico são aquelas associadas a camadas desprestigiadas da hierarquia social, ou ainda, a pessoas vindas do interior ou áreas rurais, tal como aflora Scherre (citada em Abraçado 2008)

as variedades linguísticas mais sujeitas a preconceito linguístico são, normalmente, as que possuem características associadas a grupos de pessoas com menos prestígio na escala social ou a grupos de pessoas da área rural ou do interior do país. Este fato decorre do sentimento

de superioridade - muito claro na mídia - dos grupos vistos como mais privilegiados, económica e socialmente.(Abraçado, 2008, pp.12 – 13).

No contexto luandense, nota-se esta atitude em relação às pessoas provenientes do interior e das zonas periféricas da cidade. Além do preconceito linguístico, essa atitude depreciativa gera descriminação linguística e exclusão social a essas pessoas.

Aqui, são analisados alguns mitos do preconceito linguístico do livro de Marcos Bagno (2011, pp.27 - 128), com o título: *Preconceito linguístico/o que é, como se faz,* onde cita os mitos do preconceito linguístico, em função do contexto angolano, que a seguir se enumera:

1º Mito: ***"O português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente"***

No que toca a este mito, em Angola não se considera que o português falado seja homogéneo, uma vez que apresenta algumas especificidades por causa das línguas nacionais ou regionais. Além disso, vale sublinhar que a "*língua portuguesa, ao longo dos séculos, foi-se espalhando pelas mais diversas regiões do mundo. Por isso, inevitavelmente, tem de apresentar variações a todos os níveis: fonético, morfológico, lexical, sintáctico e semântico*" (Santos e Filho, 2014, p.30).

Ainda, os mesmos autores (op cit. p. 29) acrescentam que "a língua não pode ser imutável, mas pelo contrário, tem de viver em perpétua evolução". Este mito não faz sentido no contexto linguístico angolano. Assim sendo, a escola deve exercer o seu papel sobre o reconhecimento das diferentes variedades do português, tal como ressalta Fernandes(2013,p.30) "Há que reconhecer a existência de muitas normas linguísticas diferentes da ensinada na sala de aula para compreender as dificuldades com que se depara o aluno proveniente de ambientes sociais onde a linguagem usada no quotidiano é bem diferente da veiculada pela escola".

Porém, as escolas, em alguns casos, não têm em atenção a existência de diferentes variedades linguísticas, por isso é que acontecem muitas reprovações na disciplina de português. Ainda há uma franja de intelectuais que pensa que a língua portuguesa deve ser articulada como os portugueses a falam, sem ter emconsideração as especificidades culturais e linguísticas das pessoas.

2º Mito: ***"Brasileiro não sabe falar português/ Só em Portugal se fala bem português"***

Nota-se que são, na sua maioria, os professores de níveis superiores que reclamam que os estudantes não sabem falar correctamente o português. Por causa disso, observa-se um nível alarmante de reprovações. Não se tem tido em conta a influência das línguas nacionais na forma de falar dos alunos, por um lado; por outro lado, no seu dia-a-dia, em casa usa uma variante do português diferente da que é articulada na escola. Esta situação cria alguns ou muitos constrangimentos na aprendizagem da variante padrão, pois resulta numa fraca assimilação.

As diferenças entre o português de Portugal e o de Angola vão sempre existir, pelo facto de a língua sofrer mutações nos seus vários domínios, principalmente regionais. Por outras palavras, o português de Angola apresenta especificidades no plano fonético, fonológico, lexical,

morfológico, sintáctico. Por exemplo, no plano sintáctico, a tendência é de colocar na frase primeiro o verbo e depois o advérbio: estás onde?, enquanto que no português europeu seria : onde estás tu? Logo, a estrutura frásica é Circunstante + verbo+sujeito. Isso ocorre por causa da influência das línguas nacionais, em que se pode inverter a ordem da estrutura frásica, conforme se pode verificar nos exemplos das línguas umbundu e kimbundu :

1. Umbundu : Okasi pi ?
(estás onde ?)

2. Kimbundu : Woya kwehi ?
(estás onde ?)

Ou seja, a tendência de muitos falantes é de falar o português recorrendo à estrutura das línguas maternas, como demonstrado nos exemplos supracitados. Por isso, não faz sentido este mito, na medida em que, a língua sofre mutações nas regiões em que é falada.

3º Mito: ***"Português é muito difícil"***

Na verdade, a língua portuguesa não é difícil, mas a forma como é ensinada, por conseguinte, é que a torna difícil. E, além disso, o português falado por muitos alunos distancia-se muito do daquele que é falado na escola, por isso é que estes o acham difícil. Aliado a isso, os professores que a ensinam, muitos têm algumas insuficiências do ponto de vista metodológico, didáctico e pedagógico, por isso, são necessárias acções formativas sistemáticas, para colmatar essas insuficiências. Logo, escolas de formação de professores a nível superior devem prestar maior atenção na formação de professores de línguas, tendo sempre em atenção o contexto bilingue do aluno.

Neste contexto, Goodman (citado em Azevedo 2010, p.17) apresenta alguns pressupostos que fazem com que a língua seja fácil de se aprender, ou muitas vezes difícil, como ilustra o quadro posterior.

O QUE FAZ COM QUE A LÍNGUA SEJA FÁCIL E, POR VEZES, DIFÍCIL DE APRENDER	
É fácil aprender uma língua quando...	**É difícil aprender uma língua quando...**
É real e natural	É artificial
Está integrada	Está fragmentada
Tem sentido	Não tem sentido
É interessante	É aborrecida
Pertence ao aluno	Pertence aos outros
É relevante	É irrelevante para o aluno
É um facto real	Está fora do contexto
Tem utilidade social	Não tem utilidade social
Tem um propósito: serve para alguma coisa	Não serve para nada
É o aluno quem escolhe utilizá-la	É imposta pelos outros

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

É acessível ao aluno	Não é acessível
O aluno tem poder para a utilizar	O aluno não tem poder de a utilizar

Relativamente aos pressupostos aflorados acima, com destaque aos da coluna esquerda, se forem tidos em atenção pelos professores de português, a aprendizagem da língua portuguesa não seria difícil pelos alunos e o índice de reprovações que se registam em muitas instituições escolares poderia diminuir.

8º Mito: ***"O domínio português da norma – padrão é instrumento de ascensão social"***

No contexto angolano, o domínio da língua portuguesa é, de facto, motivo de ascensão social, tal como assevera Carvalho:

> *Convém sinalizar (...) um outro factor importante para a ascensão (...) é o domínio da língua portuguesa. O aumento da competência linguística nessa língua faz com que se evite a utilização de código restrito da língua portuguesa com elementos provenientes das línguas regionais / Carvalho 1999/ e possibilita uma rápida ascensão até aos escalões intermédios da hierarquia social* (Carvalho, 2004, p.69).

No entanto, é preciso dar valor às pessoas que se expressam noutras variedades da língua portuguesa; não significa que não sejam inteligentes, pelo facto de não falarem perfeitamente a norma padrão do português. Logo, os falantes que não se expressam neste idioma, são excluídos socialmente.

O IMPACTO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA APRENDIZAGEM

Na sociedade luandense, quase que não se fala dos efeitos do preconceito linguístico na aprendizagem das crianças, dos adolescentes e dos jovens. É necessário que este fenómeno não seja posto de parte na hora de analisar o insucesso e abandono escolar.

Raras vezes se fala sobre o preconceito linguístico nas instituições de ensino da cidade de Luanda. Muitos estudantes luandenses sofrem com este tipo de preconceito há muito tempo, pois muitos deles sofrem preconceito linguístico causado pelos seus professores e seus próprios colegas. Na verdade, esta situação tem repercussão nas suas aprendizagens, por conseguinte quando um aluno se expressa com sotaque marcadamente regional, ou seja, não usa na sua fala o português padrão , é ridicularizado pelos outros e até pelos seus professores.

Os estudantes nessa condição sentem-se excluídos do convívio dos colegas, não conseguem expor as suas inquietações, emoções, opiniões, porque sentem o receio de serem menosprezados pelo professor e pelos seus colegas. Sendo assim, têm imensas dificuldades em assimilar não só a disciplina relacionada com a língua portuguesa, mas também as outras disciplinas. De facto, esta situação origina baixo rendimento escolar

aos alunos vítimas deste preconceito. Acrescenta-se a isso, o facto de o estudante não se sentir motivado a participar das aulas.

Do ponto de vista psicológico, o estudante tem fobia de expressar-se durante as aulas, porque pensa que será motivo de bullying por parte dos colegas e sofrerá severas correcções por parte do professor. Logo, mesmo que tenha algo para dizer não o faz. Vale ressaltar que, a incapacidade de falar uma língua gera, igualmente, abandono escolar.

No caso que referimos acima, os professores devem ser os primeiros a identificar este tipo de preconceito e propor soluções, para que a escola seja um espaço de tolerância e de inclusão, onde todos se sintam parte integrante, capazes de compreender que, em todas as comunidades, as pessoas têm várias opções linguísticas e as mesmas podem ser usadas em diferentes contextos situacionais. Procedendo deste modo, além de eliminar este tipo de preconceito, estar-se-ia a combater a discriminação, a intolerância, a exclusão social, sobretudo o preconceito linguístico.

MÉTODOS E MATERIAIS

O estudo baseou-se numa pesquisa bibliográfica, associada a uma pesquisa de campo, igualmente é um estudo de caso, pelo facto de tratar o preconceito linguístico ao nível do Complexo Escolar nº 6080 do Iº e IIº Ciclos da Centralidade do Zango 8000, com destaque para os alunos do II º Ciclo.

Para recolha de dados deste estudo recorreu-se ao questionário, que foi dirigido aos professores de Língua Portuguesa; e aos estudantes um questionário com perguntas fechadas e uma aberta. É importante assinalar que os professores que foram selecionados para este estudo, foram aqueles têm uma formação relacionado com a língua e línguística africana e portuguesa . Ainda, houve uma certa resistência e disponibilidade de certos professores em responder ao questionário, pois dos 5 visados só 3 (três) responderam ao questionário, igualmente sucedeu com os estudantes do ensino médio, pois não foi possível obter um número considerável de respostas, tendo em conta o universo de estudantes. Por conseguinte dos 10 seleccionados, 9 responderam ao questionário. Ainda, no que tange às questões colocadas, tiveram dificuldades imensas de responder, principalmente a de carácter aberta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa buscou-se analisar o preconceito linguístico no Complexo Escolar do Iº e IIº Ciclos nº 6083 – Distrito Urbano da Bela Vista, na Centralidade do Zango 8000, no município do Icolo e Bengo, que se objectivou saber a ideia que os professores de Língua Portuguesa tinham sobre o preconceito linguístico, o seu impacto na vida escolar dos seus alunos, medidas que devem ser tomadas para acabar com esse tipo de preconceito, e também discorrendo sobre alguns

aspectos da norma padrão da língua portuguesa. Igualmente, foram indagados vários estudantes sobre a percepção que têm a respeito do preconceito linguístico.

Abaixo são elucidadas, primeiramente, as respostas dadas pelos professores de Língua Portuguesa; e, em seguida, as respostas dos estudantes e a sua respectiva análise, que ilustram os resultados desta pesquisa.

Quadro nº 1: Considerações do português padrão como a única norma correcta que deve ser ensinada na escola

Professor nº1 Não, tendo em conta os hábitos e costumes e a tradição angolana deviam ser ensinada outras variantes do português; Professor nº 2 Não, como o diz "padrão" não é permanente, entretanto cingi – se somente no ensino padronizado é esquecer a identidade de outros grupos linguísticos; Professor nº 3 Não, o ensino da língua portuguesa deve ser em função do contexto da língua.

Fonte: Pesquisa do Autor

Relativamente a esta questão, os professores aludem que a norma padrão não é a única que deve ser ensinada na escola, mas também afirmam que o ensino da língua portuguesa deve ser feito em função do contexto, e tendo em atenção os aspectos culturais dos falantes que a articulam, além disso é necessário atender ao facto de que a escolha das formas de expressão depende da situação em que a pessoa se encontra (Álvares, 2001), logo a escola deve ensinar todas as formas de expressão para que o aluno não tenha dificuldade em usar a língua em diferentes contextos situacionais.

Quadro nº 2: Noção de fala sobre preconceito

Professor 1: Sim, sobretudo nalgumas regiões onde não se fala português; Professor 2: De facto, preconceito linguístico é associar um todo ao individuo por ser falante de uma língua que acha que inferioriza outrem; Professor 3: Já, na obra do brasileiro Marcos Bagno.

Fonte: Pesquisa do Autor.

Nesta questão, os professores assinalam que já ouviram falar do preconceito linguístico, ainda, acrescentam que este fenómeno ocorre sobretudo onde não se fala

português, e um dos professores acrescenta que tomou conhecimento por intermédio da obra de um linguísta brasileiro.

Quadro nº 3: Quando um aluno se expressa de forma diferente da norma padrão, o que o senhor professor faz?

Professor 1: Face as variações e normas do padrão linguístico, o professor deve situar o aluno de forma a expressar –se bem; Professor 2: Bem, não há uma única resposta para essa questão, não obstante, identifico o aluno, a língua materna, comunidade em que se insere , depois faço –o perceber porque o que proferiu é um desvio a norma, sem hostilizá –lo; Professor 3: Acho isso normal por causa das variedades linguísticas.

Fonte: Pesquisa do Autor.

Nesta questão os professores expressam a necessidade de situar o aluno de como se deve expressar corretamente, tendo em conta a norma padrão e as variedades linguísticas. Expressar –se bem, significa igualmente ter competência em articular e fazer uso das diferentes formas de expressão. Neste sentido, a escola ao ensinar o aluno, deve atender ao facto que além da norma padrão que é ensinada na escola, deve –se ter em conta as outras variantes da língua, e respeitar aqueles que as falam (Araújo, 2017).

Quadro nº 4: Presença diante de um caso de preconceito linguístico e atitude do Professor

Professor 1: Já sim, a minha actitude cingiu – se em corrigir esse desvio comportamental do preconceito; Professor 2: Diversas vezes, procuro sempre argumentar com exemplos sólidos de que este procedimento é neocolonialismo; Professor 3: Já, reprovei categoricamente.

Fonte: Pesquisa do Autor.

Os professores adiataram que já presenciaram situações que configuravam preconceito linguístico, por um lado, por outro lado, reprovam e corrigem situações desta natureza, assim diante disso devem ser modelos de correção, ou seja, é "preciso uma conscientização por meio dos professores para que não sejam eles mesmos os transmissores do preconceito linguístico e da discriminação" (Op.cit, 2017, p.15). Neste caso, apela – se aos professores para que sejam os primeiros a reprovarem o preconceito inguístico, ou seja, a não serem os transmissores deste tipo de preconceito.

Quadro nº 5: Contribuição do preconceito linguístico para o insucesso escolar ou abandono escolar

Professor 1: Não, apenas contribui para o insucesso escolar . Quando o mesmo é recorrente, às vezes, provoca o abandono escolar; Professor 2: Certamente, pois o preconceito linguístico leva ao desprezo da própria pessoa; Professor 3: Sim.

Fonte: Pesquisa do Autor.

Os docentes admitem que o preconceito linguístico não provoca o insucesso escolar, e só ocorre o abadono escolar se for uma prática reiterada no quotidiano escolar. Na verdade, na instituição em questão não foi comprovado que algum aluno tenha tido insucesso ou abandonado os seus estudos por causa do preconceito linguístico. Porém,

> *O preconceito linguístico dentro do sistema educacional pode colocar as crianças em uma posição injusta e desfavorecida, na qual se sentem inerentemente inferiores e incompetentes por algo sobre o qual não tiveram controle: são levadas a sentir desde cedo que sua fala é ruim e errada, e, consequentemente, eles próprios e suas famílias são de alguma forma ruins e têm menos valor do que os outros* (O'Neill e Massini-Cagliari,2021 p.225).

Assim, o sistema educacional deve evitar que as crianças, adolescentes e igualmente os adultos não se sintam numa posição injusta e desfavorecida, no entanto deve colocá - los numa posição em que se sintam incluídos e livres de se expressar.

Quadro nº 6: No seu entender o preconceito linguístico é uma forma de exclusão social ?

Professor 1: Não; Professor 2: Sim, porque a pessoa é a língua que fala, os códigos e os signos são intrinsecos; Professor 3: Sim.

Fonte: Pesquisa do Autor.

No entender dos dois professores pensam que o preconceito linguístico é uma forma de exclusão social, na medida em que " (...) o preconceito lingüístico atua de forma mais forte na exclusão dos grupos nativos de variedades menos prestigiadas da língua portuguesa" (Abraçado, 2008, p.17). Assim, os professores ao ensinar os alunos, sobretudo àqueles das variedades fora da variente padrão, a mensagem

a ser passadas é que todas variedades são aceites na sociedade, entretanto eles devem ter em conta o contexto em que devem ser articuladas. Ainda, é importante destacar que todas variedades de uma língua cumprem com o seu objectivo que é expressar o pensamento por meio da linguagem.

Quadro nº 7: Medidas a ser tomadas nas escolas para combater o preconceito linguístico?

Professor 1: Realizando palestras , ressaltando a importância do domínio da língua; Professor 2: A princípio o professor de língua tem de ter a base das línguas bantu, só assim poderá compreender melhor os fenómenos e promoção de debates; Professor 3: Devemos expandir a literacia linguística, sobretudo a que está virada para a linguística africana.

Fonte: Pesquisa do Autor.

A despeito desta questão, os professores apontam várias medidas para combater o preconceito linguístico, nomeadamente a realização de palestras que promovam o domínio da língua, a compreensão das línguas de matriz bantu para melhor promover debates e, ainda assinalam a possibilidade de expandir a literacia linguística, relacionada com a linguística africana. Igualmente, para combater o preconceito linguístico pode – se fazer recurso

> *As teorias lingüísticas (...) no combate ao preconceito lingüístico pelo fato de que elas têm condição de propiciar um conhecimento dinâmico e aberto dos fenômenos que envolvem a linguagem humana. Todavia, elas por si sós não têm poder para combater o preconceito lingüístico se não evidenciarem que, da forma em que a sociedade está organizada, as discussões que envolvem a linguagem são essencialmente políticas. As teorias lingüísticas são teorias, e não dogmas, que estão buscando entender a natureza multifacetada da linguagem e das línguas humanas, em toda a sua amplitude. É na sua capacidade de olhar o fenômeno da linguagem nos seus diversos ângulos que vejo a riqueza das teorias lingüísticas.* (Op.cit, 2008, p.19).

Ademais, vale assinalar que, as teorias linguísticas não podem constituir-se como factores dogmáticos no estudo das línguas, no entanto que estas tenham em conta o dinamismo das línguas e sociedades para melhor combater o preconceito linguístico e a discriminação linguística.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Quadro n.º 8: Análise do questionário aplicados aos alunos

Questões	Respostas
Conhecimento sobre preconceito linguístico	No que toca a esta questão, a totalidade dos alunos afirmaram que já ouviram falar do preconceito linguístico.
Ter sofrido algum preconceito por falar de modo diferente ou errado	Quanto a esta questão, 6 alunos afirmaram que já sofreram preconceito linguístico, 1 disse que nunca passou por essa situação, enquanto que 1 aluno afirmou talvez tenha sofrido algum preconceito e 1 afirmou que nunca sofreu algum preconceito por falar diferente ou errado.
Sentimento dos alunos quando são corrigido pelo professor ou colegas a frente dos outros	Um estudante respondeu que se sente mal quando corrigido diante dos seus colegas; 8 estudantes afirmaram que achavam normal ser corrigido pelos professores diante dos seus colegas.
Constatação de algum colega que sofreu preconceito linguístico por falar com sotaque regional	Dos nove alunos questionados, oito afirmaram que já viram um colega que sofreu preconceito linguístico por falar com sotaque regional; e um disse que nunca viu.
Utilização de calão ou gíria para falar com os seus colegas de sala de aula	Relativamente a esta questão, 7 estudantes foram unânimes em afirmar que usam o calão ou a gíria com os colegas na sala de aula, e 2 estudantes afirmaram que não usam esse tipo de linguagem na sala de aula.
Não participaçao das aulas ou desistência pelo facto de não te expressar bem na norma padrão do português	No que toca a esta questão, todos estudantes afirmaram o facto de não se expressar bem na norma padrão do português não é motivo para não participares das aulas ou desistires da escola.

O quadro acima ilustra as respostas dos alunos, sobre as questões colocadas, analisadas posteriormente.

Sobre a primeira questão, os alunos desta instituição escolar já ouviram falar do preconceito linguístico, mas ainda assim é necessário tenham mais conhecimento relativamente a este fenómeno, ou seja, ter mais informações relevantes, do ponto

vista deste tipo de preconceito para que possam identificá – lo nas suas diversas manifestações na escola e não só.

Quanto a segunda questão, a maioria dos alunos afirmaram que já sofreram algum preconceito por falar de modo diferente ou errado, torna –se imperativo, principalmente da parte dos professores falarem sobre as causas e os efeitos deste fenómeno no contexto escolar, para que não haja casos que depois podem resvalar em bullyng, ou ausência dos alunos visados nas aulas, o que pode resultar em desistência ou abandono escolar. O aluno que a sua forma de expressão é discriminada não tem motivação para assistir as aulas ou conviver com os seus pares.

Em relação a terceira questão, os alunos não sentem desconforto ao serem corrigidos pelo professor na presença dos outros colegas, isso revela que os estudantes estão conscientes dos seus erros e que estão dispostos a aprender falar corretamente a língua portuguesa.

Para a quarta questão, maior número afirmaram que já presenciaram algum colega sofreu preconceito por falar com sotaque regional. Nota – se com alguma intensidade a discriminação daqueles que se expressam com sotaque regional. A escola tem uma quota parte nessa discriminação por causa de alguns professores pautarem por práticas tradicionais no ensino, ou seja,

Durante as aulas, dá-se grande foco à classificação do que é certo e do que é considerado errado, marcas impregnadas pelo ensino tradicionalista que se revigoram de tempos em tempos, no qual os alunos são os principais a sofrer seus reflexos, principalmente os provenientes de regiões diferentes, fazendo parte de um ensino carregado de preconceito linguístico, algo que pode causar um certo desconforto no processo de aprendizagem desses alunos (Maciel, 2014, p.10).

Deste modo, a escola deve ser o baluarte de ensino pautado por práticas pedagógicas modernas e progressistas para evitar o preconceito baseado na língua.

Diante da situação, foram ainda questionados se terão intervido para evitar tal situação, a maioria alunos nada disseram a respeito, Neste quesito, os professores de língua portuguesa devem trabalhar, arduamente, no incentivo à leitura, compreensão e produção de textos, para que os alunos tenham maior capacidade de argumentação, visto que houve um défice nas respostas desta questão. Outros, no entanto, afirmaram ter chamado atenção aos colegas, mas, sobretudo, que não zombassem com os mesmos, e sim, fossem ensiná-los a pronunciar melhor as palavras em português. Ao mesmo tempo, ao colega que sofreu o preconceito, aconselhou-se que não se afligisse, ou se sentisse diminuido pois, a vida em sociedade tem dessas coisas.

Relacionado com a quinta questão, o número maioritário de alunos responderam que usam o calão e a gíria na sala de aula, porém é preciso entender que os alunos dispõem de várias formas de expressão, acabe ao professor orientar que as varien-

dades linguísticas são articuladas em função do contexto, neste caso concreto, os alunos deviam se expressar na linguagem corrente, tendo conta que a escola é o espaço por excelência onde se usa este tipo de linguagem. Mas, também

> *o reconhecimento de muitas variedades linguísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o facto comprovado de que a norma linguística ensinada na sala de aula é, em muitas situações verdadeira "língua estrangeira" para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no quotidiano é uma variedade estigmatizada de português [...]* (Bagno, 2011,p.32).

Relativamente a sexta e última questão, para estes estudantes não encaram como um obstáculos a assistência as aulas, e igualmente, motivo de desistência da escola, o facto de não se expressarem corretamente na norma padrão, logo não constitui motivo de desistência.

Relativamente às respostas que foram dadas pelos professores e alunos que participaram da pesquisa, nota –se que têm pouca informação a respeito deste fenómeno, sobretudo por parte dos alunos. É fundamental que os professores e alunos tenham mais informação sobre este fenómeno, para que haja mais conscientização em relação as causas e as consequências, que têm afectado muito alunos, isso passa por palestras, debates, trabalhos escolares e peças teatrais que abordem o assunto. Deste modo, a escola estará a prevenir e combater o preconceito linguístico, e consequentemente a exclusão social no sistema educativo.

É importante realçar o papel da família, pois é o núcleo fundamental da sociedade e onde o indivíduo começa a dar os primeiros passos para a vida em comunidade, ou seja, é o primeiro espaço de socialização, logo é nesta entidade onde a criança deve aprender a ser tolerante e não preconceituosa, e encarar a variedade linguística e a diversidade cultural como algo normal e natural. Igualmente, meios de comunicação social têm também um papel preponderante, visto que atingem maior parte da população, portanto os diversos meios de difusão massiva, principalmente, podem inserir na sua grelha de programação temas que retratam o preconceito linguístico, para que as pessoas, sobretudo estudantes; estejam a par deste mal que assola a muitos

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito linguístico é baseado na língua, pois é a depreciação da fala do outro. Ele está presente em todas sociedades, particularmente nas instituições de ensino, umas com mais incidência, enquanto que noutras não. Além disso, o preconceito linguístico é pouco perceptível no contexto educativo luandense e poucas vezes é referenciado, excepto pelos académicos.

Muitos alunos são motivo de situações incómodas por causa da sua forma de falar que se afasta da norma padrão, e muitas vezes os professores não tomam medidas para que situações desta natureza não se repitam no contexto escolar. Os alunos afectados por este mal sentem-se diminuídos psicologicamente, ou seja, inibidos em participar nas actividades escolares e extra-escolares, o que resulta em reprovações e, em casos mais extremos, abandono ou absentismo escolar. Entretanto, pode –se tomar algumas medidas e que postas em prática podem diminuir este tipo de preconceito, e deste modo ter-se um ambiente escolar saudável onde todos os alunos se sintam parte integrante sem preconceito, discriminação e exclusão.

No toca à pesquisa que foi feita na Escola no Complexo do Iº e IIºCiclos da Centralidade do Zango 8000, constatou –se que primeiramente que os professores têm consciência que o preconceito linguístico existe nas escolas, igualmente apontam soluções que se colocadas em prática podem diminuir este fenómino no contexto escolar. Os alunos também estão alinhados na mesma senda. Entretanto, é necessário que haja mais informação sobre este tipo de preconceito para que possa, efectivamente, ser identificado, e deste modo combatê -lo.

Precisa-se tomar consciência de que o preconceito linguístico existe nas salas de aula da cidade capital, e muitos alunos e professores sofrem com isso. Portanto, urge a necessidade constante de explicar, principalmente, aos professores de Língua Portuguesa, que a língua tem uma variante padrão e que outras variedades igualmente são aceites na comunicação, porém utilizadas em função do contexto. Logo, é preciso chamar atenção aos alunos que os seus colegas que se socorrem de outras variedades do português, não significa dizer que estão a seguir o certo ou errado, mas estão a usar a variedade do português em função das suas necessidades. Por exemplo, se um estudante for ao mercado paralelo, não vai usar o português padrão para contactar uma vendedora ou vendedor, mas vai se socorrer ao nível da língua popular que é mais usual nesse lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abraçado, J.(2008). Cardernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito lingüístico e cânone literário, nº 36, pp. 11-26, 1. sem. 2008 11, entrevista com Scherre. Disponível em https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/64619535/entrevista-scherre-concordancia-preconceito_linguistico-libre.pdf?1602084335=&respo.

Angola. (2016). Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola 2014. Luanda: INE.

Álvares, C.(2001). *Uma Introdução ao Estudo do Texto Literário : noções básicas de linguística e literariedade do básico ao secundário.* 1ª ed. Lisboa : Didáctica editora.

Azevedo, F. J. F.(2010). *Metodologia da Língua Portuguesa.* 1ª ed, Porto: Plural Editores.

Araújo, A.P(2017). *Preconceito Linguístico no Ambiente Escolar.*Disponível em https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/sophiauta/Letras/TCC+on-line/TCC+Alene.pdf.

M.(2011).*Preconceito linguístico/ o que é, como se faz.* 54 ª ed.. São Paulo: Edições Loyola, São Paulo.

Carvalho, P.(2004). *Exclusão Social : o caso dos deficientes físicos de Luanda(Tese de Doutoramento).*Lisboa: ISCTE.

Fernandes, A. do N.(2013).*O Preconceito Cultural e Linguístico na Escola Portuguesa*. Lisboa:Universidade Aberta (Dissertação de mestrado, Universidade Aberta). Disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2601/1/TMPLNM_AnabelaFernandes.pdf.

Gil, A. C.(2019)*Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7ª ed. São Paulo: Atlas.

Júnior, D. M. de A.(2012).*Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia* (col.Preconceitos, v.3). 2ª ed.São Paulo:Cortez Editora.

Maciel, L. S.(2014). *O Preconceito Linguístico e a sua Relação com a Aprendizagem de Alunos do 7º Ano.*(Monografia, Centro Universitário de Brasília - UniCEUB). Disponível em https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5747/1/Tcc%20completo.pdf.

O´Neill, P. e Massini – Cagliari, G. (2021).A Discriminação e o Preconceito Linguísticos no Português Brasileiro e Outras Línguas: sugestões e recomendações/ Português. Revista Diálogos (RevDia). v. 9. n. 3.pp.212-244. Disponível em https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/13117/10172.

Stenzel, A.; Stenzel, A.(2017). *O Preconceito Linguístico e a Sala de Aula*. Disponível

em https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/78e2d40a-ddb4-4091-b-854-bb740f952161/content.

Santos, E. R.; Filho, D.´S.(2011). *Grandes Dúvidas da Língua Portuguesa : falar e escrever sem erros. 2ª ed.* Lisboa : Esfera dos Livros.

Xiberra, M.(1996).*As Teorias da Exclusão Social: para uma construção do imaginário do desvio.*Lisboa:Instituto Piaget.

ARTIGO 7

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

A INEFICÁCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ANGOLA FACE AS POLÍTICAS EDUCATIVAS: O CASO DO CUANZA-NORTE

Autores: Chiquito Afonso Fernando Domingos, MsC | chiquitoafonsodomingos@gmail.com | Docente na Escola Superior Pedagógica do Cuanza-Norte | ORCID iD: 0009-0005-1414-8588.

Vladimir Francisco Manuel Gamboa, PhD | valdmirgamboa@gmail.com | Diretor Geral Adjunto para área Científica e Pós-graduação da Escola Superior Pedagógica do Cuanza-Norte | ORCID iD: 0000-0002-8448-6348.

RESUMO

Nesta pesquisa, objetivou-se analisar a ineficácia da educação inclusiva em Angola, particularmente na Província Cuanza-Norte, tendo em conta as políticas educativas. Entretanto, a pesquisa é qualitativa, tendo recorrido ao método de entrevista, sobretudo, a semipadronizada. Ademais, estabeleceu metodologicamente análises bibliográfica e documental. Por conseguinte, aferiu-se que a ineficácia da educação inclusiva no Cuanza-Norte, reside nas políticas governamentais que não asseguram suficientemente as condições materiais e humanas necessárias, para tornar funcional o ensino especial; e na falta de controlo do cumprimento da Lei nº 21/12, de 30 de, sobre "o direito da pessoa com deficiência", para mensurar seus resultados e responsabilizar aqueles que atentam contra a mesma. Todavia, sugere-se que na Província do Cuanza-Norte em Particular, e no país em geral, haja cursos médios e superiores de educação especial, para atender a demanda escolar das pessoas com necessidades educativas especiais e assegurar a inclusão.

Palavras-chave: ineficácia; educação inclusiva; políticas educativas

ABSTRACT

In this research, the objective was to analyze the ineffectiveness of inclusive education in Angola, particularly in the Cuanza-Norte Province, taking into account educational policies. However, the research is qualitative, having used the interview method, especially the semi-standardized one. Furthermore, it methodologically established bibliographic and documentary analyses. Therefore, it was determined that the ineffectiveness of inclusive education in Cuanza-Norte lies in government policies that do not sufficiently ensure the necessary material and human conditions to make special education functional; and the lack of control over compliance with Law No. 21/12, of 30, on "the rights of people with disabilities", to measure its results and hold those who violate it responsible. However, it is suggested that in the Province of Cuanza-Norte in particular, and in the country in general, there are secondary and higher education special education courses, to meet the educational demand of people with special educational needs and ensure inclusion.

Keywords: ineffectiveness; inclusive education; educational policies.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata sobre a ineficácia da educação inclusiva em Angola face as políticas educativas, com particular foco para Provincia do Cuanza-Norte. Neste sentido, debruçou-se sobre a educação como elemento de integração e protecção da dignidade humana, perante a ineficácia de mecanismos legais e políticas públicas inerentes a defesa da educação inclusiva. Ademais, focou-se para uma escola que combate a reprodução da discriminação, promovendo a igualdade e o convívio entre diferentes franjas sociais, tendo em conta a necessidade de mitigação dos conflitos e a frustração social.

Em Angola, terá se observado passos significativos no fomento da educação inclusiva, com a promulgação da Lei nº 21/12, de 30 de Junho, sobre "direito da pessoa com deficiência", porém, é ainda insuficiente à medida que muitas escolas, sobretudo, no Cuanza-Norte, têm se tornado em fábricas de reprodução e produção da discriminação social, o que bloqueia a inclusão das pessoas com deficiências, principalmente aqueles que pertencem as familias pobres. Esta realidade é prova de que ainda não se compreendeu que a ''Educação Especial nasceu quando a educação ainda era privilégio da minoria econômica''(Neto etal, 2018, p. 83) e, hoje ela dever estar voltada para o beneficio da maioria.

Entretanto, a educação inclusiva, além de ser um elemento de integração, é também um mecanismo de manutenção da igualdade e construção da cidadania, onde respeita-se o plasmado nos termos do nº 1 e 2ºdo artigo 23º da Constituição da República de Angola (CRA), conjugado com o artigo 1º e 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sobre "princípio da igualdade", cujo o teor se segue:

> *Todos são iguais perante a Constituição e a lei. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão* (Angola, 2010, p. 28).

Neste sentido, se de acordo a lei suprema do país, todos angolanos são iguais, e a educação é um direito fundamental, não se pode marginalizar ou privar as pessoas no acesso a este beneficio social independentemente das suas particularidades, pois, ela constitui uma arma para erradicar o impacto das diferenças e da exclusão que as classes sociais podem provocar. Por isso, Segundo Nascimento (2014) o ''fato de ainda não haver uma educação de qualidade capaz de assegurar a inclusão ao invés da exclusão é alarmante''.

Segundo Silveira (2020, p. 7), "a escola deve ser vista como um espaço democrático onde todos os alunos possuem os mesmos direitos aos estudos e a educação de qualidade". Com base neste postulado, entende-se que as políticas educativas, devem providenciar condições para acolher os deficientes físicos, intelectuais, visuais, auditiva e outros, bem como, pessoas de diferentes tribos, etnias, religiões, cor da pele, como sinal de combate a estigmatização social.

Por exemplo, em Angola, especialmente na Provincia do Cuanza-Norte, constatou-se insuficientes condições humanas e materiais para escolas do ensino especial. De igual modo, maior parte dos docentes não foram beneficiados com cursos compativeis a educação especial. Esta situação, reflete a ineficácia das políticas públicas sobre educação inclusiva, representando a a discriminação contra as pessoas com necessidades educativa especial.

Todavia, com base nesta situação, formulamos a seguinte pergunta de partida: *até que ponto a educação inclusiva na Provincia do Cuanza-Norte ainda é inefi-caz face as políticas educativas?* Para tal, levantamos como objectivo geral "analisar a ineficácia da educação inclusiva na Provincia do Cuanza-Norte face as políticas educativas.

De igual modo, para dar suporte a questão de partida estabelecemos como objectivos específicos os seguintes: "*contextualizar a situação da educação inclusiva no Cuanza-Norte; aclarar o enquadramento metodológico do estudo em carteira; explicitar as causas e consequências da ineficácia da educação inclusiva na Província do Cuanza-Norte face as políticas educativas*".

JUSTIFICATIVA

Outrossim, o estudo em questão, justifica-se pela sua relevância, porque fará com que a sociedade angolana em geral e, Cuanza-Nortenha em Particular, compreenda que a educação inclusiva é base da erradicação das assimetrias e do combate dos desvios de comportamentos daqueles que vendo-se rejeitados e marginalizados, optam por meio mais fáceis e as vezes violentos de resistência e afirmação social. Ademais, a pesquisa estimulará debates que impulsionará os gestores públicos a compreenderem que inclusão não passa apenas pela construção de escolas e proporcioná-la ao cidadão, mas criar condições materiais e humanas, para que os resultados desta educação sejam eficazes.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA FACE AS POLÍTICAS EDUCATIVAS EM ANGOLA

Avanços no domínio da educação inclusiva

Um dos sinais de avanço da educação inclusiva em Angola, é a inserção de muitas crianças em idade escolar nas instituições públicas, público - privadas e privadas, a mitigação da taxa de analfabetismo por todo país, o que significa que após 1975, Angola reconheceu a extensão das políticas educativas, bem como, a inclusão de maior parte das famílias neste processo, o que resulta, actualmente na redução significativa do analfabetismo, contrário aquela de 1975, cujos números de analfabetos atingiam cerca de 85% da população.

Outrossim, se até 1975, em Angola havia apenas 22 Licenciados e 1 doutorado[o renomado nacionalista e político França Van-Dúnem], já se pode aferir o quanto nesta fase, a população Angolana era maioritariamente analfabeta em relação a esta do século XXI, em que uma boa parte das crianças em idade escolar, tem acesso ao ensino, bem como, existindo já milhares de técnicos Médios, Licenciados e centenas de Doutores.

Entretanto, desde as escolas do ensino primário, I e o II ciclo à Universidade, notou-se avanços consideráveis no domínio da educação inclusiva. Actualmente, em "Angola tem 22 escolas especiais e 938 de carácter inclusivo, em 16 províncias, excepto Cabinda e Malanje, que atendem mais de 44 mil alunos" (Quiluta, 2023), dentre estas, está o Complexo Escolar Especial nº 21"Manuel Pedro Pacavira", no Cuanza-Norte.

A nível superior, a "Universidade Jean Piaget, já lecciona motricidade humana, voltada para educação especial e reabilitação, em Luanda; Instituto Superior Jean Piaget, em Benguela; Instituto Politécnico do Uíge; e o ISCED de Benguela, leccionam educação especial" (Ministério do Ensino Superior, Ciência E Tecnologias e Inovação, s.d.)

Contudo, isto é resultado do avanço das políticas educativas inclusivas em Angola, porque a educação inclusiva além de assegurar a inclusão das pessoas com deficiência e unir alunos normais e especiais na mesma turma, consiste em possibilitar a estes, o acesso a uma educação compatível as características físicas ou psicológicas de quem aprende, para ser integrado na sociedade, diferente de 1975, que não havia nenhuma destas instituições que respondessem as necessidades e os direitos desta franja social.

> [...] *a escola inclusiva deve atender às necessidades de todos e quaisquer alunos, nessa escola, as atitudes enfatizam uma postura não só dos educadores, mas de todo o sistema educacional. Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive às associadas a alguma deficiência em qualquer instituição de ensino, e em todos os níveis de ensino* (Oliveira, 2012, p.95).

Entretanto, a educação inclusiva, deve encarar os deficientes como pessoas normais e dignas de serem amadas, respeitadas e integradas na sociedade. Ou-

trossim, se as referidas escolas surgiram em detrimento das políticas educativas dos governos, significa que neste aspecto, obteve-se um avanço necessário, porque estas instituições foram concebidas para atender aqueles que em função da sua deficiência eram excluídos.

RETROCESSOS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ANGOLA

Escola para todos e a indiscriminação: realidade ou utopia?

Entretanto, apesar dos avanços no domínio da educação de 1975 à data actual, somos a realçar que as políticas de inclusão não têm sido suficiemente eficazes, porque anualmente milhares de crianças ficam fora do sistema de ensino, por falta de vagas, em consonância da dissonância entre a oferta e a demanda.

Ademais, os encarregados de educação, não vendo mais alternativas, são obrigados a matricularem os filhos em escolas privadas, na qual, os preços exorbitantes e incompatíveis ao seu poder de aquisição, acabam sendo um factor de desistência dos filhos. Todavia, é também na ineficácia das políticas educativas, que reside a exclusão anual de muitas crianças do sistema de ensino.

Neste caso, o Estado viola de forma direta ou indirectamente o princípio inerente a gratuidade da iniciação, ensino primário e I ciclo, plasmado nos termos do nº1, 2 e 3, do artigo 11º da Lei nº 32/20, de 12 de Agosto, a Lei de Base do Sistema de Ensino de Angola, na qual, assegura-se que "[...].O Estado deve garantir e promover as condições necessárias para tornar gratuita a frequência da classe de iniciação e o I ciclo de Ensino Secundário, bem como, o transporte, saúde e merenda escolar nas instituições públicas de ensino" (Angola, 2020, p. 4432).

Se com base no respeito dos princípios que norteiam o Estado Democrático de Direito, o governo deve garantir a gratuidade do ensino, pelo menos primários e o I ciclo, acreditamos que a exclusão de alunos nestes níveis por insuficiências de vagas acabam sendo uma violação da lei, no que concerne a inclusão escolar, porque a educação é para todos e nestes níveis o Estado deve redobrar seus esforços para erradicar o número elevado de alunos fora do sistema de ensino. Por isso, 50 anos depois da independência, entendemos que o projecto educação para todos não é uma realidade, porém, é ainda utopia.

Entretanto, de acordo o Ministério da educação de "2018-2019, 5,2 milhões de crianças dos 5 aos 11 anos não frequentavam a escola, o que compreende a 30,4% das crianças desta faixa etária. De igual modo, 71,6% das crianças de 12 a 14 anos não frequentavam a escola" (Governo de Angola; Organização das Nações Unidas, 2022).

Outrossim, "o acesso as escolas do ensino primário e secundário, depende da zona, porque em zonas rurais, há um acesso considerável no ensino primário, porém, insignificante número para o I ciclo" (Governo de Angola; Organização das Nações Unidas, 2022, p. 12), o que constitui o certo tipo de exclusão governamental, porque os que vivem nas zo-

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

nas urbanas tem maior acesso aos níveis subsequentes de ensino angolano.

De igual modo, "em 2019, no Cuanza--Norte, sobretudo, no Bologongo houve 694 individuos fora do sistema de ensino, enquanto que, o Cazengo registou 7914" (Governo da Província do Cuanza-Norte, 2019, pp. 6-11), dando sinais que as políticas de inclusão escolar têm falhado a cada ano que passa.

Estes dados, independentemente das causas intrínsecas ou extrínsecas aos povos a ela inerente, compreende um aspecto retrocessivo da educação em Angola, porque quanto menos crianças inseridas no ensino, menor é a probabilidade de o país ter um bom rumo, pois, a educação visa a transformação de homens que servirão de suportes económicos, social, político e cultural do país. A educação inclusiva não pode produzir os "desvalidos da sorte" (Rummert, 2005) e grupos marginalizados, porém, dever garantir o equilibrio e a salubridade.

Ademais, é de salientar que em angola, os níveis de discriminação ainda são elevados por conta da ineficácia das políticas educativas sobre inclusão, porque produzimos uma sociedade que onde a partir da família e da escola já se protagonista a exclusão. Por exemplo, nas escolas há muita ¬tendência de separar turmas regulares das turmas especiais do que criar salas inclusivas, contrariando-se a ideia de que a '' inclusão está relacionado com o atendimento de alunos com deficiência, incluindo aqueles com necessidades especiais severas, a partir de uma turma ou classe regular, garantindo-lhes apoios necessários de serviços de educação especial" (Correia, 1997, p.33, como citado em Cardoso, 2011, p. 18).

Outrossim, em Angola mesmo quando a questão é pertencer a uma tribo, etnia ou religião, também há discriminação. Uns pelo espirito etnocêntrico tendem a tentar supervalorizar suas tribos ou etnias, em detrimento das outras. Outros, na mesma senda, se discriminam religiosamente, sob pretexto de que sua religião é verdadeira e, é o que leva ao paraíso, de maneira que no seu ponto de vista alicerçada na doutrina, as outras religiões ou congregações são falsas.

Este contexto, é prova de que a políticas educativas não têm sido tão eficazes, porque assiste se a gestação de uma sociedade que exclui e marginaliza aqueles que se lhe apresentam alguma identidade diferente. Por isso, Cardoso (2011, p. 35) afirma que "tendo em conta que na sociedade em geral ainda há discriminação de etnias, culturas e classes sociais, qualquer aluno nas nossas escolas, com ou sem necessidades educativas especiais, pode estar sujeito à condição de marginalização/exclusão"

Entretanto, no Cuanza-Norte, há pais que se sentiram obrigados a retirarem seus filhos de certas escolas, porque o professor foi o primeiro a discriminar, ao invés de ser um modelo de amor e inclusão, para que os alunos em condições normais aprendam a amar e respeitar colegas com deficiência.

Por isso, houve casos caricatos de crianças, como a da menina "Jota" (pseudónimo) da Escola nº20 "Augusto Ngangula", autista e muito inteligente, em Ndalatando, que teve sair da referida escola para Escola Especial nº 21, porque a professora entrava em choque com a mesma, por ser diferente dos demais da turma, e nem estava interessada em dar-lhe uma atenção individualizada, dada as suas

caraterísticas psicológicas, violando não só o artigo 23º da CRA, mas também o artigo 24º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), na qual, determina-se:

> *[...] o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. 2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que: a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; [...]; e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena* (Assembleia Geral da ONU, 2007, pp.52-54).

Apesar de tudo, a discriminação continua, porque não se sanciona os infratores e o governo não promove a extensão da educação sobre inclusão em todos os cursos e níveis. Por conta disso, além das escolas, os portadores de deficiência, são discriminados até nos hospitais, onde as vezes, são abandonados. Por exemplo, os mudos, não podem ser entendidos se não pelos gestos e, maior parte dos médicos, enfermeiros e outros técnicos, não foram preparados para entenderem estas pessoas e, nem todos hospitais possuem intérpretes para que o mudo comunique a sua dor.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto ao objetivo, a pesquisa em questão, é analítica, porque se cingiu na análise da ineficácia da educação inclusiva em Angola, especialmente na Província do Cuanza-Norte, face as políticas educativas. Entretanto, no concerne a natureza, a presente pesquisa é qualitativa, pois, prendeu-se na busca teórica das "descrições sobre o problema em estudo" (Pereira, 2018, pp. 67-69), assim como, na análise de resultados de estudo de campo que não propiciaram a quantificação dos dados.

Neste sentido, utilizou-se a entrevista, para obter no meio prático mais contribuições a respeito do problema, sendo que tecnicamente, recorreu-se a entrevista semipadronizada, na qual, dirigiu-se a questão ao entrevistado de forma descontraída, incidindo sobre uma única questão: "*causas e consequências da ineficácia da educação inclusiva em Angola face as políticas educativas*".

Finalmente, somos a reiterar que o estudo, serviu-se de uma população de 100 elementos, como uma amostra de 50 indivíduos do Complexo Escolar Especial nº 21 "Manuel Pedro Pacavira", no Ndalatando, Província do Cuanza-Norte. Dentre eles, 47 alunos da 4ª e 5ª classe, 2 professores (que atendem uma turma especial e inclusiva, respetivamente) e 1 gestor. Os entrevistados, estão entre os 15 e 45 anos de idade.

Outrossim, a pesquisa serviu-se de método bibliográfico, por meio da análise das "contribuições de diversos autores sobre o assunto" (Lakatos & Marconi, 2001, como citado em Oliveira, 2011, p.19), com um foco especial para os livros e artigos. Ademais, recorreu-se ao método documental, por meio da análise de dossiês que não conheceram ainda tratamento bibliográfico, tais como: a Constituição da República de Angola, Lei nº21/12, de 30 junho, sobre o Direito da Pessoa com Deficiência e a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, que serviram de subsídios para o estudo em questão.

RESULTADOS

Explicitação das causas e consequências da ineficácia da educação inclusiva na Província do Cuanza-Norte face as políticas educativas

Nesta questão entrevistado "L.C", Licenciando em Química e intérprete de linguagem gestual, reiterou que uma das causas da ineficácia das políticas educativas inclusivas passa pela "falta de material didático para facilitar o aprendizado do aluno. O professor pode até criar métodos alternativos para ajudar o estudante a entenderem o conteúdo, mas as vezes é insuficiente, porque a metodologia para alunos normais é diferente para os especiais. Por exemplo, a sala teria desenhos, lâmpadas com diferentes luzes, com cores primarias e secundárias, esqueleto de alguns animais, mas não temos". Ademais afirmou o seguinte:

Nós não temos programas para alunos com deficiência. A ideia das pessoas sem deficiência é aprenderem todos da mesma forma, mas nas turmas com deficiência cada um aprende da forma dele desde que está certo. [...]. Ali você vai dizer que atingi os objetivos. [...]. A minha formação básica de linguagem gestual foi a igreja Testemunha de Jeová quem me concedeu e não o Estado [...]. No Cuanza-Norte, o Estado não dá formação em Linguagem gestual. Não valorizamos o suficiente a linguagem gestual [...]. Por isso, o governo deveria incluir nos programas estudantis, a linguagem gestual, para que tenhamos muitos interpretes nas escolas, hospitais, nos tribunais e outros lugares. Nem imaginas que as vezes tenho de deixar de dormir para ir interpretar um estudante que está doente ou um indivíduo que está ser julgado. [...]. Pelo menos a escola me valoriza, e os nossos diretores, são os que nos dão mais força, mas o país precisa nos valorizar. [...].

Outrossim, "apesar de existir a lei de proteção dos deficientes, existe ainda muita discriminação, pois, há professores que elaboram prova oral de língua portuguesa para surdos e a escola deixa passar isso. É discriminação autêntica". Por outro lado, a entrevistada, "E.M.A", professora de uma turma inclusiva, também formada em Química, reiterou o seguinte sobre as causas da ineficácia da educação inclusiva em Angola:

[...]. O excesso de alunos nas turmas. Só na minha turma tem 60 alunos. Assim é difícil o meu trabalho, porque há alunos com deficiências mentais muito grave. Tenho alunos com níveis de autismo muito elevado, que só querem ficar em pé e nus na sala de aula. Querem pegar na chucha [seios] e nádegas da professora. Outros, querem abraçar e as vezes você assusta já está atrás da professora e começa dar remadas [como se tivesse a fazer sexo]. Aqui antes de vir trabalhar você tem que se prevenir, usando calcinha interior ou calça, para evitar transtornos. [...]. Outrossim, precisamos formação superior específica para nossa área de ensino. Nós queremos que na escola superior Pedagógica seja implementado o curso de educação especial [...]. Nosso governo não está prestar atenção suficiente no ensino especial. Nós merecemos até subsidio pelo que passamos. [...]. Quando eu estava grávida alguns dos alunos autistas me apertavam na barriga, mas apertar mesmo e depois te pergunta se o bebê está mexer mesmo. Há alunos com tripla deficiência: é autista, invisual e mudo. Alguns autistas fogem e o professor deve acha-lo até a hora de saída [...]. É muita coisa que suportamos. De igual modo, gostaríamos que nas escolas normais fosse ensinado a linguagem gestual, para que haja interpretes em todos os sectores. Conheço uma aluna muda que quando deu a luz foi muito complicado, porque os enfermeiros não a entendiam. [...]. Eu fui tive que ir ao hospital para interpretá-la [...]. Há mudos a roubarem e a assaltarem por se sentirem rejeitados em quase todas instituições, porque a discriminação se agudizou no país. Por isso, queremos atenção redobrada dos governantes para mitigar a situação das com necessidades educativas especiais [...].

O entrevistado, "C", por sinal, um dos

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

gestores da escola, afirmou o seguinte a respeito das dificuldades que tem enfrentado no sector da educação especial:

Temos mandado sempre ofícios no ministério da educação para nos ajudar a solucionar o nosso problema, porque apesar dos passos que temos dado internamente, não tem sido suficiente. Por exemplo, não temos materiais para os invisuais, tanto que, das 49 máquinas de Braile, somente 7 funcionam e, as demais não, por terem vindo sem acessórios completos. Isso impede o sucesso nesta área de ensino, porque dos 1756 alunos que temos, 333 são especiais, sem condições didáticas. De igual modo, dos 333, 24 têm deficiência visual, 50 auditivos, 100 intelectual, 92 combinadas, 40 com autismo, 15 com deficiência físico-motora.

Dos alunos entrevistados, somos a destacar o "J", "K", "U" e "W", que afirmaram que uma das maiores dificuldades que enfrentam é a falta de material para aprender palavras e a discriminação, o que torna difícil o aprendizado''. Ademais, reiteraram que também temos sonhos, e o entrevistado, "J", disse que "no futuro quer se enfermeiro'', o "K" disse que pretende "ser militar'', o "U", '' médico'' e o "W'', disse que tenciona "ser professor''.

DISCUSSÃO

Entretanto, os resultados da entrevista, são significativas, porque apontam para as causas e consequências da ineficácia das políticas sobre educação inclusiva no Cuanza-Norte. Assim sendo, percebeu-se que a falta de materiais didáticos para o ensino especial e inclusivo, foi uma das respostas unanimes, tanto para os entrevistados "L.C" e "E.M.A", quanto para o "C", J", "K", "U" e "W". É verdade que não se pode conceber um ensino sem materiais didáticos, porque o Estado ao delinear o seu sistema educativo, deve criar condições, para que o processo seja acessível e produza resultados satisfatórios.

Podemos até dizer que hoje existem muitos recursos de ensino, devido à internet e outras possibilidades abertas ao professor, mas estamos a falar de uma educação inclusiva e especial, onde o professor deve estabelecer um atendimento individualizado, tendo em conta o tipo de necessidade ou deficiência do aluno.

Por exemplo, o entrevistado "L.C", tem uma turma inclusiva, onde há alunos com diferentes deficiências. Neste caso, ele precisa de desenhos exibição de texto, braile, comunicação táctil, caracteres grandes, meios multimídia acessíveis, modos escrito, áudio, linguagem plena, leitor humano e modos aumentativo e alternativo, meios e formatos de comunicação, incluindo tecnologia de informação e comunicação acessível, mas não os pode ter, porque escola não tem e o governo também não disponibiliza.

De igual modo, a entrevistada, "E.M.A", além dos materiais citados acima, por estar numa turma inclusiva, precisa de máquinas de brailes a altura das necessidades dos seus alunos, porém, só pode usar 7 das 49 máquinas, numa turma de 60 alunos. Isto vai determinar a qualidade do ensino-aprendizagem.

No entanto, Como vai individualizar o ensino com estas condições e, como nos

consta, numa turma onde existem alunos com deficiências múltiplas? Que instrumento lhe facilitará no ensino dos autistas, mudos e outros? Dessa forma, a escola não está a ser encarada na mesma senda que o Silveira (2020, p. 7), reconhece como sendo um "espaço de democratização, onde todos alunos tenham os mesmos direitos e merecem uma qualidade de educação proporcional aos das escolas regulares"

Contudo, é aqui onde reside a ineficácia das políticas públicas sobre a educação inclusiva, pois além de não se fiscalizar, não há financiamentos para desenvolver este setor, tornando-se numa espécie de discriminação, porque qualidade da educação na área inclusiva e especial, não está sendo proporcional aos das escolas regulares. Entretanto, a discriminação não é apenas rejeitar um deficiente, mas também negar, restringir ou omitir a realização dos direitos a eles inerentes, tal como se estabeleceu nos termos do artigo 2º da Convenção sobre direito das pessoas com deficiência.

> *[...]. Qualquer distinção, exclusão ou restrição com base na deficiência que tenha como objetivo ou efeito impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade com os outros, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais no campo político, económico, social, cultural, civil ou de qualquer outra natureza. Inclui todas as formas de discriminação, incluindo a negação de adaptações razoáveis; (Assembleia Geral da ONU, 2006).*

Atenção, a omissão é também uma forma de discriminação, porque vemos a realidade, mas não tomamos nenhuma postura. Investimos em vários setores, mas neste campo, há pouca atenção, cansando aqueles que tudo fazem para que mesmo com condições rudimentares ou precárias, o ensino seja possível.

Outrossim, os resultados mostram que na província há carência de oferta formativa virada para educação especial a nível médio e superior, por isso, ambos docentes, "L.C" e "E.MA", são graduados em Química, mas em função das necessidades da escola, atendem turmas de pessoas deficientes.

Assim sendo, isto corresponde a ineficácia ou retrocesso no que tange as políticas sobre educação inclusiva, porque é responsabilidade do governo, através do Ministério da educação e superior, abrirem cursos, em função da demanda e das necessidades do país. Outrossim, os cursos de linguagem gestual que os professores beneficiaram não são cientificamente suficientes para atender as necessidades didáticas, porque as deficiências na turma são múltiplas.

E, estes docentes, pelo tempo de trabalho e o manifesto de amor pelos deficientes, teriam beneficiado de um curso superior para entenderem com profundidade ao grupo de alunos que servem. Porém, o olhar insensível das autoridades, quanto a estas questões, se converte no ato silencioso de discriminação. Essa discriminação é tão visível que mesmos nos concursos públicos dificilmente tem havido vagas para professores especiais, não é porque não haja nenhum por aí, porém, é falta de vontade política do governo, pois, existem províncias que já formam educadores especiais.

Ademais, tendo em conta a afirmação dos entrevistados, é preciso que em todas escolas haja disciplinas de ensino

especial e inclusivo, para que seja assegurada a inclusão social dos deficientes. Por exemplo, quem faz curso de história, Geografia, matemática, Medicina, Enfermagem e outros, podem aprender a linguagem gestual, porque amanhã podem ter na turma um aluno mudo ou invisual. Logo, o professor ensinará usando palavras e gestos, tendo em conta as particularidades da turma.

Contudo, é de reiterar que em função dos resultados, percebeu-se que a falta de materiais didáticos, salas insuficientes para atender a demanda, falta de formação em boa parte dos docentes e a discriminação, compreendem as causas da ineficácia das políticas públicas voltadas para educação inclusiva.

No entanto, se o governo não fiscaliza, não responsabiliza e nem responde pontualmente as estas necessidades educativas, quando terá elaborado leis e programas lindos de providencias da educação inclusiva, estamos perante uma certa ineficácia, porque os resultados não são favoráveis.

Outrossim, sob olhar de esperança, os alunos "J", "K", "U" e "W", "J", além enfrentarem a discriminação e falta de condições, afirmaram que no futuro pretendem ser enfermeiro, militar, médico e professor, respetivamente, o que significa que são pessoas que sonham como qualquer outra. Neste sentido, com base nas políticas públicas podemos ter médicos autistas, mudos e outros, porém, estando numa sociedade discriminadora, podem adotar outros tipos de comportamentos desviantes como mecanismo de defesa.

Entretanto, se as pessoas podem se desviar por conta da miséria, alguns deficientes, pior ainda, porque não têm muitos recursos de sobrevivência e, como consequência, podem adotar comportamentos inadmissíveis a convivência social, porque a própria sociedade lhes exclui do convívio.

Outrossim, se os professores das turmas inclusivas se forem capazes de construir uma turma inclusiva na prática, com todos os meios necessários, será possível produzir uma sociedade que respeita os princípios da igualdade, conforme o plasmado nos termos do artigo 23º da Constituição angolana.

No entanto, os resultados da entrevista, nos mostra que é preciso amor para exercer a atividade docente no contexto da educação especial ou inclusiva, porque enquanto nas turmas regulares ou normais, há possibilidade dos alunos entenderem o assunto ao mesmo tempo, nas turmas especiais e inclusivas, a aprendizagem é diferente, dependendo dos níveis de deficiência que o aluno carrega e sua força cognitiva. Por isso, o "L.C", dizia que "aqui cada um aprende do seu jeito desde que está certo".

Entretanto, atendendo a complexidade do trabalho destes heróis porquê não se lhes atribuir um subsidio de pelos menos 30% do salário base, tal como se fez com os que trabalham em zonas recônditas? Não é fácil fazer entender alguém com necessidades especiais. É preciso paciência e amor, além do patriotismo.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados revisados e obtidos, concluiu-se que a educação inclusiva consiste numa escola que produz uma sociedade que mitiga a discriminação, bem como, constrói uma consciência de respeito pelas diferenças étnicas, físicas, psicológicas, religiosas e culturais. De igual modo, percebeu-se que é preciso que se apetreche as escolas especiais com recursos didáticos que respondem os desafios da educação inclusiva.

Entretanto, que se reforce no Cuanza-Norte, em particular e, Angola, em geral, cursos médio e superior de educação especial, para dar qualidade de ensino e responder demanda das necessidades nesta área. Igualmente, os resultados sugerem que é preciso que o executivo angolano financie, tanto no Cuanza-Norte, quanto em outras províncias, a formação dos docentes que já operam nesta área, para posteriormente atenderem com maior qualidade os desafios da educação especial.

Por conseguinte, que haja mais escolas a nível do país, para se evitar a sobrelotação, tendo em conta a natureza e a complexidade do público a que se destina a educação especial e inclusiva. Neste sentido, que seja pelos menos de 15 a 20 alunos por turma no máximo e, não 60 como verificou-se no campo.

No entanto, que se de responsabilize criminalmente aqueles que por ação ou omissão atentam contra Lei nº 21/12, de 30 de junho, sobre "Direitos das Pessoas com Deficiência". Ademais, tendo em conta os resultados, sugere-se que se conceda subsidio de pelos menos 30% do salário base dos professores do ensino especial, quer no Cuanza-Norte, quanto em todo país, em função da complexidade desta área.

Em suma, compreendeu-se que inclusão não é somente tornar acessível os serviços sociais às pessoas com necessidades especiais, mas muitas vezes criar escolas ou turmas, onde haja pessoas normais e especiais, para que se erradique a consciência de espanto e marginalismo contra os deficientes. Finalmente, somos a sugerir mais investigações nesta área em Angola, uma vez que, estamos cientes que a presente pesquisa, não encerra e nem responde a todos problemas inerentes a educação inclusiva em Angola, porém, abre portas para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Angola. Constituição (2010). *Constituição da República de Angola. Luanda: Imprensa Nacional* - E.P, 2010.

Angola. (2020). Lei nº 32/20, 12 de Agosto: sobre *Bases do Sistema de Educação e Ensino em Angola*. Luanda: Imprensa Nacional- E.P.

Angola. Lei nº 21/12, de 30 de Junho: *Lei da pessoa com deficiência.* Luanda: Imprensa Nacional- E.P, 2012.

Assembleia Geral da ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos.* Retirado de https:// www.ipc.pt/ipc/wp content/uploads/2020/03/Declarac%CC%A7a%CC%83o-Universal-dos Direitos-Humanos.pdf.

Assembleia Geral da ONU. (2006). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência,* Retirado de https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf.

Cardoso, M. R. C. A. (2011). N*ecessidades Educativas Especiais no Ensino Básico: Perspectivas dos Professores.* 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em Necessidades Educativas Especiais – Área de especialização em Cognição e Motricidade), Instituto Superior de Educação e Ciências. Lisboa.

Governo de angola & Organização das Nações Unidas. (2022). *Cimeira Sobre a Transformação da Educação*: Relatório da Consulta Nacional. Luanda: GEPE.

Governo da Província do Cuanza-Norte. (2019). *Relatório do programa de desenvolvimento local e combate à pobreza*. Ndalatando: GVESP.

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologias e Inovação. [s.d.]. *Instituições de Ensino Superior Privadas e Respectivos Cursos de Graduação*. Luanda: GCI.

Nascimento, L. B. P. *A importância da inclusão escolar desde a educação infantil.* 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Faculdade de Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

Neto, Antenor de Oliveira Silva. etal. *Educação inclusiva: uma escola para todos.* Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial.

Oliveira, F. B. (2012). D*esafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras.* Revista Diálogos & Saberes, v. 8, n. 1. Retirado de https://williamlgoncalves.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/oliveira-fabiana-barros-desafios-na-inclus-c3a3o-dos-surdos-e-o-interprete-de-libras-dic3a1logos-saberes-mandaguari-v-

-8-n-1-p-93-108-2012.pdf.

Oliveira, M. F. de. (2011). *Metodologia científica:* um manual para a realização de pesquisas em administração. Goiás: UFG.

Pereira, A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica licenciatura em computação.* Santa Maria, RS: UFSM.

Quiluta, A. (2023). *País tem 22 escolas para o Ensino Especial.* Luanda: Jornal de Angola. Retirado de https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/pais-tem-22-escolas--para-o-ensino-especial/.

Rummert, S. M. (2005). Projeto escola de fábrica – atendendo a "pobres e desvalidos da sorte" do século XXI. Perspectiva, v. 23, n. 02. Retirado de https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/9757/8988/29093.

Silveira, J. L. da. (2020). *Abordagens sobre educação inclusiva*. Minas Gerais: Multiatual.

ARTIGO 8

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

EL TANGRAM UN MEDIO DE ENSEÑANZA PARA POTENCIAR EL PENSAMIENTO LÓGICO EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA.

Autores: MS. c. Alain Pozo Leonard | pozoleonardalain@gmail.com / alain.pl74@nauta.cu | Metodólogo General Integral del Nivel Educativo Primario de la Dirección General de Educación | ORCID iD: 0000-0002-8202-5628 | +53 55358584

Dr. C. Yasser Martin Guillén | yassermg@ucpejv.edu.cu | Profesor Asistente de la Universidad de Ciencias Pedagógica Enrique José Varona, Facultad de Ciencias Naturales y Exactas, Departamento de Matemática-Física, La Habana, Cuba | ORCID iD: 0000-0001-5456-2568

MSc. Daisy Miguelina Ochoa Paumier | daisyochoa6@yahoo.es | Maestra del Grado Preescolar de la Escuela Primaria: Pedro Portuondo Bouly. Municipio: Plaza de la Revolución | +53 52428874

RESUMEN

La búsqueda de formas novedosas para propiciar el aprendizaje de la geometría en la Educación Primaria es un tema que en la actualidad sigue siendo un problema para la enseñanza- aprendizaje en este nivel educativo; el uso de medios de enseñanza como el Tangram potencia el pensamiento lógico. En el presente artículo se ofrece una sistematización de aspectos esenciales del Tangram como medio de enseñanza, su impacto y repercusión en el proceso de enseñanza-aprendizaje de la Matemática desde el componente de la Geometría y su potencialización del pensamiento lógico; por lo que este tema no solo constituye un aporte a la ciencia, sino, que se relaciona con el cuarto objetivo de la agenda 2030 y con las exigencias que promueve el modelo de escuela cubana actual al aspirar contar con educandos reflexivos, activos, críticos e independientes, según se aspira en el tercer perfeccionamiento de la educación en Cuba. Palabras clave: Medios de enseñanza, Tangram, pensamiento lógico, Educación Primaria, geometría

Palabras clave: Medios de enseñanza, Tangram, pensamiento lógico, Educación Primaria, geometría

ABSTRACT

The search for innovative ways to promote the learning of geometry in Primary Education is an issue that currently continues to be a problem for teaching-learning at this educational level; the use of teaching aids such as Tangram enhances logical thinking. This article offers a systematization of essential aspects of Tangram as a teaching medium, its impact and repercussion on the teaching-learning process of Mathematics from the Geometry component and its potentialization of logical thinking; therefore, this This topic not only constitutes a contribution to science, but is related to the fourth objective of the 2030 agenda and the demands promoted by the current Cuban school model by aspiring to have reflective, active, critical and independent students, as stated. Aspires to the third improvement of education in Cuba.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Keywords: **Teaching aids, Tangram, logical thinking, Primary Education, geometry**

INTRODUCCIÓN

La búsqueda de nuevas formas de empleo de los medios de enseñanza en el proceso de enseñanza-aprendizaje de la Matemática desde el componente de la geometría, es una de las demandas que se evidencian en cada nivel educativo, tal es el caso del uso de los medios tecnológicos y las comunicaciones, pero sin excluir los medios de enseñanzas tradicionales. Uno de estos medios que se empleó desde el primer perfeccionamiento de la educación, lo fue el Tangram, capaz de potenciar el pensamiento lógico, que en la actualidad se emplea con fines terapéuticos, para la modelación, las construcciones civiles y las evaluaciones psicológicas en niñas y niños con necesidades educativas especiales. Sin embargo este material tan importante dejó de emplearse a partir de nuevas búsquedas de solución para el trabajo con la geometría y aún se continúa la búsqueda de alternativas que promuevan el pensamiento lógico de los educandos.

Esta problemática es considerada como uno de los temas importantes en la actualidad, pues el desarrollo de la tecnología sin sustituir a los antiguos materiales empleados como medios de enseñanza avanza en aras de lograr un mundo globalizado capaz de adentrarse desde la Internet, para perfeccionar el aprendizaje, pero no se puede dejar a un lado a los que fueron los pioneros en esta evolución en el logro de un buen desarrollo cognitivo, por lo que en consideración de los autores, el Tangram es un medio que permite potenciar el pensamiento lógico desde su uso en el proceso de enseñanza-aprendizaje de la Matemática en el componente de la geometría; y no deja de ser tan importante para brindar el buen desarrollo del pensamiento lógico en momentos actuales.

Este medio está sujeto al análisis de diversos autores tanto en el ámbito internacional como nacional tales como: León Roldán, T. (2007), Giner, M. (2008), Flores Linares, R, E. (2009), Fumero Jiménez, A, H. (2009), Cuadrado Morales, J, F. (2010), Pupo Pestana, N. (2012), Perdomo González, E. (2012), Aguilera, L. (2015), Alemán Pérez, J, D. y Poveda Pilarte, S, M. (2015); en el que se asume al Tangram como referencia pero desde líneas de investigaciones diferentes como el diseño, la psicología y Castillo Duret, G. (2015) en la preparación de los docentes para el trabajo con las figuras planas en el componente de geometría desde variadas tareas de aprendizaje en el que se emplee este medio de enseñanza para el desarrollo del pensamiento matemático.

Por otra parte Flores Linares, R. E. (2009); aborda el trabajo con el Tangram como medio de enseñanza en el Tercer Perfeccionamiento de la Educación desde el primer grado, en la última unidad de geometría y no así en todas las unidades de la geometría y momentos continuos del desarrollo, lo que evidencia que no existe una sistematización y empleo de este medios en los diferentes momentos del desarrollo, que permita potenciar el pensamiento lógico y posibilite que los escolares puedan sentirse motivados por la geometría y adquirir independencia cognoscitiva para realizar variadas tare-

as de aprendizaje. Otras de las investigaciones que los autores consultaron para fundamentar el tema referido a los medios de enseñanza que permitan potenciar el pensamiento lógico desde la Psicología y la Neurociencias en el ámbito internacional y nacional están relacionados con los estudios abordados por: Bruner, J.S. (1975); Bandura. (1987); Piaget y Vygostky, L. (1996); González Maura, V. (1998); Vielma, E. (2000); Rico Montero, P. (2002); Blanco Menéndez, R. (2009); De La Barrera, M. L. (2009); Salgado Faria, C. (2017).

En sus investigaciones se considera el pensamiento lógico, desde la psicología y la neurociencia cognitiva y su valor para el desarrollo neuronal de la psiquis, el conocimiento del ser humano como individuo social y el análisis al pensamiento como proceso inherente del cerebro humano.

Por ello, se realiza por los autores de este trabajo una investigación cuyo objetivo se centra en proponer una estrategia didáctica para potenciar el pensamiento lógico desde el proceso de enseñanza-aprendizaje de la geometría en el primer momento del desarrollo del Nivel Educativo Primario.

MATERIALES Y MÉTODOS

En este estudio se utilizaron los métodos de investigación que permitieron el análisis de las fuentes, la sistematización, el estudio documental, el análisis y la síntesis, la modelación, además de la indagación empírica, entre los que se encuentran la observación, el pre experimento, la prueba pedagógica y de las técnicas de investigación: la encuesta y la entrevista que tuvieron como resultado la elaboración de los sustentos teóricos y la propuesta de los materiales didácticos.

DISCUSIÓN

Los cambios globalizados del mundo actual en los últimos años exigen que se encamine la educación a la búsqueda de nuevas soluciones que propicie un conocimiento cada vez más reflexivo, con la exigencia de la agenda 2020-2030 de manera que se les permita a todos los individuos ser miembros activos de su comunidad, con un proceso de enseñanza-aprendizaje que no solo se adapte a las necesidades del mundo actual; sino que vaya desde la adquisición de conocimientos, hasta el desarrollo de las habilidades imprescindibles para la vida.

En este contexto, la enseñanza de la Matemática debe encaminarse a proporcionar que cada educando, adquiera una noción del mundo clara y profunda, y lo prepare para integrarse en la sociedad como un ciudadano responsable, esto significa que las situaciones de aprendizaje que se presenten en el contexto educativo tienen que sobrepasar los límites que nos sometemos.

De acuerdo con lo anterior, la Matemática en el Nivel Educativo Primario, incluye varios contenidos que tiene como objeto de estudio la numeración y las operacio-

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

nes básicas; pero también la geometría, que es la parte de las matemáticas que ayuda a analizar, organizar y sistematizar los conocimientos espaciales.

Para el trabajo con la geometría los maestros deben conocer cuál es su objeto de estudio y según "... La geometría tiene por objeto analizar, organizar y sistematizar los conocimientos espaciales. Estudia la extensión, forma, relaciones de posición de los cuerpos y de los elementos que lo constituyen, así como sus propiedades."; "...La geometría es el modelo matemático del espacio físico." por lo que se hace necesario para que se cumpla el objeto de este componente que los maestros cuenten con medios de enseñanza que permitan que los educandos se puedan apropiar de los conceptos básicos que les ayudaran a entender el medio que los rodea y su entorno. (Martínez, 2011: 1), en consecuencia con la definición anterior Delgado D. E (2002) considera que los medios de enseñanza son:

> *(...) cualquier objeto natural o elaborado, con fines docentes o no, el cual es incluido en el desarrollo de la clase a partir de las características de esta y las funciones didácticas que cumplen los medios de enseñanza, que persiga determinados objetivos docentes, que puede ser considerado como tal.* (Delgado D. E., 2002:149).

Sin embargo, otro criterio lo brinda Peña. U; et al, (1989) y refiere que, los medios de enseñanza son:

> *(...) instrumentos, materiales de trabajo, que sirven de apoyo al maestro en la dirección del proceso de enseñanza-aprendizaje; porque favorecen el desarrollo de capacidades, habilidades y hábitos, contribuyen a la formación de convicciones y actitudes y viabilizan la actividad independiente de los alumnos.* (Peña. U; et al, 1989: V).

De acuerdo con lo definen ambos autores, consideramos que el Tangram es uno de los medios de enseñanza capaz de desarrollar habilidades como el pensamiento lógico.

Según (Giner, M., 2008:párr. 1) "... es un juego popular chino, muy antiguo, que consiste en siete piezas." Para (Torres Bello, M., 2008: párr. 2) "...el tangram clásico es el "tangram chino" que consta de siete formas básicas, obtenidas por la división de un cuadrado." Otro criterio sobre Tangram es el de (Cuadrado Morales, J.F., 2010: párr. 3.) que plantea: "...el tangram se puede utilizar como material didáctico que favorecerá el desarrollo de las relaciones espaciales, la imaginación, la lógica, estrategias para resolver problemas..." Otra de las versiones sobre el Tangram es la de (Aguilera, L., 2015: Sección de Introducción, párr. 1.) en el que comenta que "...el Tangram es un juego de astucia en el que hay siete piezas." Es decir, que en su mayoría existe un mismo criterio sobre qué es el Tangram, por lo que los autores de este artículo nos adscribimos a los diferentes juicios emitidos y consideramos que El "Tangram" o "Rompecabezas Chino" es un juego de carácter cognitivo, que permite estimular habilidades en los educandos y potencia el pensamiento lógico.

El Tangram (chino: 七巧板 pinyin: qī qiǎo bǎn; "siete tableros de astucia", haciendo referencia a las cualidades que el juego requiere) es un juego chino muy antiguo, que consiste en formar siluetas de figuras con las siete piezas dadas sin solaparlas. Las 7 piezas, llamadas "Tans",

son las siguientes:

- 5 triángulos rectángulos, dos construidos con la diagonal principal del mismo tamaño, los dos pequeños de la franja central también son del mismo tamaño.

- 1 cuadrado
- 1 paralelogramo o romboide

Normalmente los "Tans" se guardan formando un cuadrado.

Existen varias versiones sobre el origen de la palabra Tangram, una de las más aceptadas cuenta que la palabra la inventó un inglés uniendo el vocablo cantonés "tang" que significa chino, con el vocablo latino "grama" que significa escrito o gráfico. Otra versión dice que el origen del juego se remonta a los años 618 a 907 de nuestra era, época en la que reinó en China la dinastía Tang de donde se derivaría su nombre.

Historia del Tangram

El Tangram se originó a partir de la creación del juego de muebles yanjitu durante la dinastía Song. Según los registros históricos chinos, estos muebles estaban formados originalmente por un juego de 6 mesas rectangulares. A continuación, se agregó una mesa triangular y las personas podían acomodar las mesas de manera que formaran una gran mesa cuadrada. Hubo otra variación más adelante, durante la dinastía Ming, y un poco más tarde fue cuando se convirtió en un juego.

Existe una leyenda que plantea que el sirviente de un emperador chino llevaba un mosaico de cerámica, muy caro y frágil, tropezó rompiéndolo en pedazos. Desesperado, el sirviente trató de formar de nuevo el mosaico en forma cuadrada pero no pudo. Sin embargo, se dio cuenta que podía formar muchas otras figuras con los pedazos.

No se sabe con certeza quién inventó el juego ni cuándo, pues las primeras publicaciones chinas en la que aparece son del siglo XVIII, entonces el juego era ya muy conocido en varios países. En China, el Tangram era muy popular y se consideraba un juego para mujeres y niños.

A partir del siglo XVIII, se publicaron en América y Europa varias traducciones de libros chinos en los que se explicaban las reglas del Tangram, el juego tiene por nombre: "el rompecabezas chino" y se volvió tan popular que lo jugaban niños y adultos, personas comunes y personalidades del mundo de las ciencias y las artes; el tangram se había convertido en una diversión universal. Napoleón Bonaparte se convirtió en un verdadero especialista en Tangram desde su exilio en la isla de Santa Elena.

El "Tangram" o "Rompecabezas Chino", puede considerarse como medio de enseñanza, pues permite ser utilizado de forma flexible e intencional, para mejorar el proceso de aprendizaje.

Este juego permite formar múltiples combinaciones que pueden hacerse con sus piezas, sin solaparse, creando infinitas figuras, todo ello con la finalidad de promover el desarrollo de capacidades psicomotrices e intelectuales. Véase en el Apéndice 2, algunos de los modelos que se pueden formar con las piezas del Tangram.

El juego se emplea como una potente herramienta en el desarrollo de habili-

dades como: la orientación espacial, la atención, el razonamiento lógico espacial, memoria visual, percepción de figuras y fondo, entre otras.

Es importante acotar que, este tipo de juego le permite al educando realizar no sólo una serie de operaciones cognoscitivas, sino; un conjunto de mecanismos que regulen el funcionamiento intelectual, cada aprendiz tiene su propio estilo de apropiarse de conocimientos y habilidades desarrollando en ellos mismos sus procesos cognitivos básicos.

En cuanto al número de figuras chinas originales que se pueden realizar son alrededor de 16000.

Actualmente existen diferentes tipos de Tangram con variadas formas, entre los que se destacan los cuadrados, rectangulares, triangulares, ovalados, en forma de corazón, entre otros como los que aparece en el Apéndice 3.

Recomendaciones metodológicas para el uso del Tangram:

En el proceso de desarrollo de las actividades al componer y descomponer figuras para obtener otras o transformarlas, el maestro propiciará que el educando analice lo que realizó, cómo lo hizo, qué le permitió el éxito, en qué se equivocó, cómo puede eliminar sus errores, que defienda sus criterios en el equipo, los reafirme, profundice o modifique, que se autocontrole y valore sus resultados y formas de actuación, para ello deberá:

1. Trabajar en la búsqueda del conocimiento, de las relaciones entre las figuras que forman la figura general (rectas paralelas, rectas perpendiculares, cuadriláteros, trapecios, cuadrados, triángulos, figuras incluidas y otros contenidos dados) así como con la práctica social y la esfera afectiva – volitiva.

2. Estimular la formación de suposiciones, la búsqueda de aplicaciones.

3. Las actividades deberán ser:

Variadas: Que presenten diferentes niveles de exigencias, que promuevan el esfuerzo intelectual creciente del educando, desde el ejercicio sencillo con el Tangram con todas las piezas, algunas de éstas, hasta la creación de otros Tangram y la confección de figuras más complejas.

Suficientes: Que aseguren la ejercitación necesaria para la fijación del contenido al reconocer las figuras geométricas y sus características mediante la formación y descomposición de las piezas que forman el Tangram. El educando debe aprender haciendo, ofrecerle las ayudas necesarias, ofrecerle la posibilidad que controle el proceso, que encuentre el error y controle sus resultados.

Diferenciadas: Que estén al alcance de todos, que posibilite la atención a las diferencias individuales al obtener las piezas del Tangram atendiendo a las tres sugerencias que se orientan así como ofrecer los impulsos a los educandos que lo necesiten.

4. Propiciar la búsqueda y apropiación del conocimiento por el educando desde posiciones reflexivas que estimulen y propicien el desarrollo del pensamiento y la independencia, para ello debe:

- Ayudar a los educandos a tomar conciencia de que siempre existe más de un camino para la obtención de fi-

guras geométricas mediante la manipulación al componer y descomponer las piezas del Tangram chino, explicar cómo lograron resolver la tarea y más aún cómo lograron reconocer la solución de la misma.

El empleo de este medio de enseñanza posibilita el trabajo de diferentes contenidos que aparecen en los programas de estudio del Nivel Primario ellos son:

- Figuras geométricas planas
- Ángulos y su clasificación
- Congruencia de figuras
- Áreas y perímetro de figuras

Con el uso del Tangram se pretende:

- Elevar el aprendizaje
- Potenciar la lógica
- El desarrollo cognitivo, psicomotriz, la creatividad, el aprendizaje de la geometría plana
- La formación de ideas abstractas
- La orientación y estructuración espacial
- El conocimiento lógico-matemático
- La coordinación visomotora, la atención, la percepción visual y la percepción de fondo y figura, desde la geometría de la Educación Primaria.

Por otra parte el juego del Tangram, en su uso presenta diferentes fases, por emplearse con educandos con dificultades en el manejo del espacio:

1. Reproducción de la figura con la solución delante (como en el primer dibujo), es decir que en el dibujo se ve claramente cuáles son las piezas que debe colocar y donde. En esta primera fase se trabaja: la coordinación visomotora, atención, orientación y estructuración espacial.

2. Reproducción de la figura sin la solución. En esta fase ya entra más en juego la percepción visual y el razonamiento espacial, al mismo tiempo que se potencian los mismos aspectos que en la primera fase pero de forma más compleja.

3. Reproducción de la figura sin la solución y posterior reproducción sin estimulo visual, es decir, de memoria. Esta fase resulta evidentemente la más compleja, puesto que aparte de requerir una mayor estructuración espacial y el trabajo de todas las habilidades antes descritas potencia la memoria visual de formas.

La evaluación del empleo de este juego resulta muy satisfactoria sobre todo con niñas y niños con problemas de tipo disgráfico (mala letra), ya que potencia diferentes habilidades que inciden en el correcto desarrollo de la escritura, como son el desarrollo del espacio o la coordinación visomotora, resultando recomendable en la mayoría de los casos en el trabajo de la psicomotricidad gruesa.

El Tangram no solo influye en procesos como se describe anteriormente; sino que precede la potencialidad del pensamiento lógico desde la primera infancia según las etapas por las que transita el niño o niña como son:

- La motora sensorial (Edad 0-2), que permite el control motor y aprendizaje acerca de objetos físicos.
- La Preoperacional (Edad 2-7), que permite el desarrollo de habilidades verbales.
- La concreta operacional (Edad 7-12), que da inicio al asentamiento de conceptos abstractos.
- La formal operacional (Edad 12-15), que permite el desarrollo de habilidades sistemáticas y lógicas del razona-

miento.

En estas dos últimas etapas que corresponden al nivel educativo primario y nivel educativo básico, el pensamiento es más intuitivo y más estable, en donde el niño y niña pueden realizar operaciones más complejas y emplean la lógica.

Por otra parte en la primera infancia se inicia el desarrollo intelectual que permite el conocimiento de su entorno y al desarrollo de los procesos cognitivos, fundamentalmente el pensamiento, en este nivel se sienta las bases para el desarrollo de competencias, habilidades, conocimientos y destrezas que les permita a sus educandos resolver diversas situaciones. Una de las habilidades a desarrollar está relacionada con el desarrollo sensorial en la que para la actividad del pensamiento es preciso tener en cuenta la percepción que es:

> *(...) el reflejo integral de las diferentes propiedades de los objetos (color, forma, tamaño, textura, posición en el espacio) y constituye el fundamento de toda actividad mental del hombre, pues es, a través de la percepción, que el individuo entra inicialmente en contacto con la realidad circundante, y es la base para el conocimiento, para la orientación hacia las propiedades y relaciones externas de los fenómenos y objetos en el espacio y el tiempo.* (Cruz Ruiz, E. M, 2012: 5)

Es decir, el desarrollo sensorial guarda relación con el pensamiento matemático que permite realizar acciones como la comparación, la clasificación y la relación; otra de las actividades del nivel educativo primera infancia y que se relaciona con ambos pensamiento lo es la del conocimiento del mundo de los objetos y sus relaciones, esta actividad es de vital importancia para lograr la integralidad en este nivel porque le brinda la posibilidad al niño de conocer el mundo que le rodea, los objetos y sus cualidades, los fenómenos naturales, las interacciones sociales y las nociones cuantitativas que existen entre ellos; permitiéndoles familiarizarse con el mundo, conocerlo y transformarlo. El conocimiento del mundo de los objetos desarrolla la inteligencia, que es otro de los procesos aparte del pensamiento, ejerciendo un papel importante al desarrollar diversas acciones como:

Observar: acto de percibir, de apreciar las características externas o internas de los objetos cuyos pasos para la habilidad son:

- Distinguir el todo.
- Distinguir sus características.
- Atender a sus características más significativas.
- Establecer nexos o relaciones entre sus características.
- Ir de los detalles al todo.

Identificar: reconocer y analizar las propiedades de los objetos para determinar que concuerdan completamente con el patrón sus pasos son:

- Distinguir el objeto como un todo.
- Analizar las cualidades del objeto.
- Establecer relaciones entre la característica seleccionada y el patrón.
- Reconocer el o los objetos que coinciden con el patrón.
- Seleccionar el o los objetos.

Comparar: determinar, relacionar y contraponer las peculiaridades relativas de dos o más objetos y sus habilidades son:

- Distinguir los objetos de comparación.
- Determinar rasgos esenciales y generales de los objetos.
- Determinar los criterios de comparación.
- Establecer relaciones de semejanzas y diferencias atendiendo al criterio de comparación.
- Seleccionar objetos.

Clasificar: distribuir, agrupar y organizar objetos teniendo en cuenta uno o varios criterios para ello se necesita:

- Distinguir los objetos a clasificar.
- Identificar sus cualidades fundamentales.
- Determinar los criterios de clasificación.
- Ordenar los elementos.
- Compararlos con el criterio de clasificación.
- Establecer relaciones de subordinación y nexos.
- Agrupar los criterios según los indicadores de clasificación.

Modelar: sustitución de la realidad utilizando para ellos modelos, para el logro de la habilidad se requiere de:

- Distinguir el objeto como un todo.
- Separar el objeto en sus partes.
- Distinguir sus cualidades.
- Establecer relaciones entre el modelo y los elementos para reproducirlo.
- Sustituir las partes del modelo.
- Reproducir el modelo.

Además estas acciones se encuentran vinculas con el pensamiento lógico porque desarrolla habilidades cognitivas, psicomotriz, la coordinación visomotora y la percepción visual de figura y fondo en la que continua su sistematización en el nivel educativo primario desde las relaciones con los objetos y procede de la propia elaboración del individuo, por lo que surge a través de la coordinación de las relaciones que previamente ha creado entre los objetos, por lo que el pensamiento lógico es racional, preciso y exacto, se desarrolla de forma lineal hasta alcanzar una conclusión y da solución a los problemas de la vida diaria.

De igual forma el Tangram como medio de enseñanza sirve para el desarrollo de otros procesos cognitivos por ejemplo: la memoria, la imaginación, el pensamiento, la percepción; además del desarrollo de habilidades sensoriales, todos estos procesos y habilidades se encuentran estrechamente vinculados con el desarrollo del pensamiento matemático, desde el trabajo de cada uno de sus componentes como: la numeración, el cálculo, las magnitudes, los problemas aritméticos y la geometría en el que permite su relación y el trabajo con los diferentes contenidos que en este componente se trabaja como: trazado, clasificación o construcción de figuras planas o del medio, el trabajo con ángulos, la mediatriz y el trabajo con el plano, atendiendo los niveles de asimilación del conocimiento, la graduación y variedad de tareas de aprendizaje que propicien las diferencias individuales y la independencia cognoscitiva. Vistas las ventajas que implica el uso del juego Tangram, conviene tener presente además que se trata de un juego muy económico y fácil de encontrar, al mismo tiempo que también se lo puede fabricar.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CONCLUSIONES

Desde la experiencia de los autores, como profesores universitarios en la utilización de los medios de enseñanza con los educandos del primer momento del desarrollo durante diferentes cursos afirmamos que el pensamiento lógico se puede potenciar a partir del trabajo con el Tangram como medio de enseñanza en el proceso de enseñanza-aprendizaje de la geometría, y está valorado como una de las áreas o líneas de investigación en didáctica de las ciencias, de ahí que se tome en consideración su empleo en el Tercer Perfeccionamiento de la Educación.

El conocimiento de su uso es de mucha importancia para potenciar el pensamiento lógico en la geometría, y diferentes autores recomienden su empleo, por ello debe ser objeto de estudio en la asignatura de Matemática del Nivel Educativo Primario. El papel del maestro, en la aplicación del Tangram como medio de enseñanza desde la clase de geometría, es una condición necesaria para que el educando potencie su pensamiento lógico.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguilera, L. blogspot [Internet]. *Los beneficios del Tangram. Psico Ayuda Infantil.* España: 2015. [Consultado en enero 19, 2017]. Recuperado de: http://www.Psico Ayuda Infantil.com/ blogspot/.

Barcia Martínez, R.: *Geometría para maestros primarios.* Primera Parte. La Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación; 2011. p. 1.

Caballero Delgado, E.: *Didáctica de la escuela primaria. Selección de lecturas*. La Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación; 2002. p. 149.

Cruz Ruiz, E. M.: *Selección de temas de Nociones Elementales de Matemática.* La Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación; 2012. p. 5.

Cuadrado Morales, J. F. El Tangram: *un recurso educativo para trabajar la geometría en la Educación Primaria.* México: 2010. [Consultado en enero 19, 2017]. Recuperado de: http://www.csifrevistad@gmail.com/

Giner, M. El Tangram, *un juego y una potente herramienta de estimulación. Psicología y pedagogía.* Inglaterra 2008. [Consultado en enero 19, 2017]. Recuperado de: http:// psicopedagogias.blogspot.com/ blogspot/.

Uría Peña, M. A; Gallego Alfonso, E; Augier Proenza, J. et al.: *Medios de enseñanza: infinidad de iniciativas.* La Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación; 1989. p. V.

Torres Bello, M. V. blogspot [Internet]. *Actividades con el Tangram. El Tangram Chino. Formas y figuras.* México: 2008. [Consultado en enero 19, 2017]. Recuperado de: http://www.rinconmaestro.es/

ARTIGO 9

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR E O SEU CARÁCTER AFECTIVO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ALUNOS DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO MUNICÍPIO DO HUAMBO

Autores: Agostinho Cristóvão Diogo | cristovaodiogo2017@gmail.com | Licenciado em Ensino da Matemática, Mestre em Ciências de Educação pelo ISCED-Huambo, Doutorando em Matemática Aplicada e Modelação pela Universidade Aberta de Portugal. Pós-graduado em Estatística aplicada às Ciências da Saúde pela Faculdade de ciências da Universidade Agostinho Neto-Luanda –Angola | ORCID iD: 0000-0003-2544-4604

Luís Cuvinge Morça | luiscuvingemorca1234@gmail.com | Estudante de graduação do curso de Licenciatura em Ensino Primário do Instituto Superior Politécnico da Caála

RESUMO

O presente artigo tem como objectivo discutir sobre a atenção do Professor nos alunos do Ensino Primário, em sala de aula. Verifica-se falta de responsabilidade por parte dos professores por preocupações pessoais durante percurso da aula, comprometendo desse modo o progresso na aprendizagem dos alunos. Quanto ao tipo de pesquisa é de natureza descritiva, com uma abordagem quali-quantitativa, a população correspondeu 152 elementos, e foi seleccionada uma amostra aleatória de 43 alunos e 9 professores. Para recolha de dados aplicou-se inquérito por questionário, os resultados obtidos indicam que a falta de comprometimento sério dos Professores, colocam os alunos no estado passivo pelo que, propusemos as seguintes sugestões: a) que a prioridade principal do professor seja o aluno participativo na construção de sua aprendizagem, b) Levar a sério o carácter da aula durante o período lectivo, deve ser encarada com inteira responsabilidade pelo Professor para que a sua missão seja termine na sala de aula, c) Ver a sala de aula como um meio de influência directa na sociedade para mitigar os problemas que a cercam, d) Que as novas formas e metodologias de ensino ponham o professor ainda mais activo, agindo com humanismo e ajudando os alunos atingir níveis de aprendizagem significativos, e) que o professor saiba que a sua responsabilidade salva e cria sonhos no aluno.

Palavras-chave: Responsabilidade, Afectividade, Processo de Ensino-Aprendizagem

ABSTRACT

This article aims to discuss the teacher's attention to primary school students in the classroom. There is a lack of responsibility on the part of teachers for personal concerns during the class, thus compromising the progress in student learning. The type of research is descriptive in nature, with a qualitative-quantitative approach, the population corresponded to 152 elements, and a random sample of 43 students and 9 teachers was selected. To collect data, a questionnaire survey was applied. The results obtained indicate that the lack of serious commitment from teachers leaves students in a passive state, so we proposed the following suggestions: a) that the teacher's main priority is the

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

student's participation in the construction of their learning; b) that the character of the class during the school period should be taken seriously; it should be viewed with full responsibility by the teacher so that his/her mission ends in the classroom; c) that the classroom should be seen as a means of direct influence on society to mitigate the problems that surround it; d) that new forms and teaching methodologies make the teacher even more active, acting with humanism and helping students achieve significant levels of learning; e) that the teacher knows that his/her responsibility saves and creates dreams in the student.

Keywords: Responsibility, Affection, Teaching-Learning Process

INTRODUÇÃO

Desde os tempos antigos, o ofício de educar tem sido entregue a pessoas qualificadas que desempenhavam essa actividade específica de maneira informal. A família e locais específicos era aonde se aprendia os rudimentos básicos e profundos da educação com a finalidade de construir o homem e prepara-lo para ser uma pessoa moralmente aceite em sociedade, construindo o seu carácter para que saiba como viver e desempenhar determinadas actividades na sociedade em que se encontra inserido.

De acordo com Monroe e Nacional (1983, p.1) citado por Piletti e Claudino (1988, p. 43), A educação existe mesmo onde não há escolas. Nas sociedades chamadas primitivas e de povos considerados 'bárbaros', por exemplo, não existem escolas nem métodos de educação conscientemente reconhecidos como tais. No entanto, existe educação, cujo objectivo é promover 'o ajustamento da criança ao seu ambiente físico e social por meio da aquisição da experiência de gerações passadas'.

À luz do pensamento dos autores posto acima, entende-se que nas comunidades mais antigas a educação era feitas em localidade com ou sem estrutura própria e o que se aprendia era para que o pensamento e ideologia que era transmitida de geração em geração se mantivesse viva para a saúde da comunidade.

Situação problemática: observa-se que, em algumas Escolas do Huambo, os alunos demonstram dificuldades de aprendizagem, desinteresse pelas aulas e baixo rendimento escolar. Essa situação pode estar relacionada à falta de um vínculo afetivo entre professores e alunos, além de uma prática pedagógica que não considera as necessidades individuais e emocionais dos estudantes.

Problema de pesquisa: qual a influência do carácter afetivo do professor na responsabilidade docente e no processo de ensino e aprendizagem de alunos do ensino Primário em Escolas do Município do Huambo?

Objectivo de pesquisa: Analisar a relação entre a responsabilidade do professor e o seu caráter afetivo no processo de ensino e aprendizagem de alunos do Ensino Primário em Escolas do Município do Huambo, buscando identificar as práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

JUSTIFICATIVA

A relação professor-aluno é fundamental para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Um ambiente escolar acolhedor, marcado pela empatia e pelo respeito mútuo, contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos. Além disso, a pesquisa sobre o tema contribui para a melhoria da qualidade do ensino no município do Huambo, oferecendo subsídios para a formação de professores e a implementação de políticas públicas educacionais mais eficazes.

FUNDAMENTAÇÃO SOBRE A RESPONSABILIDADE E CARÁCTER AFECTIVA DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA

As perguntas que giram em torno da nossa abordagem são: porque que um professor, dotado de normas, métodos e técnicas e um espírito amplo, tendo domínio sobre o que garante o Processo de Ensino e Aprendizagem (PEA), pode chegar a actuar como actuam no acto de ensinar? A resposta é que existem problemas externos como a não execução no seu verdadeiro sentido de quem regula esse processo, problema curricular, situação geográfica da escola, problema institucional, pouca intervenção da direcção da escola frente ao não cumprimento das exigências que se esperaria do professor frente aos alunos, pouca sanção por incompetência profissional, entre os vários.

Por outro lado, a questão da insatisfação salarial, crise, situações pessoas e sociais, contribuem para que o professor marginalize seu perfil como docente orientador, perdendo assim a seriedade de leccionar com o espírito e alma e coragem. Não pretendemos desvalorizar a importância do conhecimento do conteúdo que o professor é levado a leccionar na sala de aula, pelo contrário, é fundamental que o professor conheça, sonhe, pense e se familiarize com o que vai ensinar no decorrer da sala de aula e que seja o que desesperadamente deseja realizar no tempo lectivo. Contudo, o professor possui características inalienáveis que invariavelmente o leva a não negligenciar a sua missão como Docente.

> *"O prazer pelo aprender não é uma actividade que surge espontaneamente nos alunos, para que isto aconteça é necessário que o professor desperte a curiosidade dos mesmos, acompanhando suas acções no desenrolar das actividades em sala de aula".* Sarnoski (2014, p.6)

Não devemos descartar a socialização que o professor deve ter com seus colegas de serviço, mas consideramos deplorável e revogamos directamente a interrupção da aula e do PEA quando ela acontece devido a essa socialização.

> *"Ao facilitar que o aluno aprenda sozinho, não quer dizer que o professor deve agir como aquém é obrigado a deixar tudo acontecer sem alguma orientação".* Faria (2024,p. 8)

Para o autor, o professor é o ser orientador da actividade electiva que os alunos vão desenvolver durante o exercício na sala de aula. Isso nos remete a ideia de que dar aula não é apenas ter um escrito no quadro e depois dizer aos alunos

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

a famosa frase: "passem nos vossos cadernos", Santos (2009, p. 9), esse não é a síntese de uma aula. O Ensino Primário é um nível escolar que exige ao profissional de ensino uma grande atenção e participação directa do Docente na vida de seus alunos, empregando todos esforço físico, emocional e afectivo, para gerar a espontaneidade criativa, e empatia nos alunos no âmbito do saber ser, saber fazer e saber estar.

O foco da aula não é apenas o cumprimento dos objectivos ora programado pelo Professor. O objectivar o transmitir o conhecimento não é o suficiente e nem ajuda o PEA. A escrita no quadro não é o requisito suficiente para se julgar haver aquisição do conhecimento aos alunos.

O professor orienta os alunos e os alunos se orientam a serem orientados pelo professor. A escrita tem o seu espírito que só o professor pode despertar para o aluno nela se envolver. Fazendo alusão ao texto Bíblico que diz: ensina a criança no Caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho não se desvia dele, Provérbio (22.6), nos traz a ideia de caminhar junto; É a ideia do primeiro dia de aula quando o pai leva o seu filho na escola segurando-o pela mão caminhando juntos até na escola. Do mesmo modo, não devemos desassociar a escrita no quadro com a presença do professor na sala de aula.

Afectividadade dos professores no processo de ensino-aprendizagem

No campo da psicologia, a afectividade é a capacidade de reacção por algum sujeito, diante de estímulos, sejam eles internos ou externos. Suas principais manifestações são os sentimentos e as emoções.

> ..."*numa relação professor-aluno em sala de aula, a afectividade não poderá ser eficaz se não houver de fato a competência da tarefa didáctica, se efectivação a qualidade de ensino será prejudicada*". (Teixeira et al, 2005.p. 14)

Numa linguagem mais coloquial a afectividade se refere às demonstrações de amor, de carinho, que um ser apresenta a quem ama, a quem faz parte do seu ambiente. Decerto que, o professor vai exprimir isto quando observa e orienta as tarefas nos alunos na sala de aula diante de um assunto que está a ser tratado.

Segundo Calderhead (1987, p. 2) citado por Borges (s.d), descreve de forma bastante completa a sua visão, procurando salientar como os professores são constantemente chamados a lidar com uma diversidade de situações complexas: As salas de aula são cheias de actividade. A qualquer momento, os professores podem ser confrontados com uma série de incidentes para gerir e manter a turma a trabalhar sossegada, por exemplo, enquanto se lida com uma dificuldade específica de uma dada criança e se colocam em espera as solicitações de outras crianças que também querem atenção.

O mesmo autor sugere que; acontecimentos inesperados, distracções, e interrupções ameaçam perturbar o normal curso dos acontecimentos. As aulas nem sempre correm como era esperado, e o comportamento dos alunos é, muitas vezes, imprevisível. Para além disso, os professores, na maior parte do dia, estão "em exposição" (on show). A forma como os alunos avaliam a sua capacidade para lidar com as situações da aula pode influenciar a imagem que deles criam e

como lhes respondem no futuro. E como resultado das interacções na sala de aula, particularmente aquelas que ocorrem cedo no ano escolar enquanto os professores e alunos se testam uns aos outros, cada turma desenvolve as suas próprias normas, o seu próprio ethos, as suas próprias rotinas de trabalho, um historial que modela a resposta às actividades no presente.

Planos de aula

Os Planos de Aula são os documentos a que o professor dispensa mais tempo e atenção sendo estes os que mais podem contribuir para o sucesso no Processo de Ensino e Aprendizagem. Para a elaboração destes documentos, deve-se ter um conhecimento bastante profundo das características dos alunos, saber que tarefas e exercícios a aplicar para ir de encontro às dificuldades de cada um dos alunos.

Segundo Libâneo (1994), citado por da Fonseca e Sousa (2016), O plano de ensino é um guia organizado em unidades didácticas para um período de tempo e utilizado para o Registro de decisões: o que se pensa fazer? Como se vai fazer? Quando? Com o quê? Com quem se vai fazer?

Nas ideia de Libâneo (1994) citado por Da Fonseca (2016) percebe-se que após a percepção dos níveis dos alunos, com as avaliações diagnósticas e com auxílio das unidades didácticas, a sua elaboração ficaria mais facilitada, pois permite uma planificação e organização mais adequada à turma. No acto da elaboração do plano de aula, o professor emprega todo seu esforço e inteligência, sentimentos e até sua alma, pensando na assimilação dos alunos através do conteúdo que é levado a elaborar para ensinar.

Diante disso, planejar a aula é muito mais do que o mero preenchimento de formulários de planos de ensino, seguir aspectos burocráticos para atender às demandas dos coordenadores e directores. Planejar significa levar em conta a vida na sala de aula e preparar situações que permitam que a vida se faça no ambiente escolar, facilitando assim o aprender dos alunos e a retomada de estratégias e metodologias com vistas ao progresso das relações travadas no ambiente escolar, tanto as cognitivas, quanto as emocionais que, muitas vezes, são deixadas de lado, relegadas ao esquecimento por não estarem ligadas aos aspectos quantitativos valorizados pela escola.

A aula

> *(...) Compreendida como o encontro de pessoas em um momento de formação ela ocorre em espaços e em contextos diversos: em salas de escolas e de universidades, em actividades físicas ou recreativas, em cursos de treinamentos empresariais, na forma de espaços virtuais de aprendizagem, em laboratórios, em oficinas profissionais ou mesmo em igrejas, se considerado o estudo das escrituras por parte de diferentes religiões em círculos de estudo e "escolas dominicais".* Cardoso (2020, p. 5)

Contudo, a aula é um pacote completo onde contem toda inspiração do professor e ele é um elemento chave no PEA dos alunos, servindo até de mediador entre o conhecimento e o aluno.

A aula é projectada no âmbito técnico-

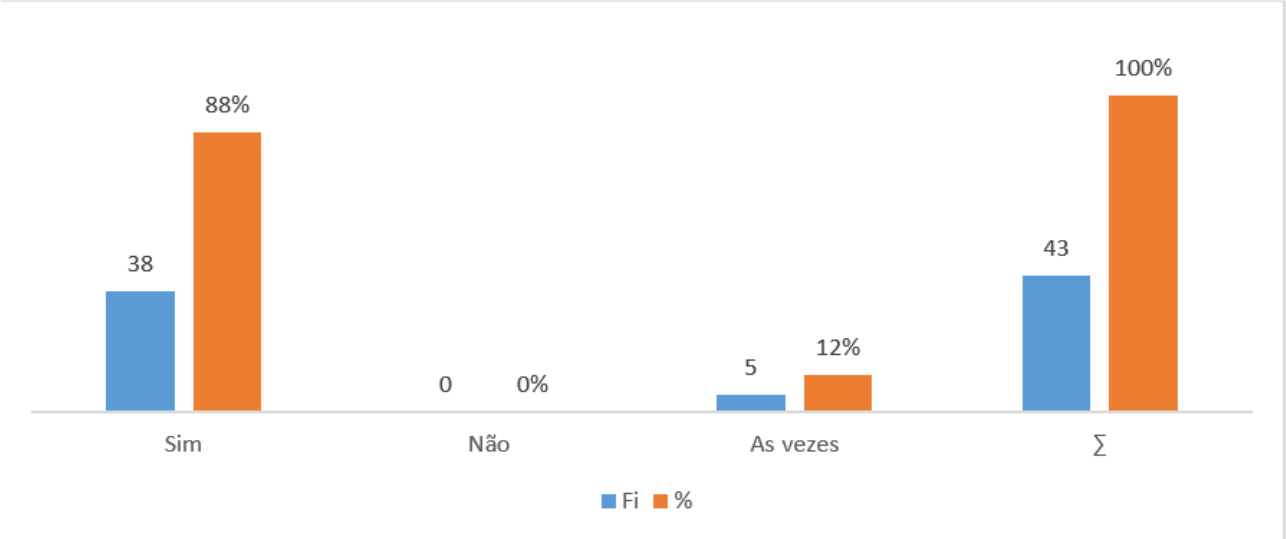
REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

-profissional e no âmbito social-afectivo, a onde o professor emprega com toda a diligência os elementos que facilitarão o aluno a assimilar no ponto de vista teórico o que o catapulta para a vida prática. Portanto, aula, muito além dos processos burocráticos que tentam traduzi-la nos planos de ensino, constitui-se em acções organizadas, práticas, que conduzem o aluno ao aprender contínuo em um processo reflexivo de constante reconstrução de conhecimentos prévios, de mudança de atitudes frente ao saber organizado que a escola lhe propicia.

RESULADOS

De acordo com os questionários aplicados aos professores e alunos das Escolas em estudo, apresentamos a seguir os pricipais resultados da pesquisa:

Grafico 1: pergunta 1 do questionário dirigido aos alunos



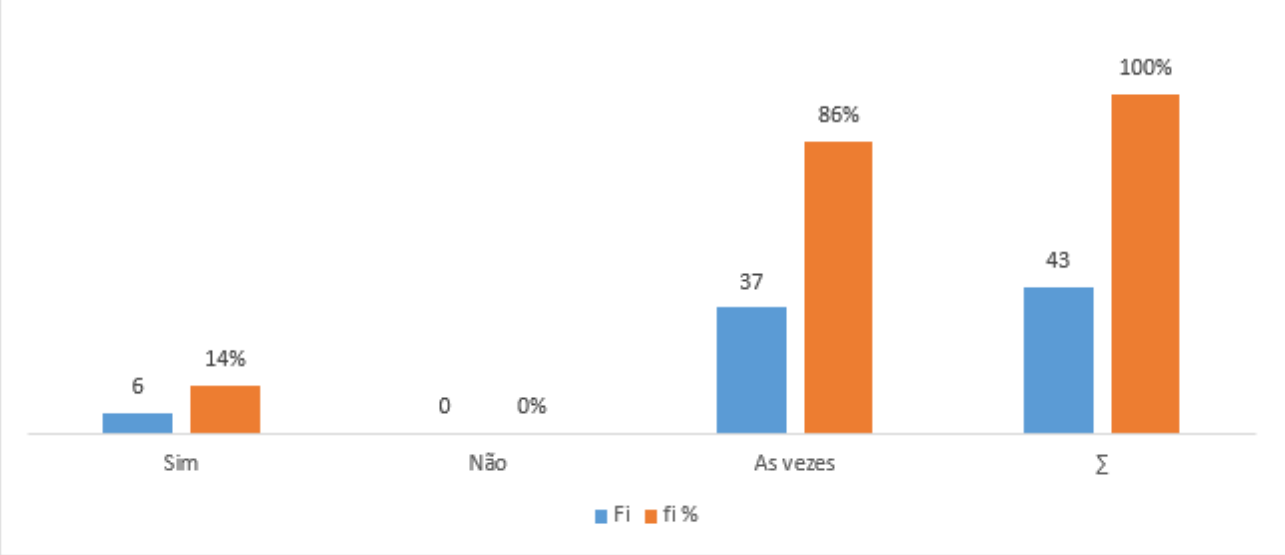
Fonte: autores (2024)

O gráfico acima é referente ao resultado da primeira questão que tratava, se os professores têm estado fora da sala de aula conversando com outros professores; Cerca de 38 alunos o que corresponde 88 % responderam Sim, o professor tem estado fora da sala de aula conversando com outros colegas professores, e 5 alunos responderam que Às vezes os professores têm a postura de dar mais atenção fora do contexto educativo.

Em conformidade com os dados referido acima, o grau de comprometimento dos professores para com a sua profissão, compromete o processo educativo dos alunos.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Grafico 2: pergunta 2 do questionário dirigido aos alunos



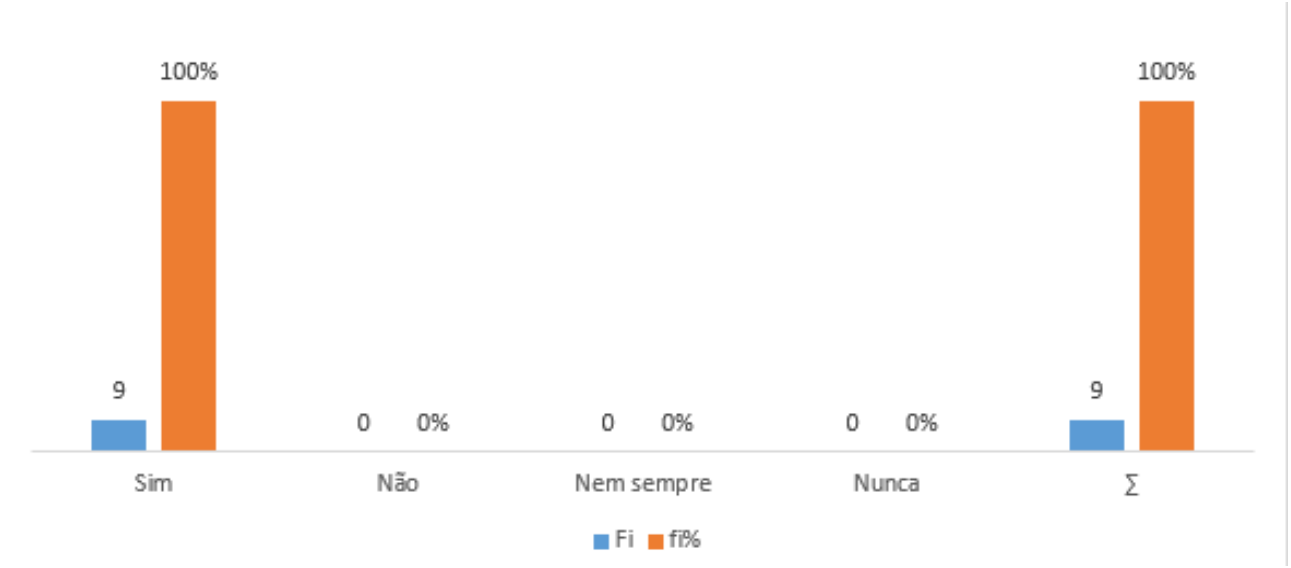
Fonte: autores (2024)

O gráfico acima é referente a segunda pergunta que diz: No decorrer das aulas, os professores têm manejado os seus telemóveis ao invés de prestarem atenção em vocês? Dos 43 alunos, 6 responderam que Sim, que os professores têm estados com os telemóveis ao invés de prestarem atenção aos alunos e 37 dos alunos responderam que As vezes essa prática tem ocorrido com frequência, correspondendo 86% da amostra.

Frente aos resultados acima referido, os professores precisam de dar maior atenção ao processo ao invés de colocar situações externas que não ajudam o processo de ensino e aprendizagem, o plano de aula é um documento em todas actividades estão tipificadas em tempo recor. Segundo Libâneo (1994), citado por da Fonseca e Sousa (2016), O plano de ensino é um guia organizado em unidades didácticas para um período de tempo e utilizado para o Registro de decisões: o que se pensa fazer? Como se vai fazer? Quando? Com o quê? Com quem se vai fazer?

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Grafico 3: pergunta 3 do questionário dirigido aos professores



Fonte: autores (2024)

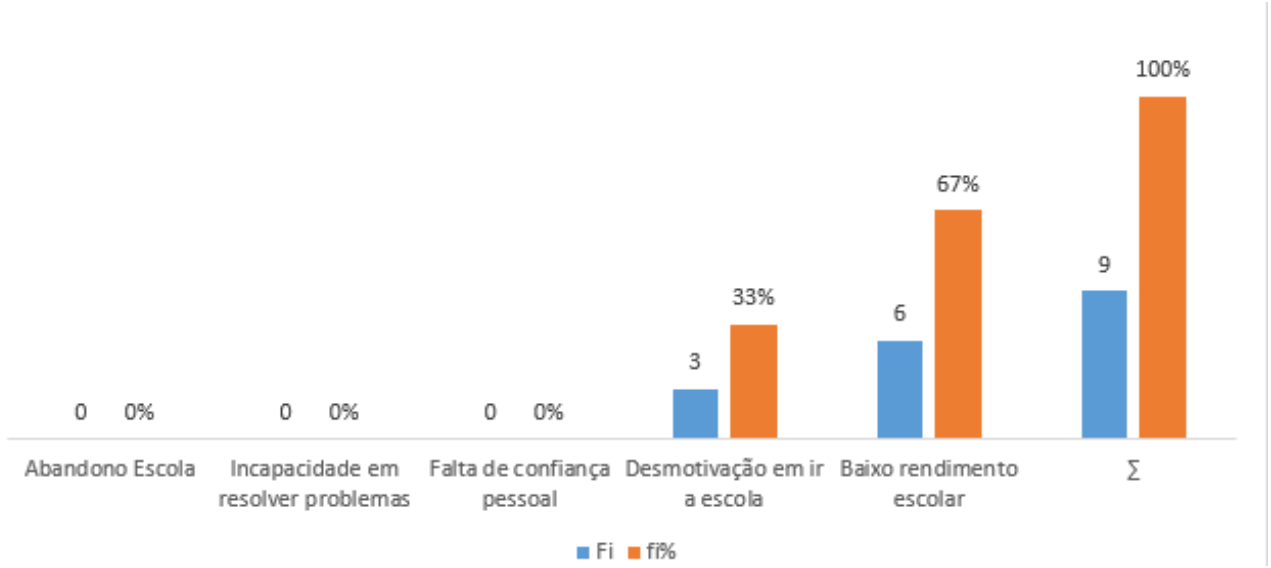
De acordo com os resultados acima questionava, se o os professores têm visto seus colegas professores a conversarem nos corredores da escola ou usando o telemovel quando deveriam estar na sala de aula? Dos 9 professores inqueridos, todos responderam Sim, que têm se deparado com essas situação no local de trabalho nas horas lectivas, o que corresponde cem porcento da amostra.

Relativamente ao envolvimento do professor no process, ele representa uma figura muito importante na mudança de comportamento dos alunos. Os professores são aliados directos no processo de ensino-aprendizagem e têm um impacto directo nos alunos. Os professores desempenham um papel sine qua non para evitar que os alunos tenham grandes dificuldades no seu aprendizado, para proporcionar actividades encorajadoras e envolventes onde trabalham a auto-estima dos alunos, melhorar as suas competências e estimular a sua curiosidade.

Segundo Mendes (2024), os professores devem colaborar com a direcção da escola na promoção de actividades de sensibilização para alertar os pais, a comunidade e os líderes religiosos, organizando séries de palestras para os sensibilizar para a gravidade da situação. Todos estes esforços combinados podem ir muito longe na abordagem do problema do abandono escolar.

O mesmo autor também acredita que os professores devem prestar atenção a certos sinais enviados por estudantes no processo de aprendizagem, tais como menor frequência, falta de interesse nas actividades escolares.

Grafico 4: pergunta 4 do questionário dirigido aos professores



Fonte: autores (2024)

Dos 9 professores inqueridos sobre a pergunta, quais são os riscos futuros que os alunos poderão enfrentar por causa da atitude desses professores? 3 professores assinalaram a desmotivação escolar e os 6 assinalaram o baixo rendimento, esse último indica o maior número percentual da amostra. Com tudo, há necessidade de reformar os hábitos de certos profissionais em causa, e o envolvimento das famílias.

As escolas têm contado com a contribuição acadêmica da família de duas maneiras: (a) construindo o currículo (e o sucesso escolar) implicitamente com base no capital cultural similar herdado pelos alunos, isto é, com base no habitus ou sistema de disposições cognitivas adquiridas na socialização primária ou educação doméstica, o que supõe afinidade cultural entre escola e família (1977, PASSERON apud CARVALHO, 2005, p. 05)

As famílias devem manter sempre um bom diálogo, demonstrar companheirismo e interesse pelos mesmos objetivos, que visam garantir uma melhor aprendizagem ao aluno, seja ela na sua formação pessoal e social, comprometendo alcançar o sucesso na aprendizagem e na formação do indivíduo.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objectivo analisar a relação entre a responsabilidade do professor e seu caráter afetivo no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do ensino Primário nas Escolas do Município do Huambo. A pesquisa buscou compreender como a afetividade na relação professor-aluno influencia e no desempenho académico dos alunos. A pesquisa foi realizada nas Escolas públicas do Município do Huambo, com a participação de professores e alunos do ensino primário. Foram aplicados questionários e observações de aulas para coletar os dados. A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa e quantitativa.

Os resultados da pesquisa evidenciaram a importância do caráter afetivo do professor no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos que perceberam um maior envolvimento emocional por parte dos professores demonstraram maior motivação, interesse pelas aulas e melhores resultados acadêmicos.

Além disso, a pesquisa identificou que práticas pedagógicas que valorizam a individualidade dos alunos, como a criação de um ambiente acolhedor, a utilização de diferentes recursos didácticos e a promoção da participação ativa dos alunos, contribuem para o desenvolvimento de um vínculo afetivo mais forte entre professores e alunos.

A pesquisa também revelou desafios enfrentados pelos professores, como a falta de tempo, recursos e formação adequada para desenvolver um trabalho mais personalizado com os alunos.A responsabilidade do professor vai além da transmissão de conteúdos. O carácter afetivo desempenha um papel fundamental na construção de um ambiente de aprendizagem significativo e na formação integral dos alunos. É fundamental que os professores estejam preparados para estabelecer relações interpessoais positivas com seus alunos e que as escolas ofereçam condições de trabalho adequadas para que possam desenvolver suas actividades de forma satisfatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amanda Patrícia de Araújo, D. B. (Agosto de 2020). A afetividade nas Relações de Ensino-Aprendizagem entre professor e aluno. *revista vox metropolitana*, pp. 11-12.

Bíblia Sagrada, Revista e Corrigida. (2021). (2ª Edição).

Borges, M. P. (sd). Profissão: Professor. p. 22.
C L Bastos, V. K. (1995). Aprender para aprender.

Cardoso, F. A. (2020). O que é uma aula? analises sociológicas sobre a contrução de uma actividade do trabalho docente. p.5.

Carlos Piletti, C. P. (1988). *Filosofiae História da Educação* (7ª Edição ed.). São Paulo, Brasil.

CARVALHO, M. E. (2017). *Relações entre família e escola e suas implicações de gênero*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo.

Faria, E. d. (2024). meios de aprendizagem: Uma reflexição sobre os meios didácticos. *Samayonga*, p. 8.

Gideon, B. d. (Julho-outubro de 2009). OS PROFESSORES E SEUS MECANISMOS DE FUGA E ENFRENTAMENTO. *vol 7*, pp. 285-304.

Gil, R. L. (2008). Tipo de Ppesquisa.

Isana Silva Teixeira, J. E. (Novembro de 2005). O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO ENSINO -. p. 10.

João José Saraiva da Fonseca, S. d. (2016). *Didáctica Geral*. (1ª Edição), p. 24.
João José Saraiva da Fonseca, S. d. (2016). *Didatica Geral* (1ª Edição ed.). Sobral.

Libâneo, J. C. (2006). *Didática*. (D. A. Morales, Ed.) São Paulo, Brasil: cortez Editora. Acesso em Outubro de 2006

MENDES, M. S. (3 de Setembro de 2024). *QUALIDADE DE ENSINO NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E (IM)POSSIBILIDADES*. Fonte: bvsalud.org: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v1n2/v1n2a06.pdf>

Paul Monroe, N. (1983). História Da Educação. (6ª Edição), p.1.

Sarnoski, E. A. (Julho-Desembro de 2014). AFETIVIDADE NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM. *Revista da Educação IDEAU*, 9, P. 6.
Tamires Cândida José dos Santos, V. P. (2019). A POSTURA DO DOCENTE NA ATUALIDADE: RESPONSABILIDADE NO. p. 14.

ARTIGO 10

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CRIAÇÃO DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA PROJETOS TECNOLÓGICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Autor: Diego Kenji de Almeida Marihama | diegomarihama@yahoo.com.br | Doutor em educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil | ORCID iD: 0000-0001-8013-7936

RESUMO

Essa pesquisa traz um relato de experiência de um projeto desenvolvido para uma rede municipal de educação, com a criação de 1.044 sequências didáticas para alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. o presente estudo surge da necessidade de se apresentar os bastidores de um projeto, onde se buscou a integração de tecnologias ao currículo do Ensino Fundamental como uma resposta às demandas por competências digitais, pensamento crítico e inovação. A rede municipal de educação que possibilitou o projeto, reconheceu a importância de democratizar o acesso a recursos tecnológicos, viabilizando a construção de atividades abordassem temas, como: programação, robótica, cultura digital, inteligência artificial, entre outros. Além disso, as experiências práticas evidenciaram que a aplicação de metodologias ativas, aliada à mediação pedagógica e ao protagonismo dos alunos, contribuiu significativamente na aprendizagem. Assim, objetiva-se com essa pesquisa: experienciar a organização da logística de um projeto de caráter tecnológico, desde a construção dos materiais didáticos aos desafios da formação docente. A metodologia aplicada foi qualitativa, com enfoque descritivo e crítico-reflexivo, baseada nas vivências formais e informais do pesquisador. Os resultados destacam a eficácia das orientações realizadas pela equipe pedagógica, visitas in loco, videoconferências e outros tipos de formação. Conclui-se a flexibilidade das sequências didáticas, a intencionalidade da equipe, o planejamento e as orientações assertivas da equipe pedagógica garantiram aplicabilidade e a relevância dos conteúdos.

Palavras-chave: Sequências Didáticas; Tecnologias Educacionais; Orientação; Letramento Digital; Inovação Pedagógica

ABSTRACT

This research presents an experience report of a project developed for a municipal education network, with the creation of 1,044 didactic sequences for students from the 1st to the 9th grade of Elementary School. This study arises from the need to present the behind-the-scenes of a project, which sought to integrate technologies into the Elementary School curriculum as a response to the demands for digital skills, critical thinking and innovation. The municipal education network that made the project possible recognized the importance of democratizing access to technological resources, enabling the construction of activities that addressed topics such as programming, robotics, digital culture, artificial intelligence, among others. In addition, practical experiences showed that the application of active methodologies, combined with pedagogical mediation

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

and student protagonism, contributed significantly to learning. Thus, the objective of this research is to experience the organization of the logistics of a technological project, from the construction of teaching materials to the challenges of teacher training. The methodology applied was qualitative, with a descriptive and critical-reflexive focus, based on the researcher's formal and informal experiences. The results highlight the effectiveness of the guidance provided by the pedagogical team, on-site visits, videoconferences and other types of training. It is concluded that the flexibility of the teaching sequences, the team's intentionality, the planning and assertive guidance of the pedagogical team ensured the applicability and relevance of the content.

Keywords: Sequências Didáticas; Tecnologias Educacionais; Orientação; Letramento Digital; Inovação Pedagógica

INTRODUÇÃO

Este relato apresenta a construção de um projeto para a educação básica da rede pública de ensino, no qual foram criadas 1.044 sequências didáticas para os alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. As temáticas abordadas foram: letramento digital, Google for Education, produção audiovisual, cultura midiática, animação, produção literária, games, IoT, Arduino, autômatos, protótipos, jogos educativos, experimentos de química e física, tecnologia e ecologia, saúde e bem-estar, bricolagem e artesanias, automação, inteligência artificial, circuitos elétricos, elementos da mecânica, informática, uso consciente da internet, funcionamento de dispositivos, linguagens da web, análise crítica do discurso, desenvolvimento de soluções e protótipos, modelagem 2D e 3D.

Para esse projeto de caráter tecnológico, foi contratada uma equipe pedagógica composta por 01 diretor pedagógico, 03 professores conteudistas, 01 designer instrucional e 03 estagiários. Eles escreviam as sequências didáticas com o auxílio de inteligência artificial, realizavam correções, inseriam estratégias e submetiam para validação do diretor pedagógico. Além disso, formatavam os conteúdos, inseriam links de vídeos e imagens por meio de QR codes e adicionavam orientações no Google Classroom para os professores. As orientações e visitas in loco foram fundamentais para o sucesso dos projetos, assim como as formações que ajustavam as sequências didáticas, garantindo flexibilidade para atender aos diferentes contextos escolares, turmas, alunos, dificuldades e potencialidades.

Assim, o presente estudo surge da necessidade de apresentar os bastidores de um projeto, onde se buscou a integração de tecnologias ao currículo do Ensino Fundamental, dentro de rede municipal de educação que possibilitou o projeto, reconheceu a importância de democratizar o acesso a recursos tecnológicos, viabilizando a construção de atividades abordassem temas, como: programação, robótica, cultura digital, inteligência artificial, entre outros. Além disso, as experiências práticas evidenciaram que a aplicação de metodologias ativas, aliada à mediação pedagógica e ao protagonismo dos alunos, contribuiu significativamente na aprendizagem.

Este trabalho destaca-se pela sua per-

tinência, tanto para a comunidade científica, ao oferecer subsídios teóricos e metodológicos sobre a implementação e construção de materiais didáticos quanto no uso de metodologias ativas mediadas por tecnologias. Para tanto, objetivou-se: experienciar a organização da logística de um projeto de caráter tecnológico, desde a construção dos materiais didáticos aos desafios da formação docente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A integração de tecnologias ao currículo tem se mostrado essencial para atender as necessidades do processo de ensino e aprendizagem. Conforme Moran (2015), a inserção de tecnologias educacionais potencializa a aprendizagem ativa, promovendo um protagonismo dos alunos que vai além da simples transmissão de conteúdos. Nesse sentido, o projeto que desenvolveu um numero significativo de experiencias de aprendizagem, em uma rede municipal de educação, conforme relatado pelo pesquisador, buscou democratizar o acesso a recursos tecnológicos, abordando temas como programação, robótica, cultura digital e inteligência artificial. Essa iniciativa alinha-se à perspectiva de Kenski (2012), que defende a mediação pedagógica como elemento chave para transformar tecnologias em ferramentas efetivas de aprendizagem.

Nesta perspectiva, a aplicação de metodologias ativas, como defendido por Bacich & Moran (2018), foi um diferencial do projeto. A utilização de metodologias como a sala de aula invertida, projetos mão na massa e aprendizagem baseada em problemas (PBL) permitiu um aprendizado mais contextualizado e significativo. Essas abordagens, segundo Freire (1996), promovem uma educação libertadora, na qual os alunos são incentivados a ser autores de seu próprio conhecimento. A construção prática de protótipos e a utilização de ferramentas como Scratch e Arduino exemplificam essa teoria, permitindo aos alunos aplicar conceitos abstratos de forma concreta.

A flexibilização das sequências didáticas também evidencia um avanço em relação à personalização do ensino, conforme apontado por Coll & Monereo (2010). A possibilidade de adaptar conteúdos às diferentes realidades escolares e aos perfis dos alunos reflete uma compreensão ampla das necessidades educacionais. A prática de videoconferências e tutoriais oferecidos aos docentes reforça a importância da formação continuada para a eficácia das práticas pedagógicas, conforme destaca Nóvoa (2009), que vê na formação docente um pilar para a inovação educacional.

Apesar dos avanços, persistem desafios significativos. A literatura aponta a necessidade permanente de formação aos professores para lidar com tecnologias, conforme destaca Almeida (2013). A necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica também é um aspecto crucial para a sustentabilidade de projetos dessa natureza. A experiência relatada sugere que o sucesso na implementação de tecnologias depende, em grande parte, da relação entre formação docente, suporte técnico e um planejamento pedagógico estruturado, conforme argumenta Perrenoud (2000).

Esse projeto, portanto, contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para os desafios da era di-

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

gital, alinhando-se às teorias educacionais que consideram a integração equilibrada entre teoria e prática.

METODOLOGIA

A metodologia exerce um papel central ao definir o percurso a ser seguido em uma investigação, indicando os aspectos fundamentais a serem considerados. Menezes et al. (2019) ressaltam a importância de redigir a metodologia com atenção, pois é por meio dela que se estabelecem os procedimentos e abordagens a serem adotados durante a pesquisa. Nessa mesma linha, Novo (2020) afirma que a metodologia amplia possibilidades, permitindo ao pesquisador escolher o caminho mais adequado. Assim, conforme Menezes et al. (2019), a metodologia contribui para tornar o trabalho mais prático e científico, além de estimular o pensamento crítico. Para Novo (2020), o conhecimento é a base para delinear as ações necessárias, e uma estruturação metodológica apropriada permite ao pesquisador traçar um percurso claro para atingir seus objetivos.

Nesse contexto, a pesquisa qualitativa foi escolhida por se mostrar a mais adequada para esta investigação. Moreira (2011) destaca que, no campo educacional, essa abordagem tem como foco principal compreender os fenômenos sociais por meio da participação direta na vida dos sujeitos estudados. De forma complementar, Bogdan & Biklen (1994) defendem que a pesquisa qualitativa se fundamenta na compreensão das experiências pessoais, da diversidade e da subjetividade humana, permitindo a construção de múltiplas realidades a serem interpretadas.

A comunidade analisada, composta por uma equipe pedagógica (composta por 01 diretor pedagógico, 03 professores conteudistas, 01 designer instrucional e 03 estagiários), não foi objeto de entrevistas formais ou coleta direta de percepções. Em vez disso, a investigação se baseou nas experiências formais e informais do pesquisador durante o processo de desenvolvimento de 1.044 sequências didáticas, roteiros, tutoriais, orientações e na logística de uma operação que envolveu mais de 5.000 alunos, 24 docentes e 03 coordenadores pedagógicos diretamente ligados ao projeto. Nesse sentido, a pesquisa assume um caráter descritivo e crítico-reflexivo, buscando revelar o processo de construção das aulas, seus desafios e diretrizes para o sucesso do projeto.

Assim, seguiu-se as orientações de Fortunato (2018), em que propõe o relato de experiência como percurso metodológico composto por nove elementos: os antecedentes, que abrangem as condições que propiciaram o desenvolvimento da experiência; o local, que descreve o cenário das ações; o motivo, que explica a relevância do relato; os agentes, que detalham as pessoas envolvidas; e os envolvidos, que identificam os participantes do processo. Além disso, a fundamentação epistemológica aborda os princípios educacionais que sustentam o planejamento, enquanto o planejamento propriamente dito descreve os objetivos, datas, duração e adaptações necessárias diante das demandas escolares emergentes. A execução trata do desenvolvimento das ações previstas, e a análise sob uma lente teórica busca avaliar a experiência com base em perspectivas específicas, como a qualidade de vida dos professores, o potencial criativo e o aprendizado dos alunos.

É importante ressaltar que esses nove elementos propostos por Fortunato (2018) não configuram uma estrutura rígida, mas sim uma sugestão de organização para o relato de experiência, funcionando como um meio de aprendizagem para o próprio pesquisador. No caso desta pesquisa, o relato de experiência foi utilizado como instrumento metodológico para apresentar as vivências do pesquisador na construção de aulas e na orientação aos envolvidos. Essas ações se deram na construção dos materiais didáticos, por meio de videoconferências, visitas presenciais, tutoriais e intervenções via Google Classroom, constituindo uma abordagem prática e aplicada ao contexto investigado.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Durante o processo, o pesquisador relatou os caminhos em que a equipe pedagógica criou os conteúdos iniciais que não estavam previstos, mas que se mostraram necessários para a introdução dos conteúdos. Com a autorização da Secretaria Municipal, foram criadas 36 aulas de letramento digital e 36 aulas sobre Google for Education, sendo 04 aulas para cada temática do 1º ao 9º ano. No início, foi preciso reestruturar o currículo com a ajuda de um designer instrucional. O diretor pedagógico criou um Google Drive compartilhado e percebeu que as orientações às equipes tiveram mais impacto do que as próprias sequências didáticas. Assim, seguiu-se para as temáticas:

Educomunicação

É uma proposta integrada em mídias digitais e produção de conteúdo, promovendo habilidades críticas e expressivas entre os alunos. As sequências didáticas envolveram produção audiovisual, cultura midiática, animação e produção literária digital, explorando tanto aspectos técnicos quanto a compreensão do papel da mídia na sociedade. A ênfase na leitura crítica de discursos midiáticos permitiu aos estudantes desenvolverem uma visão analítica sobre as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação. Adicionalmente, a equipe pedagógica, utilizou-se de recursos como videoconferências e Google Classroom para potencializar o processo de ensino e aprendizagem, alinhando práticas pedagógicas aos desafios contemporâneos da educação digital. Essa abordagem incentivou a criatividade e a expressão artística, promovendo uma aprendizagem ativa e contextualizada. Segue os módulos da temática Educomunicação:

Produção Audiovisual: foi realizada uma introdução ao universo da produção audiovisual, destacando sua importância como forma de expressão artística e cultural. Os alunos tiveram a oportunidade de explorar diferentes linguagens audiovisuais, aprimorando habilidades técnicas e criativas;

Cultura Midiática: as atividades abordaram o papel da mídia na sociedade contemporânea, incentivando o desenvolvimento de habilidades de comunicação e pensamento crítico. Os alunos analisaram diferentes formatos midiáticos, compreendendo suas influências e impactos sociais;

Animação: foram introduzidos conceitos básicos de animação, tanto analógica quanto digital, promovendo a criatividade e a expressão artística. Os alunos

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

criaram animações simples, explorando técnicas e softwares básicos;

Produção Literária: foi apresentada a produção literária digital, incentivando a escrita criativa em plataformas digitais e o uso de ferramentas para publicação e compartilhamento de textos.

Assim, foram criadas **144 aulas**, que tiveram uma curadoria de recursos (papelaria, eletrônicos e digitais), estratégias diversificadas, conteúdos/repositório e orientações realizadas no Google Classroom, visitas e videoconferências. Já os conteúdos, foram construídos com diferentes momentos, atividade teóricas e práticas, com: uso de máquinas fotográficas semiprofissionais, animações construídas pelos alunos (aplicativos utilizados: Pixton, Scribble Press, UtellStory, Meograph,VoiceThread, StoryKit, Storyboard, entre outros), ebooks criados no aplicativo Canva e painéis temáticos, mapas mentais, mural de fatos e notícias, que ficaram expostos nas salas de aula e nos corredores.

Programação

Durante a construção, foram desenvolvidas 144 aulas com uma curadoria voltada aos recursos eletrônicos e digitais, além da aplicação de estratégias diversificadas para atender aos projetos mão na massa. Os conteúdos foram disponibilizados em repositórios, acompanhados de orientações e tutoriais que auxiliaram na confecção dos protótipos e no desenvolvimento das aulas. O maior desafio enfrentado pela equipe pedagógica foi apresentar e estruturar as aulas em conjunto com os docentes, demonstrando como utilizar os recursos tecnológicos, os procedimentos para programação e o caminho pedagógico para alcançar as habilidades propostas.

As sequências didáticas foram planejadas de forma ainda mais flexível e dialogada com os professores, buscando explorar ao máximo as potencialidades e a criatividade dos alunos e docentes na elaboração dos protótipos e na aplicação prática dos conhecimentos. Além disso, a equipe pedagógica elaborou tutoriais específicos para os aplicativos Scratch, Games e Arduino, promovendo formações por videoconferências que garantiram aos docentes uma compreensão clara sobre o que e como realizar cada atividade proposta. Segue os módulos da temática:

Scratch: os alunos desenvolveram personagens, programaram movimentos e adicionaram comandos de interação, som e imagem, criando projetos interativos;

Games: foram criados cenários, personagens e programadas interações nos jogos, incluindo obstáculos, power-ups, inimigos, música, som e pontuação, estimulando o raciocínio lógico e a criatividade;

Internet das Coisas (IoT): as aulas abordaram a definição de IoT, com exemplos como casas inteligentes (dentro de uma técnica baseada em projetos), dispositivos vestíveis e assistentes virtuais, além dos desafios de segurança e privacidade;

Arduino/Microbit: introdução à eletrônica básica com Arduino e Microbit, incluindo montagem de circuitos simples e programação de LEDs, botões e jogos interativos. As aulas foram construídas a partir da aprendizagem baseada em projetos e estudos de casos;

Assim, a temática Programação se destacou por introduzir conceitos de lógica computacional, estrutura de dados e linguagens de programação de forma gradual e acessível, respeitando as características de cada ano/série. A utilização de ferramentas como Scratch, Tinkercad e Arduino permitiu aos alunos o trabalho mão na massa, desenvolvendo habilidades de pensamento lógico, resolução de problemas e criatividade.

As sequências didáticas incentivaram a construção de protótipos, jogos e projetos interativos, facilitando a compreensão dos princípios da programação aplicada. A parceria com a equipe tecnológica e o suporte contínuo por meio de tutoriais e videoconferências garantiram uma formação sólida para os docentes, alinhando tecnologia e pedagogia. Essa abordagem preparou os estudantes para os desafios da era digital, promovendo um aprendizado ativo e contextualizado.

Cultura Maker

A terceira temática, denominada *Cultura Maker*, envolveu os alunos em um processo prático e mão na massa, no qual puderam criar, experimentar e desenvolver projetos, aplicando conceitos de programação para solucionar problemas. Muitas vezes, essas atividades foram integradas a robótica, impressão 3D e IoT, ampliando as possibilidades de aprendizagens, com metodologias ativas em aulas invertidas e rotações por estações.

Nesse contexto, foram elaboradas **252 aulas**, organizadas em sete módulos, sendo eles:

Autômatos: estudo sobre a história e a importância dos autômatos, bem como sua programação em jogos digitais;

Protótipos: apresentação da importância dos protótipos no desenvolvimento de produtos, com exemplos de casos de sucesso no empreendedorismo;

Jogos Educativos: conceitos de jogos analógicos e digitais, abordando objetivos, regras e mecânicas, além de conteúdos matemáticos aplicados;

Experimentos de Física e Química: realização de experimentos práticos para compreender conceitos como força, energia, eletricidade e propriedades dos materiais;

Tecnologia e Ecologia: estudo sobre tecnologias sustentáveis e propostas de protótipos focados em sustentabilidade, a partir de uma técnica em aprendizagem baseada em problemas;

Saúde, Bem-Estar e Tecnologia: discussão sobre os impactos da tecnologia na saúde, com orientações para hábitos digitais saudáveis, a partir de uma técnica em aprendizagem baseada em projetos;

Bricolagem e Artesanias: oficinas práticas de bricolagem com tintas, explorando técnicas de pintura e composição artística.

A criação desses sete módulos trouxe para as aulas um toque de arte e criatividade, integrando os princípios da *cultura maker* ao cotidiano dos alunos. Esse processo estimula a experimentação, a aprendizagem ativa e a resolução de problemas, promovendo conexões entre lazer, alimentação e ciência. Os alunos são incentivados a colocar a mão na massa, explorando conceitos por meio de técnicas e estratégias de aprendizagem baseada em equipe, em espiral e

brainstorm com post-its.

Assim, a equipe pedagógica, compôs os materiais trabalhando a bricolagem e a artesanias, a saúde e bem-estar, as questões de sustentabilidade e os jogos educativos, trazendo e relacionando os componentes curriculares, com experimentos e protótipos, a partir dos contextos e características das idades escolares.

Robótica e Modelagem

Nas **144 aulas** desenvolvidas para a temática Robótica e Modelagem, a equipe pedagógica elaborou protótipos e definiu suas etapas de construção tanto na teoria quanto na prática, considerando as características de cada ano/série. Houve uma ênfase especial em adaptar os graus de complexidade conforme a faixa etária, diferenciando claramente os conceitos fundamentais das atividades exploratórias. Para apoiar os docentes, foram realizadas videoconferências com orientações detalhadas sobre o processo de implementação das aulas, com foco especial nos alunos dos anos iniciais. Ficou evidente a importância das orientações baseadas nos materiais didáticos, como uma estratégia essencial para manter a diversidade metodológica e estimular a criatividade em diferentes contextos escolares. Nesse processo, se estimulou a aprendizagem em espiral e outras técnicas em metodologias ativas que estão nos quatro módulos a seguir:

Automação: introdução à automação e robótica, com exemplos práticos de processos automatizados e tipos de robôs;

Inteligência Artificial: estudo dos conceitos e aplicações da IA incluindo ética, tipos de aprendizado e impactos sociais;

Circuitos Elétricos: conceitos básicos de circuitos elétricos, com montagem prática de circuitos em série e paralelo;

Elementos da Mecânica: introdução aos conceitos de força, aceleração e velocidade, com experimentos práticos como construção de carrinhos e catapultas.

A temática se destacou por integrar conceitos de hardware, software e design para o desenvolvimento de protótipos robóticos aplicados a situações reais. As sequências didáticas abordaram desde automação e programação básica de robôs até conceitos avançados como inteligência artificial e circuitos elétricos, adaptando a complexidade conforme as séries. A construção prática de projetos, como carrinhos, catapultas e satélites, estimulou a criatividade, o pensamento crítico e a resolução de problemas. A utilização de videoconferências e tutoriais garantiu suporte aos docentes, facilitando a implementação dos conteúdos. Essa abordagem alinhou teoria e prática, preparando os alunos para os desafios da tecnologia e engenharia no contexto educacional.

Cultura digital

Dentro dessa temática, a equipe pedagógica desenvolveu **180 aulas** abordando desde a origem dos computadores e suas funcionalidades até o uso consciente da internet, utilizando exemplos práticos para conscientizar a comunidade escolar. Foram exploradas também as formas de armazenamento de dados, proporcionando uma visão abrangente sobre a cultura digital. Ao longo desse processo, foram realizadas formações presenciais e videoconferências com os docentes, garantindo um entendimento claro dos conteúdos abordados. Desta-

ca-se que essas orientações detalhadas foram fundamentais para o alinhamento das práticas pedagógicas em sala de aula, assegurando que os materiais propostos fossem aplicados de forma eficiente e compreensível. Segue, os cinco módulos que organizaram a temática:

Informática: conceitos básicos de informática, componentes de um computador, sistemas operacionais e segurança da informação;

Uso Consciente da Internet: atividades voltadas para a compreensão dos riscos online, segurança, cidadania digital e boas práticas nas redes sociais;

Funcionamento de Dispositivos: estudo sobre armazenamento de dados, backup e criação de redes domésticas para compartilhamento seguro de arquivos;

Linguagens da Web: introdução aos conceitos de cultura web, criação de campanhas em redes sociais e fundamentos de marketing digital;

Análise Crítica de Discursos: incentivo à leitura crítica de mídias digitais, identificação de notícias falsas e discussão sobre as influências midiáticas.

A temática reforça o impacto das tecnologias digitais na sociedade e a forma como as pessoas interagem, criam e consumem conteúdo. Ela retrata da transformação das relações humanas, da aprendizagem e da produção cultural mediada por dispositivos eletrônicos, a partir de uma análise crítica de discursos e linguagens digitais.

Prototipagem e Modelagem

Na última temática, denominada Prototipagem e Modelagem, a equipe pedagógica criou **108 aulas**. Esse processo de criação incluiu a elaboração de tutoriais, realização de formações, oficinas e videoconferências, além da implantação de um laboratório de experimentação em uma das unidades escolares. As orientações detalhadas foram fundamentais para alinhar os conteúdos às práticas pedagógicas, assegurando clareza e segurança nas atividades desenvolvidas. Segue, os três módulos que organizaram a temática:

Modelagem 2D: técnicas de modelagem com isopor, madeira e corte a laser, incluindo exercícios práticos de desenho técnico;

Modelagem 3D: apresentação da modelagem 3D com software como Tinkercad, criação de objetos simples e introdução à impressão 3D;

Desenvolvimento de Soluções: projetos voltados para a criação de protótipos baseados em problemas levantados pelos alunos, estimulando o empreendedorismo e a inovação.

A temática tem um papel fundamental na promoção da criatividade, incentivando a construção de soluções inovadoras para problemas reais, como no módulo de Modelagem 2D, os alunos tiveram contato com técnicas básicas utilizando materiais como isopor, madeira e corte a laser. Exercícios de desenho técnico foram aplicados para desenvolver habilidades de representação gráfica em softwares de modelagem.

Já no módulo de Modelagem 3D, foram apresentados os conceitos de modelagem tridimensional e sua aplicação em diversas áreas, como jogos, animação

e arquitetura. A utilização do software Tinkercad permitiu a criação de objetos digitais, que foram posteriormente exportados em formato de arquivo (STL) para impressão 3D. Durante esse processo, também foram apresentados os conceitos e funcionalidades da impressora 3D, explorando os diferentes tipos de materiais utilizados na fabricação digital.

No módulo de Desenvolvimento de Soluções e Protótipos, os alunos foram desafiados a identificar problemas do cotidiano e propor soluções por meio da prototipagem. Essa abordagem incentivou o uso da tecnologia para resolver desafios reais, estimulando o pensamento criativo e a inovação.

Assim, organização da temática em módulos possibilitou uma aprendizagem estruturada e progressiva, garantindo que os alunos desenvolvessem competências importantes para o mundo digital e para o futuro profissional. A combinação de teoria e prática, aliada ao suporte pedagógico oferecido, assegurou que os conteúdos fossem compreendidos de forma clara e aplicada de maneira significativa no contexto escolar.

CONCLUSÃO

A construção desse projeto representou um avanço significativo na integração da tecnologia ao processo educacional, permitindo que alunos e professores explorassem novas formas de aprendizagem por meio da cultura digital, programação, cultura maker, robótica e modelagem. A criação e aplicação das sequências didáticas possibilitaram uma abordagem dinâmica e contextualizada, incentivando a criatividade e da experimentação.

Desde o início, a equipe pedagógica enfrentou desafios relacionados à estruturação do currículo e à adaptação das metodologias às diferentes realidades escolares. No entanto, a colaboração entre especialistas e docentes foram fundamentais para superar essas dificuldades e garantir a aplicabilidade das propostas. A flexibilidade das sequências didáticas permitiu uma abordagem personalizada, considerando as especificidades dos conteúdos, das turmas e dos alunos.

A realização de formações, oficinas, videoconferências e a criação de tutoriais foram estratégias essenciais para orientar os docentes e fortalecer a aplicação dos conteúdos. Além disso, a implementação de um laboratório de experimentação em uma das unidades escolares proporcionou um espaço dedicado à prática, incentivando a aprendizagem ativa e a resolução de problemas. Essas ações contribuíram para a construção de um ambiente propício à inovação, no qual professores e alunos puderam explorar diferentes possibilidades tecnológicas e pedagógicas.

Outro ponto relevante foi a valorização do pensamento crítico, da colaboração e da criatividade no processo de ensino e aprendizagem. As atividades propostas desenvolveram competências técnicas, estimularam a autonomia dos alunos, contribuindo com a conscientização e a responsabilidade no mundo digital, o que foi tratado nos conteúdos de análise crítica das mídias, a compreensão do funcionamento dos dispositivos e o uso

seguro da internet foram aspectos trabalhados para fomentar uma cultura digital mais ética e reflexiva.

Assim, o uso de tecnologias como Scratch, Arduino, IoT e modelagem 3D trouxeram uma nova perspectiva para a aprendizagem, tornando-o mais envolvente e conectado. Os projetos práticos permitiram que os alunos aplicassem conceitos teóricos na criação de soluções reais, promovendo uma aprendizagem mais significativa. A interdisciplinaridade e metodologias ativas também se mostraram estratégias eficazes, possibilitando a conexão entre diferentes áreas do conhecimento e tornando a aprendizagem mais integradora.

A experiência demonstrou que a inserção da tecnologia na educação vai além do uso de ferramentas digitais. Ela requer um planejamento pedagógico estruturado, formação contínua dos docentes e um acompanhamento estratégico para garantir que os objetivos de aprendizagem sejam atingidos. A troca de experiências entre docentes, alunos e equipe pedagógica fortaleceram o projeto e contribuíram para a construção de uma comunidade de aprendizagem colaborativa.

Os desafios encontrados ao longo da implementação reforçam a necessidade de investimentos contínuos na formação docente e na infraestrutura tecnológica das unidades. A adaptação às novas demandas educacionais exige um compromisso constante com a inovação e a busca por metodologias que tornem a aprendizagem mais acessível para todos os alunos.

Quanto aos resultados alcançados evidenciam que a cultura digital e a cultura maker são ferramentas de transformação e podem contribuir no processo formativo. Ao proporcionar experiências práticas, interativas e contextualizadas, o projeto contribuiu para a formação de cidadãos mais conscientes e com acesso aos recursos tecnológicos desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. As lições aprendidas servirão de base para aprimorar futuras iniciativas, consolidando a tecnologia como uma ferramenta importante na construção do conhecimento e na promoção de uma educação mais conectada com o mundo.

Contudo, o pesquisador acredita que em todo os processos: laborais, (in)formais é preciso levar em consideração uma *Liderança que Educa, Educação que Transforma, Inovação que Humaniza*, ou seja, liderar vai muito além de gerenciar processos; é inspirar, formar e caminhar ao lado de quem está em busca de conhecimento.

A educação tem o poder de transformar vidas e mudar realidades. O processo de ensino e aprendizagem não é uma simples transmissão de conhecimento, mas uma forma de gerar impacto e abrir portas para novas oportunidades. Educar é um compromisso com o futuro e uma responsabilidade na construção de um mundo mais justo e humano.

A inovação, portanto, é um caminho fundamental, mas precisa sempre estar a serviço das pessoas. Em um cenário de rápidas mudanças e avanços tecnológicos, integrar novas práticas e discutir o uso da Inteligência Artificial na educação, sempre com um olhar atento ao ser humano. Assim, acredita-se que a tecnologia deve facilitar, incluir e ampliar horizontes, sem perder a essência do cuidado com o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M. E. B. de. (2013). T*ecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?* Educação e Pesquisa, 39(1), 177-190.

Bacich, L., & Moran, J. M. (2018). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.* Penso.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. - *Características da investigação qualitativa. In: Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora, 1994. p.47-51.

Coll, C., & Monereo, C. (2010). *Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação*. Artmed.

FORTUNATO, Ivan; SHIGUNOV NETO, Alexandre. *Método (s) de Pesquisa em Educação.* São Paulo: Edições Hipótese, 2018.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.*

Kenski, V. M. (2012). *Tecnologias e ensino presencial e a distância (6ª ed.).* Papirus.

Marihama, D. K. A. (2025). R*elato de experiência: criação de sequências didáticas para projetos tecnológicos no Ensino Fundamental.* Caderno Pedagógico. Recuperado em 6 de março de 2025, de http://www.diegomarihama.com.br

Moran, J. M. (2015). *A integração das tecnologias na educação*. Loyola.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. *Indagações sobre currículo. Currículo, conhecimento e cultura.* Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf. > acessado em 01/02/2024.

Nóvoa, A. (2009). *Para uma formação de professores construída dentro da profissão.* Revista Brasileira de Educação, 14(40), 33-46.

Perrenoud, P. (2000). *Dez novas competências para ensinar.* Artmed.

ARTIGO 11

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Autores: Inocêncio Mauro Zage Pedro | inopedro10@gmail.com | Mestre em Gestão empresarial pela Universidade Gregório Semedo | ORCID iD: 0009-0002-7899-6365 | +244936118720

Maweze Cardoso de Oliveira | mawezeoliveira@gmail.com | Mestre em Gestão empresarial pela Universidade Gregório Semedo | ORCID iD: 0009-0003-1435-7713 | +244936118720

Faustino Aderito Luvango | fautinoluvango80@gmail.com | Mestre em Gestão empresarial pela Universidade Gregório Semedo

RESUMO

O cliente é a razão da existência de cada empresa. Sendo que a fidelidade do cliente é fundamental para o desenvolvimento da empresa, pois incentiva compras repetidas, reduz os custos de aquisição de clientes e melhora a reputação da empresa. Este artigo tem a finalidade de analisar a influência que a fidelização dos clientes tem tido no desenvolvimento empresarial da Empresa LINOX Comércio Geral e Prestação de Serviços (SU), LDA. Optou-se por uma pesquisa do tipo descritiva, e exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa. O principal resultado foi que existe um certo nível de fidelização dos clientes, e que isso influência positivamente no desenvolvimento empresarial da empresa. Geralmente considera-se que a empresa LINOX Comércio Geral e Prestação de Serviços (SU), LDA tem um longo caminho a percorrer para atingir um elevado nível de fidelização dos clientes e neste caso, muitas estratégias de fidelização devem ser desenvolvidas.

Palavras-chave: Fidelização, Clientes, Marketing, Desenvolvimento Empresarial.

Abstract

The customer is the reason for the existence of each company. Customer loyalty is critical to the company's development, as it encourages repeat purchases, reduces customer acquisition costs, and improves the company's reputation. The purpose of this article is to analyze the influence that customer loyalty has had on the business development of the company LINOX Comércio Geral e Prestação de Serviços (SU), LDA. A descriptive and exploratory research was chosen, with a quantitative and qualitative approach. The main result was that there is a certain level of customer loyalty, and that this positively influences the company's business development. It is generally considered that the company LINOX Comércio Geral e Prestação de Serviços (SU), LDA has a long way to go to achieve a high level of customer loyalty and in this case, many loyalty strategies must be developed.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Keywords: **Loyalty, Customers, Marketing, Business development.**

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a fidelização do cliente para o desenvolvimento empresarial, tem um papel fundamental para se medir a influência do cliente na empresa. A conquista de um cliente fiel constitui um desafio difícil quando não se faz um estudo prévio das expetativas e necessidade dos clientes. Os clientes voltam se fies a uma empresa em consequência de encontrar em seus produto/serviços a maior quantidade e qualidade de atributos que se apegam ao seu quotidiano. Estes serviços/produtos devem ter atributos suficientes, segundo tipo de publico para qual se quer atingir como: preço, atendimento, diversidade de produtos, descontos. A empresa independentemente do ramo de actuação não basta mais oferecer um serviço ou produto razoável aos consumidores. É preciso saber exatamente o que os consumidores querem, para depois possibilitar aos mesmos a utilização de uma oferta que atenda a todas as suas expectativas. No actual contexto mundial, marcado pela globalização, a plena satisfação do consumidor traduz-se numa condição fundamental para alcançar lugar no mercado. A satisfação do cliente constitui um requisito obrigatório no desenvolvimento da qualidade de uma organização, enquanto factor condicionador da tomada de decisão relativamente à aquisição de certo produto ou serviço.

Actualmente, o ambiente em que as empresas se encontram, satisfazer um cliente pode se traduzir em inúmeras vantagens: a fidelização do cliente é uma delas. Mas assim como a satisfação, a fidelização também é um acto que vale ouro para a empresa. Tornar um cliente satisfeito e, consequentemente, fiel ao produto, marca ou serviço, conhecendo e identificando todas as suas características, necessidades e desejos, estabelecendo um elo de confiança e criando facilidades para ele, traz benéfico para a organização.

Sendo que a pesquisa utilizada no artigo científico é a pesquisa exploratória, descritiva e a abordagem metodológica utilizada é quantitativa e qualitativa. Dito de outra forma: a fidelização de clientes garante a continuidade da empresa. Estas são os ideias que importa refletir neste artigo científico.

JUSTIFICATIVA

A importância deste artigo científico justifica-se na actual problemática pela necessidade por parte da gerência em compreender seus clientes de maneira melhor atendê-los. Está compreensão para com os clientes deve ser buscada em todo o tipo de organização. Sendo assim, todo estudo realizado com este propósito é válido. Pois, além de servir directamente para aplicação de estratégias com base nos resultados do estabelecimento onde o estudo foi realizado, demonstra a todos interessados no tema, o quanto é relevante e como se pode ter melhorias consideráveis de gestão através do conhecimento dos clien

tes e sua fidelização.

O artigo científico em questão procura perceber qual o nível de fidelização dos clientes e o quão bem-sucedidos estes percepcionam a empresa. Espera-se analisar quais elementos fidelizam os clientes e como isso afecta o sucesso empresarial que a empresa alcança. Desta maneira, visa-se facilitar e qualificar a gestão da empresa. O conhecimento das necessidades e opiniões dos clientes permitirá optimizar os esforços da gerência para aperfeiçoar os itens onde se verifique as maiores expectativas por parte dos clientes e que possam não estar sendo atendidos satisfatoriamente. O estudo em volta deste tema revela ser de extrema importância, uma vez que a mesma poderá servir não só como suporte bibliográfico para eventuais trabalhos académicos ou pesquisas científicas, como também poderá servir como ponto de partida ou estímulo para investigações futuras. O presente artigo científico servirá ainda como apoio para que as instituições do sector e não só, repensem sobre os procedimentos a adoptar no processo de fidelização e satisfação dos clientes, de modos a garantir maior eficiência nos seus serviços/produtos.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

FUNDAMENTOS

FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Cabrera (2013a), descreve os clientes fiéis como os clientes que preferem relações estáveis e duradouras, que valorizam os produtos e/ou as ofertas em relação à concorrência e também regra geral mais rentáveis que todos os outros clientes. É a partir do momento que as empresas percebem que custa mais conquistar um novo do que reter um cliente actual, que estas começam a centrar as suas atenções no tema da fidelização de clientes. Para além disso, Kotler e Armstrong (2017) defendem também que é mais fácil atender às necessidades dos actuais clientes, por uma simples razão de conhecimento e experiência. Assim, cabe às empresas ter um foco cada vez maior nos seus actuais clientes e na lealdade destes ou então arriscam-se a não crescer realmente (Cabrera, 2013b).

Figura 1 - O processo de criação de fidelidade.
Fonte: adaptação de La Fuente Cardona (2013).

Fidelizar é importante, pois, através disso, os clientes fiéis tornarão mais propensos a utilizar os produtos e serviços sem pensar tanto no preço e pagarão não só pela qualidade empregada, eles continuarão comprando pela óptima experiência de pós-venda e, por consequência, da fidelização.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CLIENTE

Segundo Kyriacou (2023), cliente é aquele que compra; freguês e ou pessoa que utiliza, com certa regularidade, os serviços de profissionais ou de empresas. No latim, a palavra cliente refere-se à pessoa que tem acesso a um serviço ou produto mediante pagamento.

Os clientes buscam cada dia mais, bons produtos, serviços e atendimento que os satisfaçam, para isso é preciso conhecer o mercado em que a empresa está inserida e saber por meio de pesquisas e demais instrumentos de comunicação seus anseios e necessidades. A satisfação deve ser um processo contínuo, pois os clientes sempre procuram informações sobre o produto ao entrar na loja, por isso é importante, que os funcionários tenham conhecimento da sua actividade, de modo que possam satisfazer de forma rápida e eficaz as dúvidas dos clientes, conquistando-o e fidelizando-o. Segundo Lao León et al. (2016) diz que concentrar a atenção no cliente significa fazer três coisas:

a) Entender as tendências do cliente;

b) Dominar as informações sobre o cliente;

c) Aprender a aplicar esses conhecimentos ao mundo real das estratégias de consumo.

DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Uma empresa pode se desenvolver e crescer de várias maneiras. Uma das maneiras é expandir sua base de clientes. Isso pode ser feito por meio do reconhecimento da marca, marketing e publicidade para alcançar novos clientes. Outra forma de uma empresa crescer é expandindo sua linha de produtos ou serviços. Além disso, para expandir o negócio, novas lojas poderão ser abertas. Isso permite que a empresa alcance novos mercados e novos segmentos de clientes. Finalmente, uma empresa pode crescer adquirindo outras empresas. Isto pode dar à empresa acesso a novas tecnologias, produtos ou mercados (Marciniak, 2013). Sendo que o desenvolvimento empresarial é o processo de identificação e desenvolvimento de novos negócios para criar oportunidades e depois convertê-las em vendas.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Comportamento do consumidor

É fundamental importância conhecer o consumidor, perceber o que ele deseja e entender o seu comportamento. As empresas têm que se adiantar e surpreender os consumidores, satisfazê-los e encantá-los, a fim de torná-los fiéis ao estabelecimento. Deve-se buscar entender o processo de compra e o que os leva a decidir por determinado local, quais são os factores que mais pesam na hora da escolha.

As empresas que souberem como os consumidores respondem e reagem aos vários estímulos de marketing utilizados por elas e compreenderem como eles irão reagir aos apelos de propagandas, características dos produtos e preços, exercerão uma grande vantagem competitiva sobre seus concorrentes (Kotler e Armstrong, 2017). O consumidor sofre todo o tipo de influências com relação ao seu perfil, suas características, seus interesses e motivações. Desde aspectos sociais, demográficos, culturais, psicológicos e situacionais até importantes estímulos de marketing, que são produto, preço, praça e promoção, afectam e impulsionam as atitudes e as acções das pessoas em relação as suas decisões de consumo.

Fidelização do cliente

González Sánchez e Carla Manfredi (2016), caracterizam a fidelização enquanto futuro compromisso de defender e eleger um produto/serviço, adquirindo-o, apesar das circunstâncias e apelos para a mudança. Checasaca-Julca et al. (2022), definem a fidelização como sendo o grau com que o cliente manifesta um comportamento de compra repetitiva de um mesmo fornecedor, tem atitude positiva em relação ao mesmo fornecedor como aquele a quem recorre quando tiver necessidade de serviço. A fidelidade resulta da ligação que o cliente tem com a marca e, à medida que esta fidelidade aumenta, reduz-se a vulnerabilidade face aos atos da concorrência. Traz benefícios, tais como potenciar vendas futuras. Existem assim diferentes níveis de fidelidade, como se observa na Figura 1.
A fidelização do cliente visa garantir que os compradores ou usuários dos serviços da empresa mantenham com ela relações comerciais estáveis e contínuas, ou de longo prazo. A lealdade ocorre quando existe uma correspondência favorável entre a atitude do indivíduo em relação à organização e o seu comportamento de compra dos produtos e serviços da organização.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Desenvolvimento empresarial e sua relação com a fidelização do cliente

Os novos clientes querem muito mais do que isso, com os constantes avanços da tecnologia e do desenvolvimento estão a tornar-se mais exigentes, por isso é aqui que entra em jogo a fidelização do cliente, para que se possam estabelecer relações sólidas entre a empresa e o cliente, deve ter em conta satisfazer as necessidades do cliente através de produtos e/ou serviços com atenção adequada, buscando sempre a excelência em todo o processo de venda (Silva et al., 2013).
Atitudes favoráveis ou leais em relação a um produto ou serviço de marca específica; se reflete no comportamento de compra repetida do consumidor, consequentemente, o cliente acumula progressivamente confiança para com a organização, várias teorias foram propostas sobre como obter clientes fiéis, uma delas foi na perspetiva de "compra e serviço" que analisa a fidelização do cliente.
A fidelização do cliente desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da empresa. Abaixo estão alguns dos principais motivos pelos quais a fidelização do cliente deve ser uma prioridade para qualquer empresa:

a) Os clientes fiéis são mais lucrativos: pois tendem a gastar mais em empresas em que confiam. Eles também são menos sensíveis aos preços e estão dispostos a pagar mais por produtos ou serviços. Este aumento nos gastos não só contribui para a receita imediata, mas também cria um maior valor ao longo da vida do cliente (Evangelista, 2010).

b) Marketing boca a boca: clientes fiéis naturalmente se tornam defensores da empresa e espalham uma boca a boca positivo. Este tipo de marketing orgânico pode ser muito eficaz para atrair novos clientes e impulsionar o crescimento. Quando os clientes compartilham suas experiências positivas com outras pessoas, isso cria credibilidade e confiança na empresa, aumentando a probabilidade de novos clientes experimentarem (Milan et al., 2017)

c) Economia de custos: adquirir novos clientes pode ser caro. Por outro lado, reter os clientes existentes é mais lucrativo porque eles já possuem um relacionamento com sua empresa. Ao focar na fidelização do cliente, as empresas podem reduzir os custos de aquisição de clientes e alocar recursos para melhorar a experiência do cliente e construir relacionamentos mais fortes (Galarza, 2022).

d) Vantagem competitiva: em mercados saturados, a fidelidade do cliente diferencia sua empresa da concorrência. Isso cria uma barreira para os concorrentes e estabelece uma base de clientes fiéis, com menor probabilidade de mudar de empresa. Quando os clientes sentem uma forte ligação a uma empresa, são mais resistentes às ofertas competitivas e têm maior probabilidade de permanecer leais mesmo quando confrontados com alternativas (Sulistyo e Ayuni, 2020).
Segundo Díaz Vázquez e Acosta Espinoza (2021) existem tipos de estratégias para aumentar o valor do cliente, uma delas é a passiva, onde as empresas desenvolvem táticas comum utilizadas na esperança de que a maior parte do seu mercado responda a esses esforços. Outro deles é o ativo, que é onde as empresas, através de sua experiência e conhecimento, identificam ou segmentam seus melhores clientes, a partir disso os satisfazem de acordo com suas características. Por fim, temos o científico, que é onde as empresas utilizam modelos ma-

temáticos para selecionar o cliente.

MATÉRIAS E MÉTODOS

No presente artigo científico usou se determinados procedimentos e técnicas voltadas a disciplinas específicas, sendo assim, a quanto a finalidade a pesquisa é descritiva, exploratória, e quanto a abordagem metodológica é quantitativa e qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De uma forma geral, com base nos resultados, considera-se que existe um bom nível de fidelização dos clientes com a empresa. Para confirmar e quantificar isso até certo ponto, os resultados das questões foram resumidos na figura 2

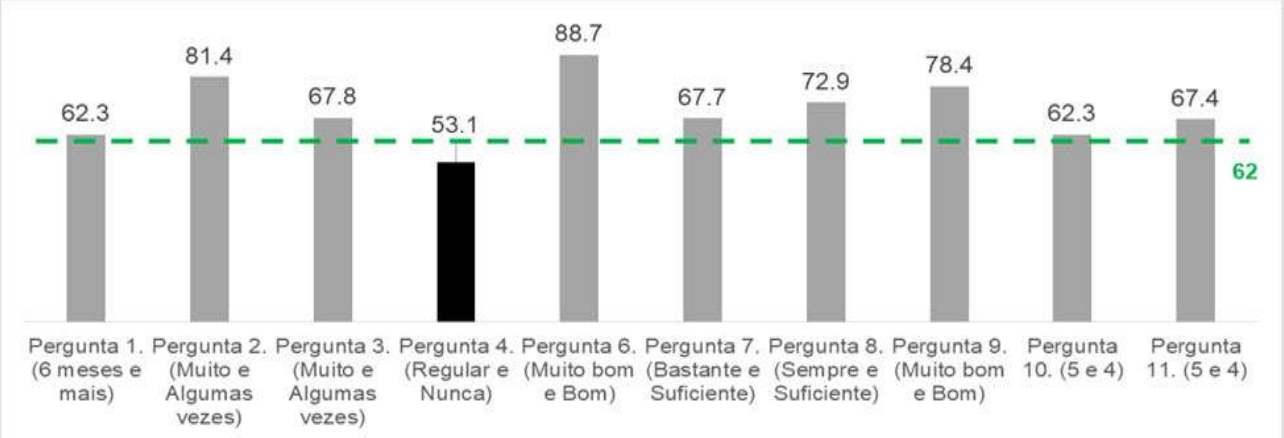


Figura 2- Resultados que predominam nas respostas às questões.

Os resultados mostram uma situação favorável nas dez questões fechadas, com mais de 62% tendo respostas positivas. Apenas na questão quatro associada à publicidade é apresentada resultado negativo. Com base no exposto, pode-se confirmar que existe um bom nível de fidelização, pois mais de 60% da amostra analisada teve avaliações positivas nos elementos associados aos serviços e produtos oferecidos pela empresa. Uma afirmação que se valida, pois, a amostra é composta por mais de 60% de clientes fiéis à empresa durante mais de 50% do tempo da sua criação.

Por outro lado, o Desenvolvimento empresarial, sendo um conceito tão diversificado, são vários os autores que reconhecem que existem diferentes formas de o definir. Moreira et al. (2021), destacam a importância do foco no cliente para que uma empresa alcance o sucesso empresarial;

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Tabela I - Resultados da Correlação Rho de Spearman

			Desenvolvimento empresarial				
			P 3	P 4	P6	P8	P 10
Fidelização do cliente	P1	Coeficiente de correlação	-.071	.011	0,249 **	0,232 **	0,296 **
		Sig. (bilateral)	0,246	0,852	.000	.000	.000
	P 2	Coeficiente de correlação	0,397 **	0,367 **	0,287 **	0,395 **	0,251 **
		Sig. (bilateral)	.000	.000	.000	.000	.000
	P 7	Coeficiente de correlação	0,592 **	0,169 **	0,353 **	0,693 **	0,233 **
		Sig. (bilateral)	.000	0,005	.000	.000	.000
	P 9	Coeficiente de correlação	0,448 **	-.046	0,465 **	0,699 **	0,381 **
		Sig. (bilateral)	.000	0,447	.000	.000	.000
	P 11	Coeficiente de correlação	0,256 **	-.021	.201 **	0,354 **	0,742 **
		Sig. (bilateral)	.000	0,728	0,001	.000	.000

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (bicaudal).

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bicaudal).

Fonte: análise de correlação no SPSS V26.0.

Foi demonstrado que há predomínio de correlações diretas (positivas) e muito significativas (p<0,01) entre as respostas dadas pelos clientes no instrumento aplicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a consulta da bibliografia especializada a que tivemos acesso permitiu-nos demonstrar o importante papel da fidelização dos clientes para o desenvolvimento da empresa, assente nos inúmeros benefícios que proporciona, que contribuem para uma maior competitividade. Foi constatado que existe uma influência positiva ou significativa entre a fidelização do cliente e o desenvolvimento empresarial da empresa Linox, Lda. A aplicação do instrumento permitiu identificar que entre os principais factores que determinaram a fidelização dos clientes na empresa LINOX Comércio Geral e Prestação de Serviços (SU), LDA, destacam-se: o atendimento dos vendedores, a qualidade dos serviços e produtos oferecidos e confiança, com destaque negativo para a publicidade.V

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cabrera, S. (2013a). *La fidelización del cliente en negocios de restauración.* Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos(45), 155-164. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853- 35232013000300014&lang=en

Cabrera, S. (2013b). *Marketing gastronómico: La experiencia de convertir el momento del consumo en un recuerdo memorable*. Cuadernos del Centro de Estudios e n Diseño y Comunicación. Ensayos(45), 165-174.http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853- 35232013000300015&lang=en

Checasaca-Julca, J. R., Sánchez-Cabeza, L. K., Malpartida-Gutiérrez, J. N., & Chocobar-Reyes, E. J. (2022). I*mportância de la herramienta Customer Relationship Management (CRM) en las empresas de Latinoamérica.* Una revisión sistemática de la literatura científica los últimos diez años. Revista Científica de la UCSA, 9(3), 97-119. https://doi.org/10.18004/ucsa/2409- 8752/2022.009.03.097

Evangelista, R. (2010). *Sustentabilidade Um possível caminho para o sucesso empresarial? [Sustainability: a possible pathway to business success? Sostenibilidad: ¿Un posible camino para el éxito empresarial?]*. Revista de Gestãodos Países de Língua Portuguesa, 9(1- 2), 85-96. http://www.scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645- 44642010000100009&lang=en

Galarza, C. J. (2022). *Sostenibilidad y éxito empresarial.* Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos(106), 16-27. https://doi.org/10.18682/cdc.vi106.4030

González Sánchez, J. M., & Carla Manfredi, L. (2016). *EMCEL, como executar uma boa recuper ação do serviço?* Estudios Gerenciales, 32(140), 290-294. https://doi.org/10.1016/j.estger.2016.09.001

Kotler, P., & Armstrong, G. (2017). *Princípios do marketing*. Pearson Prentice Hall.
Kyriacou, A. P. (2023). Clientelism and fiscal redistribution: Evidence across countries. European Journal of Political Economy, 76, 102234. https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2022.102234

La Fuente Cardona, S. D. (2013). *Relationship marketing in the pharmaceutical industry companies in the city of Cochabamba*. Revista Perspectivas(31), 63- 86.
Lao León, Y. O., Marrero Delgado, F., Pérez Pravia, M. C., & Leyva Cardeñosa, E. (2016). Mejoras en el servicio al cliente en la comercialización. Caso de estudio cubano. Revista Caribeña de las Ciencias Sociales. http://www.eumed.net/rev/caribe/2016/02/servicio.html
Marciniak, R. (2013). *Measuring Service Satisfaction in Shared Service Organizations.* Procedia - Social and Behavioral Sciences, 81, 217-223. https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.06.416

ARTIGO 12

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

URGÊNCIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELÉCTRICOS E ELECTRÓNICOS

Autor: Engº. Francisco Manuel Vuia, MSc | framavu@hotmail.com, franciscomanuvuia@gmail.com | Licenciado em Química no ISCED do Uíge, Mestre em Engenharia Ambiental na Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, Docente do Instituto Politécnico da Universidade Kimpa Vita no Curso de Engenharia Hidráulica e Saneamento das Águas | ORCID iD: 0000-0001-8013-7936 | +244 923228995, +244 938893869

RESUMO

O actual estudo, refere-se da Urgência para Implementação de plano de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (PGREEE), na actual sociedade de consumo tecnológico, para mitigar os impactos negativos causados no Ambiente e na saúde humana. O objectivo deste trabalho foi realizar o diagnóstico destes resíduos na cidade do Uíge, e propor medidas de gestão. A amostra foi sintetizada através da equação matemática de Tillé, e obteve-se 385 inqueridos, dos 322.531 habitantes da zona urbana, Eles afirmaram, dos 17 tipos de EEE, 15 são comuns em suas casas, perfazendo 88% e 13 já foram objecto de descarte, perfazendo 76,5%. Portanto, fora descartados 5.532 Equipamentos diversos, e considerando 10% da população urbana, totaliza cerca de 178.424.149,2 Equipamentos descartados, estes são usados para concerto e ou revenda dos seus acessórios em oficinas especializadas e por fim, acabando por terem o mesmo destino com os resíduos domésticos, por outro o Ciclo de Vida deste Equipamentos variam do portão ao portão e do portão ao túmulo, que vai de 6 a mais de 60 meses. Todavia, alguns inqueridos desconhecem as consequências do descarte irregular, assim como não sabem o que fazer com estes resíduos. Ao passo que o resultado do inquérito no Hospital Provincial do Uíge, no mês de Junho de 2023, foi de 20.725 pacientes de patologias diversas, dos quais 832 com doenças respiratória Aguda e 699 de Infeções respiratória aguda grave, ambas que podem estar associadas ao descarte irregular destes resíduos.

Palavras-chave: Gestão, Resíduos de Equipamentos Eléctricos Electrónicos.

ABSTRACT

The current study refers to the Urgency to Implement a Waste Management Plan for Electrical and Electronic Equipment (PGREEE), in the current technological consumer society, to mitigate the negative impacts caused to the Environment and human health. The objective of this work was to diagnose this waste in the city of Uíge, and propose management measures. The sample was synthesized using Tillé's mathematical equation, and 385 respondents were obtained, out of the 322.531 inhabitants of the urban area. They stated, of the 17 types of EEE, 15 are common in their homes, making up 88% and 13 have already been subject to discard, making up 76,5%. Therefore, 5.532 different pieces of equipment were discarded, and considering 10% of the urban population, totaling around 178.424.149,2 pieces of discarded equipment, these are used for

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

repairs and or resale of their accessories in specialized workshops and, finally, ending up having the same destination with domestic waste, on the other hand, the Life Cycle of this Equipment varies from gate to gate and from gate to tomb, which ranges from 6 to more than 60 months. However, some respondents are unaware of the consequences of irregular disposal, as well as not knowing what to do with this waste. While the result of the survey at the Provincial Hospital of Uíge, in the month of June 2023, was 20.725 patients with various pathologies, of which 832 with acute respiratory diseases and 699 with severe acute respiratory infections, both of which may be associated with disposal irregular distribution of these wastes.

Keywords: Management, Waste Electrical Electronic Equipment

INTRODUÇÃO

A produção de resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE) tem vindo a aumentar em quantidade e diversidade nas últimas décadas em todo o mundo, como resultado do aumento da população, do crescimento económico e do incremento do poder de compra das famílias, podendo também constituir um sintoma de sobre uso de recursos. Esta temática representa assim, um desafio ambiental, social e económico, não só à escala de Angola, mas a nível global. Portanto, com o desenvolvimento tecnológico e das infraestruturas por todo o país e ansiedade da necessidade da obtenção de equipamentos eléctricos, electrónicos (EEE) aumento a quantidade da procura do EEE, levando à produção de resíduos perigosos, redundando numa percentagem de REEE muito elevado, por causa do descarte irregular, que urge dar um destino adequado, mas que Angola ainda não dispõe, na maior parte dos casos mal geridas, com consequências para a saúde pública e para o ambiente.

Todavia, a terra é um sistema vivo que tem sua dinâmica evolutiva própria. Graças à sua evolução ao longo de bilhões de anos, foi possível proporcionar condições para a existência de vida. No entanto, a capacidade depuradora da Terra não é ilimitada, como por vezes se faz crer, para que resíduos sejam depositados no solo, provocando poluição diversa e difusa. O homem retira da Terra tudo que necessita para a sua sustentação, como água, alimentos, oxigénio e matérias-primas e também é sobre a Terra que são depositados os resíduos originados de todos estes processos pondo em causa a sustentabilidade dessas práticas.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Motivação pelo tema

- Os resíduos produzidos eram essencialmente de origem animal ou vegetal, que regressados a terra se decompunham naturalmente os seus constituintes integrando de novo o ciclo de vida;
- Alteração do panorama ao longo do séc. XX devido à industrialização;
- Produção de novos materiais resultantes do desenvolvimento tecnológico;
- Execuções de actividades sem o prévio Estudos e, ou Avaliações de Impactos Ambientais;
- O Mercado de Direito de Poluir (Atribuição de Licenças de Explorações de Recursos naturais) (Faucheux & Noel, 1995) pag.100;
- A evidência dos comportamentos sociais para a acumulação de riquezas e do bem-estar, característica da sociedade de consumo.

Consequências

- Aumento da produção de resíduos perigosos de EEE (Poluição do ambiente);
- Aumento das Pegadas de Carbono e Ecológica;
- Necessidade de aplicação e execução dos planos de gestão como é o caso do PESGRU;
- Aumento de doenças provocadas por má gestão dos resíduos;
- Quantidades de REEE nos contentores sólidos urbanos;
- Adopção pelos cidadãos de práticas inadequadas para conservar o meio ambiente.

Problema

A inexistência de um plano de gestão dos Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos, no município do Uíge, é a principal causa para a degradação que se observou no decurso do presente trabalho. Razão pela qual, é frequente observar-se Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos em contentores de resíduos sólidos urbanos e nos espaços públicos, bem como a queima de resíduos a céu aberto, com as consequências visíveis no solo, na atmosfera e podo em causa a saúde pública.

Objectivos gerais

Com este trabalho, pretende-se avaliar a situação de referência quanto à produção e destino final de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos, no município do Uíge e propor um plano de gestão adequado de modo a preservar o ambiente e a saúde pública.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Análise da Situação de Referência

Poluição e Resíduos

A poluição é a adição de elementos estranhos ao ar, água, solo ou alimentos, de tal forma e quantidades que prejudiquem a saúde, a capacidade de sobrevivência ou a actividade humana ou de qualquer outro ser vivo (Simões, Querós, & Simões, 1999). Ao passo que resíduos são substâncias ou objectos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação legal de se desfazer, que contêm características de risco por serem inflamáveis...ou por apresentarem qualquer outra característica que constitua perigo para a vida ou saúde das pessoas e para o ambiente... (Dias, 2013), conforme está estabelecida no anexo X (Lista Angolana de Resíduos) alínea s) do artigo 3.º Decreto presidencial n.º 190/12.

Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos

A inexistência de um plano de gestão dos Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos, no município do Uíge, é a principal causa para a degradação que se observou no decurso do presente trabalho. Razão pela qual, é frequente observar-se Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos em contentores de resíduos sólidos urbanos e nos espaços públicos, bem como a queima de resíduos a céu aberto, com as consequências visíveis no solo, na atmosfera e podo em causa a saúde pública.

Composição Química dos REEE e Principais doenças associadas

Os REEE são perigosos devido à composição química dos seus elementos constituintes, e as doenças causados por exposição ou injeção dos seus poluentes designadamente (WIKIPEDIA, 2014): Bário: causa Edema cerebral, fraqueza muscular, danos ao coração, fígado e baço; Arsénio: doenças de pele, câncer de pulmão e diminuir a velocidade de transmissão dos impulsos nervosos; Berílio: Pode causar cancro de pulmão; Cádmio: fraqueza, febre, dor de cabeça, doença óssea, calafrios, dor muscular, câncer de pulmão e nos rins; Mercúrio: se acumular no organismo causando danos cerebrais e no fígado, se ingerido ou inalado; Selénio: causa perda de cabelo, fragilidade das unhas, e alterações neurológicas; Crómios (VI) causar danos ao DNA, são irritantes aos olhos, pele e mucosas; Chumbo: causar vómitos, diarreia, convulsões, perda de apetite, dor abdominal, constipação, fadiga, insónia, irritabilidade e dor de cabeça, coma ou até mesmo a morte; Cloreto de polivinila (PVC): quando queimado, produz gás cloreto causando a problemas respiratórios; CFCs (clorofluorcarbonos): Destroem o ozono, causando câncer de pele em humanos e danos genéticos; e por fim as Dioxinas são produtos químicos que compreendem 75 diferentes tipos de compostos e 135 compostos relacionados com os Furanos. Se acumular-se no corpo podem levar a malformações do feto, diminuição da fecundidade e das taxas de crescimento, além de causar doenças no sistema imunológico.

Classificação e Caracterização dos REEE

São classificadas em 10 categorias, e são caracterizados por perigoso, por possuírem uma composição química pe-

rigosa. (WIKIPEDIA, 2014)' Tabela 1, mencionado abaixo.

Tabela 1- Classificação e Caracterização dos Resíduos de Equipamentos Electricos e Electronicos (REEE)

N	CATEGORIAS DE EEE	TIPO DE EEE
1	Categoria -1 Grandes Equipamentos	Frigorificos, Maquinas de Lavar e Secar Roupa, etc.
2	Categoria -2 Pequenos Equipamentos	Aspiradores, Trradeiras, Ferros de Engomar, Maquinas de Café, etc.
3	Categoria -3 Equipamentos Informáticos e de Telecomunicação	Computadores, Copiadoras, Telefones, Impressouras, etc
4	Categoria -4 Equipamentos de Consumo	Aparelhos de Rádios, Televisores, Leitores de MP3, Cameras de Video, Instrumentos Musicais, etc.
5	Categoria -5 Equipamentos de Iluminação	Lâmpadas Fluorescentes, Compatas, Aparelhos de Iluminação para Lâmpadas fluorescentes etc
6	Categoria -6 Ferramentas Electricas e Electrónicas	Berbequins, Ferramentas de Jardinagens, etc
7	Categoria -7 Brinquedos e Equipamentos de Desporto e Lazer	Comboios Electricos, Consolas de Jogos, Equipamentos Desportivos Electricos, etc.
8	Categoria -8 Aparelhos Médicos	Medidores de Tensão Arterial, etc
9	Categoria -9 Instrumentos de Monitorização e Controlo	Requladores de Aquecimento, Detectores de Fumos , Termostatos, etc
10	Categoria -10 Distribuidores Automáticos	Maquinas de Vendas Automática de Bebidas e Produtos Alimentares, etc

Fonte Wikipedia, 2014

Enquadramento Jurídico

Para se mantiver com o nosso estilo de vida, e disciplinar as acções humanas no planeta, e em particular nosso país Angola, foi necessário o desenvolvimento de várias normas e leis ou Decretos Presidenciais, tais como: Lei nº 5/98 de 19 de Junho lei de Base do Ambiente, Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril, sobre Avaliação de Impactos Ambientais e Licenciamento Ambiental, Decreto Presidencial 180/23 de 30 de Agosto, sobre licenciamento de actividades industriais, Decreto Presidencial 172/23 de23 de Agosto sobre licenciamento de actividades Comerciais, Decreto Executivo Conjuntos nº 226/13 de 18 de Julho, sobre Plano de Acção Provincial de Gestão de Resíduos Urbanos, Decreto Presidencial 190/12 de 24 de Agosto Sobre a Gestão de Resíduos, Decreto Presidencial 261/11 de 06 de Outubro sobre a Qualidade de Água, Decreto Presidencial 194/11 de 07 de Julho sobre Responsabilidade por danos Ambientais (Lei do Poluidor Pagador), Decreto Presidencial 196/12 de 30 de Agosto sobre o Plano Estratégico para Gestão de Resíduos Urbanos. A Directiva 94/62/CE determina níveis máximos de concentração de metais pesados nas embalagens, para facilitar a reciclagem e reutilização, A Directiva 2006/66/CE (EUROPA, s.d. f), citado por (JURAS, 2012) que proíbe a colocação no mercado de EEE nas categorias de pilhas e

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

acumuladores com teores de mercúrio e cádmio acima do limite, DECRETO-LEI Nº 20/02, de 30 de Janeiro (Portugal), citado por (RUSSO, 2003) estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE).

MATERIAIS E METODOLOGIAS

- **Caraterização e Localização geográfica do local do estudo**

O presente trabalho foi desenvolvido no município do Uíge, no centro da cidade, tendo como população de estudo, 322.531 habitantes urbano e a uma amostra de 385 indivíduos, intelectuais da cidade do Uíge, dentre Eles Mestres, Licenciados, e Bacharéis em várias áreas do saber.

- **Equipamentos de Proteção Individual**

Para o manejo de REEE é necessário os Equipamento de protecção individuais como, botas de trabalho, Luvas, óculos de protecção (óculos de protecção contra vapores e gases, óculos de protecção contra radiação, óculos de protecção contra produtos químicos e óculos de protecção contra aerodispersoides), protector facial, equipamento de protecção respiratória, vestuário de protecção, avental e toucas (PINHEIRO, 2009).

- **Materiais utilizados durante a pesquisa**

Durante a pesquisa foram utilizados vários materiais, dos quais os principais são esferográficas, ficha de inquéritos, pendrive, computador e impressora.

- **Metodologia usada no trabalho**

Usou-se a metodologia de inquérito e método Bibliográficos. Todavia, para a determinação da mostra, usamos a equação matemática de Tillé, Y, 2019 citado por (Luanda & Luzolo, 2023) abaixo escrito

$$n \geq \frac{N.[b^2 + P.(1-p).Z^2]}{b^2.N + P.(1-p).Z^2}$$

$$n \geq \frac{90.649.[(0,05)^2 + 0,5.(1-0,5).(1,96)^2]}{(0,05)^2.90.649 + 0,5.(1-0,5).(1,96)^2}$$

➢ n ≥ 385 fichas

LEGENDA

- ➢ n : número total de fichas a serem inqueridas;
- ➢ N: número da população: 322.531
- ➢ Z: nível de confiança estimado a 95%, equivale a 1,96;
- ➢ b : margem de erro tolerado de 5%;
- ➢ P: desvio padrão estimado á 0,5;

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultados dos Inquéritos da Pesquisa de REEE e de Relação com as doenças causadas

- **Quantificação Descartada dos REEE**
- **Potencial de geração de REEE (Estimativa para Uíge)**
- **Probabilidade do tempo de vida útil dum EEE**

Não foi possível avaliar a evolução quantitativa no tempo, devido a diversas limitações, destacando-se:

- A falta de dados históricos de vendas de REEE por tipo;
- Ausência de dados de reciclagem desses equipamentos, por não se praticar no país. É praticado apenas a reutilização, feita por meios informais;
- Descarte desse resíduo junto com a colecta de resíduo domiciliar;
- A venda desordenada de Equipamentos em mercados clandestinos e lojas não autorizadas;

Também o seu Potencial de geração, não foi possível por inexistência dum plano de gestão mas, pelos dados do inquérito confirmou-se que alguns tiveram duas, três, Quatro equipamentos do mesmo tipo danificados, somando todos resultados perfazendo aproximadamente cerca de 5 532 Equipamentos diversos já descartado, e considerando 10% da população urbana, totaliza cerca de 178 424 149,2 descartados, estes são usados para concerto e ou revenda dos seus acessórios em oficinas especializadas e por fim, acabando por terem o mesmo destino com os resíduos domésticos, uma lixeira, contentor ou sucatas. Para terminar fez-se a Avaliação do Ciclo de Vida, do portão ao portão e do portão ao tumulo, que no geral vai de 6 meses à mais de 60 meses, como mostram as informações na tabela-2

Tabela 2-Resultados do Inquérito Realizado Sobre REEE

Nº Ord	Equipamento EE	Possui			Já Descartou?	Estimativa	Destino Final				Estimativa do
		Sim	%	Não	Quantidades	Para Uíge	C	L	S	R	Tempo de Duração
1.1	Máquinas de lavar	367	95,3	18	575	18 545 533	97	101	4	8	6 à 12 Meses
1.2	Máquinas de secar roupa	196	50,9	189	101	3 257 563	103	0	0	0	6 à 12 Meses
1.3	Frigoríficos	371	96,4	14	210	6 773 151	201	0	0	0	5 Anos
1.4	Aparelhos de ar condicionado	206	53,5	179	12	387 037	12	0	0	0	2 à 5 Anos
1.5	Aparelhos de aquecimento ambiente	0	0,0	385	0	0	0	0	0	0	Deconhecido
1.6	Aspiradores	0	0,0	385	0	0	0	0	0		Deconhecido
1.7	Torradeiras	35	9,1	350	0	0	0	0	0		Mais de 5 Anos
1.8	Ferros de engomar	384	99,7	1	600	19 351 860	300	140	15	0	Mais de 5 Anos
1.9	Máquinas de café	19	4,9	366	0	0	0	0	0		Mais de 5 Anos
1.10	Computadores	356	92,5	29	540	17 416 674	201	0	0	126	2 à 3 Anos
1.11	Telemóveis	381	99,0	4	1788	57 668 543	267	142		28	1 à 2 anos
1.12	Impressoras	251	65,2	134	980	31 608 038	130	67	91	0	1 à 2 anos
1.13	Rádio	366	95,1	19	576	18 577 786	286	109	0	0	Mais 5 Anos
1.14	TV	384	99,7	1	141	4 547 687	290	206	0	19	Mais de 5 Anos
1.15	Câmaras fotográficas ou de filmar	45	11,7	340	9	290 278	20	15	0	0	Mais de 5 Anos
1.16	Ferramentas eléctricas	355	92,2	30	Desc	Desc	277	277	0	0	Deconhecido
	Lâmpadas fluorescentes	384			Desc	Desc					3 à 12 Meses
1.17	Brinquedos electricos	300			Desc						1 à 12 Meses
	TOTAL DE EEE POR QTD.EQUI				**5 532,00**	**178 424 149,20**					Deconhecido
	Total de habitantes intrevistados	385	Hab	**76%**	**13**	**Descartada**	**4**	**Qtadade Não Descartada**			
	População Urbana Total	322 531	10	**88%**	**15**	**Existente**	**2**	**Qtadade Não Existente**			

LEGENDA
17 Categorias de EEE
C = Contentor
L = Lixo
S = Sucateiro
R = Revenda
EEE Equipamentos Eléctricos e Electrónicos
QTD/EQUI Quantidade por Equipamento

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Tabela 3-Resultados do Inquérito Realizado Sobre Possíveis Doenças Associadas aos REEE

Código de Doenças	Doenças ou Enventos	MÊS DE JUNHO DE 2003 CASOS									%
		RN	1-11 Meses	1-4 Anos	5-9 Anos	10-14 Anos	15-24 Anos	25-49 Anos	49<Anos	Total de Casos	
1	Gripe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
2	Disenteria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
3	Danos neurológicos*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
4	Diarreia Aguda	0	433	657						1090	5,3
5	Respiratória Aguda* Pneumonia	0	302	530						832	4,0
6	Distúrbios hormonais*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
7	Infeções respiratória aguda grave*				283	174	63	60	119	699	3,4
8	Broncopneumonia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
9	Febre tifóide	0	13	55	72	81	183	215	87	706	3,4
10	Alterações na função pulmonar*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
11	Malaria	0	1969	2574	3408	2867	2313	2024	914	16069	77,5
12	Prejuízos à função da tireoide*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
13	Hepatite	0	0	0	0	0	2	1	1	4	0,0
14	Malnutrição Grave	0	11	39						50	0,2
15	Danos ao DNA*	0	0	0	0	0	0	0	0		0,0
16	Conjuntivite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
17	Câncer*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
18	Doenças cardiovasculares*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
19	Dengue	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
20	Tuberculose*	0	0	1	2	1	1	8	5	18	0,1
21	Má formação congénita*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
22	Hipertensão arterial*	0	0	0	0	0	19	154	616	789	3,8
23	Abortos tardia*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
24	Sindr. Imuno Deficiencia Adquind	0	0	2	2	1	3	10	1	19	0,1
25	Traumatismo por acidente	0	0	9	25	62	145	125	83	449	2,2
	Total Geral de Casos	0	2728	3867	3792	3186	2729	2597	1826	20725	100

Fonte: Sisangola.org (DHIS2), Hospital Provincial do Uíge

OBS: Todas doenças assinaladas afrente com asterístico, são as possíveis doenças cusadas por REEE.

- **Resultado do Inquérito sobre Conhecimento da Relação de REEE e as Doenças Causadas**

Tabela 4-Resultados do Inquérito Realizado Sobre Conhecimento da Relação de REEE e as Doenças causadas

Doenças ou Enventos	1-Já Ouviu Alguem Diagnosticada com uma das Doenças abaixo				2-Tem Noção que as doenças abaixo podem estar associados ao descarte irregular dos REEE								3-Qual é a melhor via para tratar as doenças abaixo			
	Sim	%	Não	%	Sim		Não	%	Outro	%	DTH	%	Hospital	%	Terapeuta Natural	%
Danos neurológicos*	210	55	175	45	210	55	105	27	10	3	60	16	385	100	0	0
Doença Respiratória Aguda* Pneumonia	385	100	0	0	210	55	85	22	90	23	0	0	383	99	2	1
Distúrbios hormonais*	257	67	128	33	210	55	46	12	76	20	53	0	381	99	4	1
Infeções respiratória aguda grave*	385	100	0	0	210	55	110	29	65	17	0	0	380	99	5	1
Broncopneumonia	385	100	0	0	210	55	99	26	22	6	54	0	225	58	160	42
Alterações na função pulmonar*	380	99	5	1	210	55	109	28	12	3	54	0	385	100	0	0
Prejuízos à função da tireoide*	215	56	170	44	210	55	48	12	73	19	54	0	385	100	0	0
Danos ao DNA*	210	55	175	45	210	55	1	0	70	18	104	0	380	99	5	1
Câncer*	385	100	0	0	210	55	42	11	73	19	60	0	109	28	276	72
Doenças cardiovasculares*	385	100	0	0	210	55	76	20	75	19	24	0	385	100	0	0
Tuberculose*	385	100	0	0	210	55	95	25	80	21	0	0	385	100	0	0
Má formação congénita*	385	100	0	0	102	26	6	2	5	1	272	0	56	15	329	85
Hipertensão arterial*	385	100	0	0	210	55	16	4	54	14	105	0	308	80	77	20
Abortos tardia*	384	100	1	0	210	55	149	39	16	4	10	0	286	74	99	26
População Urbana 322531	**Amostra**		385	100												

Impactos dos Resíduos EEE

Os resíduos têm o mesmo destino, a lixeira municipal onde são queimados a céu aberto, causando problemas Ambientais e doenças ao homem. Outrossim, atendendo as suas composições químicas, quando depositados no solo, destroem as zonas agrárias, lançados nos rios poluem os rios contaminando os recursos hídricos e a vida aquática, causando até a bioacumulação na cadeia alimentar que pode chegar até ao ser humano. Portanto estes poluentes, podem aumentar os custos com o tratamento da água para o consumo humano passar para as classes A-2. e A-3.

No processo do Ciclo de Vida, produzem CO2, aumentando a sua pegada de Carbono, possibilitando o incremento da temperatura global, permitindo assim as alterações climática. Todavia, pela excessiva procura destes equipamentos, incentiva a exploração excessiva da matéria-prima, permitindo o aumenta da pegada ecológica, tanto por exploração ou por deposição dos resíduos ao meio ambiente.

Compressores dos aparelhos de refrigerações e ares condicionados contem fluidos que poluem o ambiente, com destaque a destruindo da camada de ozono, caso sejam lançados na atmosfera.
Na tabela-3, verificou-se apenas as doenças respiratórias aguda e infecções respiratória aguda graves, provavelmente deve-se pelo facto de não inquerir todos hospitais estatais e privados da cidade do Uíge;

Segundo o inquérito realizado ao grupo de intelectual técnicos superiores de várias areas do saber, afirmaram que as doenças de cancro nesta região são chamadas de kissongo, e de má formações congénitas são chamadas de Nkitas e preferem irem aos terapeutas naturais e não em hospitais;

Por estes motivos é inadiável a concepção e incremento dum plano de Gestão dos REEE, deforma a mitigar os impactos negativos ao ambiente e a saúde humana.

Importância da Avaliação de Impactos Ambientais e do Ciclo de Vida dum Produto

É importante fazer Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), sendo um procedimento de gestão ambiental preventiva que consiste na identificação e análise prévia, qualitativa e quantitativa dos efeitos ambientais benéficos e perniciosos de uma actividade proposta (Cruz, 2013), e para melhores detalhes se esclarece na línea g) do artigo 3º do Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril (Angola). E Compete aos Departamentos Ministeriais, Provinciais ou Municipais que tutela a política do ambiente na localidade realizar a AIA, em função a Categoria e tipo de projeto segundo o ponto 1 e 2 do artigo 8º do mesmo Decreto.

De igualmente é importante a realização da Avaliar o ciclo de vida dum produto, pelo facto de ser uma ferramenta (metodologia) utilizada para avaliar os impactes ambientais atribuídos ao ciclo de vida de um produto (ou de um serviço) incluindo o design do produto, extracção de matérias-primas, produção, uso/consumo e actividades de fim de vida (ex. reutilização, reciclagem, deposição). (Neto, 2013)

Ambas avalições visam mitigar impactos negativos no ciclo produtivo ou de explo-

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

ração industrial, ou qalquer outra actividde desenvolvida no meio ambiente, de tal maneira estão ilusgradas abaixo nas figuras 1 e 2 representando a estrutura básica e o sistema de moldagem da avaliação do ciclo de vida dum produto.

Figura 2-Estrutura Básica de A.C.V. Fonte (Pires, 2013)

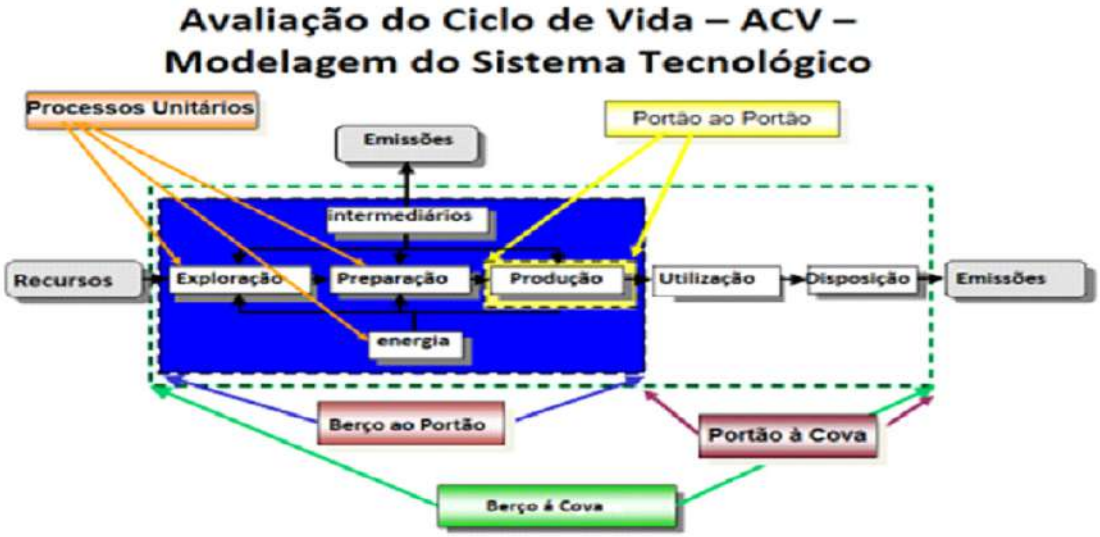


Figura 3-Sistema de Moldagem Tecnológica de A.C.V. Fonte (Pires, 2013)

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

Proposta do Plano de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos

- **Fluxograma para Gestão dos REEE**

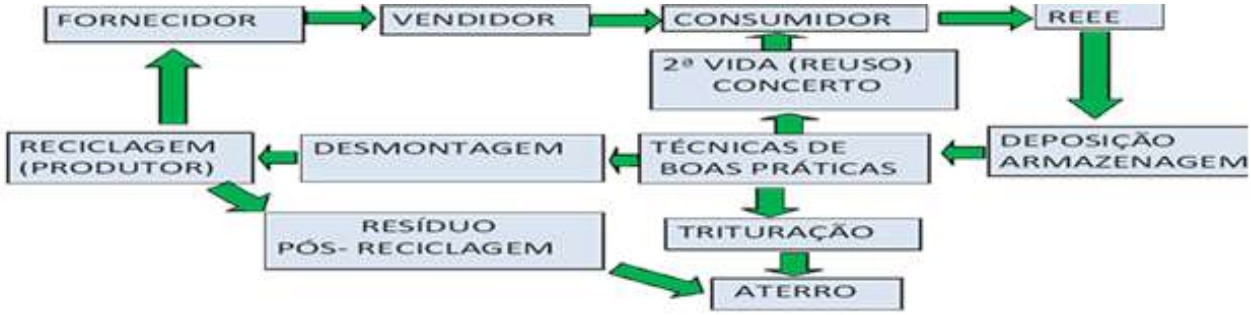


Figura 4-Fluxograma das politicas aplicadas ao plano de Gestão de REEE

- **Esquema das Etapas de Elaborações do Plano de Gestão de REEE**

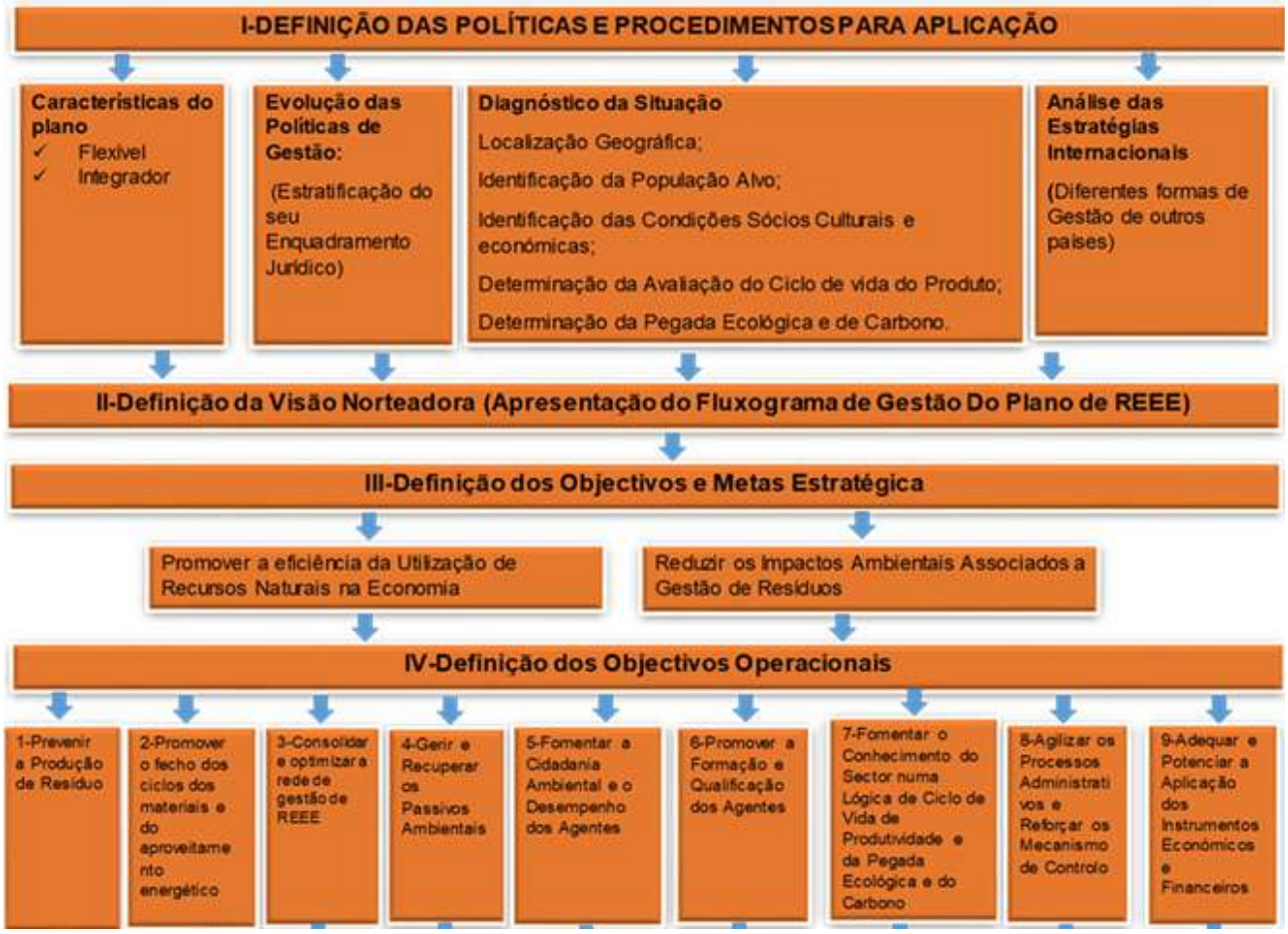


Figura 5-Esquema das políticas envolvidas no plano de GREEE Adaptado ao (PER-SU, 2020)

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

NB: As figuras 3 e 4 representam o projecto do Plano de Gestão dos Resíduos de Equipamentos Electricos e Electrónicos (PGREEE), e cada uma das Cinco etapas do esquema da elaboração do plano de GREEE (Figura-4) representa um capítulo na fase de elaboração do Plano.

- **Metas de Execuções e Entidades Responsáveis pela Execuções**

As metas podem serem a curto, médio e longo prazo, ao passo que os responsáveis são os ministérios do Comércio, Indústria, Ambiente e Consultores Ambientais.

- **As Principais Acções para Desenvolver na execução do plano.**

1-Ciação de Legislação especifica para que tenha um enquadramento jurídico, informando as estratégias de gestão dos REEE;

2-Erradicação dos resíduos EEE dos contentores de RSU, das valas de drenagens e da lixeira municipal;

3-Construção de um aterro sanitário com um ecocentro para recepção de resíduos recicláveis urbanos, RCD (resíduos de demolição e construção de pequenas obras), REEE;

4-Capacitação de pessoal especializado para o manejo dos resíduos perigosos;

5-Reforço dos meios e equipamentos de recolha;

6-Os estabelecimentos de venda de EEE devem ser obrigados a criar condições para receber de volta os equipamentos danificados dos seus clientes;

7– Proibição da venda de EEE em mercados e outros agentes não autorizados pelo Estado;

8-As Entidades competentes devem ***criar em cada zona ecopontos*** para a deposição de resíduos eléctricos electrónicos de menor dimensão, sobretudo lâmpadas fluorescentes e outros;

9-Aplicação dos procedimentos de gestão (Segregação, Identificação, Acondicionamento, Armazenamento e Tratamento)

10- Aplicação dos métodos de gestão:

10.1-Concerto: É um processo de dar uma segunda vida no aparelhos electrónicos por meio de reparação dos equipamentos que não estiverem funcionar correctamente, através de técnicos especializados;

10.2-Reciclagem: para reciclar um EEE deve – se desmontar cuidadosamente ou fazer a separação dos componentes com vista à venda como peça em 2ª mão, para reutilização em reparações ou uso em novos equipamentos, desde que aprovados pelas fábricas, depois de passarem por testes.

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho permitiu obter uma percepção da situação da gestão dos resíduos perigosos no município do Uíge, concretamente REEE, bem como saber quais as doenças causadas por estes resíduos, a análise destes resíduos, produzidos foi possível fazer através dum inquérito realizados em 385 habitantes intelectuais do município, e a maioria afirmaram, dos 17 tipos de Equipamentos Electricos e Electrónicos (EEE), 15 são comuns em suas casas, perfazendo 88% e 13 já foram objecto de descarte, perfazendo 76,5%. Todavia, quantitativamente fora descartados cerca de 5.532 Equipamentos Electricos e Electronicos diversos, e considerando 10% da população urbana, totalizou cerca de 178.424.149,2 descartados, destes são usados para concerto e ou revenda dos seus acessórios em oficinas especializadas e por fim, acabando por terem o mesmo destino com os resíduos domésticos, uma lixeira, contentor ou sucatas, por outro, o Ciclo de Vida deste Equipamentos, variam do portão ao portão e do portão ao túmulo, que vai de 6 a mais de 60 meses. Percebe-se também, que alguns inqueridos desconhecem as consequências do descarte irregular, assim como não sabem o que fazer com estes resíduos. Ao passo que o resultado do inquérito no Hospital Provincial do Uíge, do mês de Junho de 2023, foi de 20.725 pacientes internados com patologias diversas, dos quais 832 com doenças respiratória Aguda e 699 de Infeções respiratória aguda grave, ambas que podem estar associadas ao descarte irregular destes resíduos. Outrossim, conclui-se também que, com o progresso científico e tecnológico, o excesso consumo dos meios de equipamentos electrónicos e Electrónicos, urgem uma maior necessidade para a criação dum Plano de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (PGREEE). Portanto, as informações geradas a partir do diagnóstico do estudo, permitiram definir as melhores alternativas para a devida gestão e recomendações para a implantação de uma proposta de Plano de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos no município, possibilitando assim de certo modo, a melhoria das condições ambientais e sociais, e recomendou-se o seguinte:

- Estabelecimento de Planos sectorial municipal em articulação com planos nacionais e provinciais;
-
- Aprofundamento das campanhas de sensibilização junto da população (porta à porta ou outras);
-
- Implementação das normas de gestão ambiental existentes no País e em função a estas normas adaptando-se para a criação de regras específicas para gestão de REEE a nível do município do Uíge, de modo a efectivar a fiscalização;
-
- As entidades responsáveis pela política do ambiental devem ter pessoal especializado;
-
- Instituição da tarifa de serviços de resíduos para financiamento do sector.

BIBLIOGRAFIA

Cruz, S. S. (12 de Junho de 2013). *Processos de Avaliação de Impactos. Apontamentos de Avaliação de Impactos Ambientais do Curso de Mestrdo em Engenharia Ambiental, na Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto.* Cassenda, Luanda, Angola.

Dias, J. M. (24 de 5 de 2013). *Caracterização, Classificação e Legislação de Resíduos. Apontamentos de Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos do Curso de Mestrdo em Engenharia Ambiental, na Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto.* Cassenda, Luanda, Angola.

Faucheux, S., & Noel, J. F. (1995). *Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente.* Lisboa: Armand Colin.

JURAS. (Abril de 2012). *Legislação Sobre Resíduos Sólidos.* Obtido em 04 de Março de 2015, de www.2.camara.leg.br.

Luanda, A. E., & Luzolo, M. (Ouubro de 2023). *Monografia Sobre Análise dos Impactos Ambientais Causados nos Recursos Hidricos.* Uíge, Angola.

Neto, B. (20 de Abril de 2013). *Avaliação do Ciclo de Vida, da Pegada do Carbono e Ecologica. Apontamentos de Gestão Ambiental do Curso de Mestrdo em Engenharia Ambiental, na Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto.* Luanda, Angola.

PERSU. (2020). *Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos*, para o período de 2014 - 2020, aprovado pela Portaria número 187-A/2014 publicado em Diário da República I-Série número 179, de 17 de Setembro de 2014 em Portugal.

PINHEIRO. (Novembro de 2009). *Plano de Gerenciamento de Equipamentos Electricos e Electrónicos.* Obtido em 14 de Junho de 2014, de www.feam.br.

Pires, B. C. (21 de Junho de 2013). *Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Viada. Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Brasileira.* Brasil. Obtido em 15 de Agosto de 2014, de httpwww.cbcs.org.br

RUSSO. (2003). *Tratamento de Resíduos Sólidos. Universidade de Coibra Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil.* Obtido em 05 de Março de 2015, de www.ci.uc.pt.

Simões, T. S., Querós, M. A., & Simões, M. O. (1999). *Técnica Laboratorial de Química Bloco III do Ensino Secundário.* S/L, Portugal: Porto Editora.

WIKIPEDIA. (02 de Maio de 2014).Obtido em 14 de Maio de 2014, de www.pt.wikipedia.org./wiki.resíduo-eletrônico-problema

REVISTA SAMANYONGA
DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA
ISSN: 3078-9923

MWANA PWO EDITORA